



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO TECNOLÓGICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE
PRODUÇÃO
LINHA DESQUISA: INTELIGÊNCIA ORGANIZACIONAL
TESE DE DOUTORADO**

**AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DA FORMAÇÃO POR
ALTERNÂNCIA: um estudo do caso dos egressos da Casa Familiar
Rural de Armazém - SC**

**Doutorando: DIMAS DE OLIVEIRA ESTEVAM
Orientadora: Prof^ª. OLGA REGINA CARDOSO, Dr^ª.**

**FLORIANÓPOLIS
2010**

Dimas de Oliveira Estevam

**AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DA FORMAÇÃO POR
ALTERNÂNCIA: um estudo de caso dos egressos da Casa Familiar
Rural de Armazém - SC**

Tese apresentada à Banca Examinadora como requisito parcial à obtenção do título de doutor junto ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof^ª. Olga Regina Cardoso, Dr^ª.

Florianópolis

2010

O Açúcar...?

O branco açúcar que adoçará meu café
Nesta manhã de Ipanema
Não foi produzido por mim
Nem surgiu dentro do açucareiro por milagre.
Vejo-o puro
E afável ao paladar
Como beijo de moça, água
Na pele, flor
Que se dissolve na boca. Mas este açúcar
Não foi feito por mim.
Este açúcar veio
Da mercearia da esquina e
Tampouco o fez o Oliveira,
Dono da mercearia.
Este açúcar veio
De uma usina de açúcar em Pernambuco
Ou no Estado do Rio
E tampouco o fez o dono da usina.
Este açúcar era cana
E veio dos canaviais extensos
Que não nascem por acaso
No regaço do vale.
Em lugares distantes,
Onde não há hospital,
Nem escola, homens que não sabem ler e morrem de fome
Aos 27 anos
Plantaram e colheram a cana
Que viraria açúcar.
Em usinas escuras, homens de vida amarga
E dura
Produziram este açúcar
Branco e puro
Com que adoço meu café esta manhã
Em Ipanema.

Ferreira Gullar

AGRADECIMENTOS

Muitos contribuíram de forma direta ou indireta na elaboração da presente tese. Por isso, não citarei todos, porque a lista seria imensa e também por receio de cometer injustiças. A todos sou profundamente grato e pretendo retribuir na convivência e na minha gratidão. A todo(a)s Deixo o meu reconhecimento e agradecimento.

Lista de Siglas

ACARESC – Associação de Crédito, Assistência Técnica e Extensão Rural de Santa Catarina

ARCAFAR-SUL – Associação Regional das Casas Familiares Rurais da Região Sul do Brasil

ARCAFAR-SC – Associação Regional das Casas Familiares Rurais de Santa Catarina

CEFFA – Centro Familiar de Formação por Alternância

CEJA - Centro de Educação de Jovens e Adultos

CFR – Casa Familiar Rural

CFRs - Casas Familiares Rurais

CMDR - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Armazém

EFA – Escola Família Agrícola

EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina.

ESALQ - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

ISC – Instituto Souza Cruz

LAC – Levantamento Agropecuário Catarinense

PIB – Produto Interno Bruto

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPP-CFR – Plano Político Pedagógico da CFR de Armazém

PPVJ – Projeto Profissional de Vida do Jovem

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SEED - Secretaria de Estado de Educação e Desporto.

SENAR - Sistema Nacional de Aprendizagem Rural

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

TCE/SC – Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina

UFP – Unidade Familiar de Produção

Lista de Figuras

FIGURA 1 - Localização do Município de Armazém - SC	23
FIGURA 2 - Distribuição das CFRs no mundo	33
FIGURA 3 - Esquema do processo de formação do jovem numa CFR	50
FIGURA 4 - Tempos e espaços de formação	53
FIGURA 5 - Desenvolvimento e etapas da pesquisa	56
FIGURA 6 - Mapa de Santa Catarina, com destaque para os municípios de abrangência da CFR de Armazém.	61
FIGURA 7 - Foto da fachada da CFR de Armazém	76
FIGURA 8 - Foto da fachada do auditório da CFR de Armazém	77

Lista de Gráficos

GRÁFICO 1	Preocupação com a imagem do produto	86
-----------	-------------------------------------	----

Lista de Quadros

QUADRO 1	Diferentes tipos e classificação de alternância	38
QUADRO 2	Os quatro pilares das CFRs	39
QUADRO 3	O sistema de interface e suas dimensões	43
QUADRO 4	Habilidades, conhecimentos e atitudes	52
QUADRO 5	Composição da amostra	59
QUADRO 6	Características pessoais – equipe segundo idade, sexo e formação	74
QUADRO 7	Infra-estrutura física: número de dependências em metros quadrados	76

Lista de Tabelas

TABELA 1	População residente por município de 1970 a 2008	62
TABELA 2	Número de estabelecimentos agropecuários em atividade e abandonados e outros tipos de estabelecimentos.	63
TABELA 3	Estrutura fundiária: Número de estabelecimentos agropecuários, segundo os estratos de área e por abrangência por município	64
TABELA 4	Percentual da população urbana e rural por município de 1970 a 2000	64
TABELA 5	Pessoas da família do produtor rural que migraram dos estabelecimentos agropecuários, nos últimos 3 anos,	65

	segundo o destino tomado	
TABELA 6	Estabelecimentos, informantes e pessoas da família do produtor rural que migraram dos estabelecimentos agropecuários nos últimos três anos, segundo o motivo	66
TABELA 7	Pessoas da família do produtor rural que migraram nos últimos 3 anos dos estabelecimentos agropecuários, segundo o ramo de atividade que foram atuar	66
TABELA 8	Idade média do agricultor nos estabelecimentos agropecuário nos municípios e no Estado	66
TABELA 9	Número de famílias do produtor rural segundo o número de filhos que moram nos estabelecimentos agropecuários	67
TABELA 10	Família do produtor - número de produtores rurais segundo o grau de instrução	68
TABELA 11	Acesso a informação - a forma mais utilizada de recepção de televisão na casa do produtor, por abrangência geográfica (Município e Estado)	69
TABELA 12	Índice de Desenvolvimento Humano - 1991 e 2000	69
TABELA 13	Percentual das despesas com educação por município e Estado de 1999 a 2005	69
TABELA 14	Idade dos jovens entrevistados	77
TABELA 15	Município de origem dos jovens	78
TABELA 16	Estrutura fundiária: Tamanho mínimo, máximo, médio e desvio padrão das propriedades	78
TABELA 17	Tamanho das Famílias: número de pessoas residindo nas propriedades.	79
TABELA 18	Nível de escolaridade dos entrevistados	79
TABELA 19	Desejo de continuar os estudos	80
TABELA 20	A natureza dos PPVJs	81
TABELA 21	A situação dos PPVJs	82
TABELA 22	PPVJ – mesma atividade exercida anteriormente	82
TABELA 23	A renda familiar do jovem antes de entrar na CFR	83
TABELA 24	A renda familiar do jovem depois de ter frequentado a CFR	83
TABELA 25	Estado de conservação das instalações nas propriedades	85
TABELA 26	Outras fontes de renda das famílias	87
TABELA 27	Valor mensal da outra fonte de renda familiar	88
TABELA 28	A renda própria do jovem	89
TABELA 29	O valor mensal da renda própria do jovem	90
TABELA 30	A atividade realizada pelo jovem para conseguir a renda	90
TABELA 31	Sobre a preservação do meio ambiente	92
TABELA 32	A visão do jovem sobre empreendedorismo	94
TABELA 33	Os fatores para ser bem sucedido na vida	95
TABELA 34	Locais de diversão dos jovens	97
TABELA 35	Estilos musicais dos jovens	98

RESUMO

ESTEVAM, Dimas de O. Avaliação dos resultados da formação por alternância: um estudo do caso dos egressos da Casa Familiar Rural de Armazém – SC. Florianópolis: UFSC, 2010. 122f. Tese (doutorado em Engenharia de Produção) Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof^ª. Olga Regina Cardoso, Dra.

Defesa: 31/03/2010.

RESUMO

A presente tese consiste em avaliar os resultados alcançados pela formação por alternância e a sua prática, a partir do estudo de caso dos egressos da Casa Familiar Rural (CFR) de Armazém – SC, localizada no município de Armazém Sul do Estado de Santa Catarina. Esta experiência tem por objetivo proporcionar ao jovem do campo uma formação integral interdisciplinar que envolve todos os aspectos da vida: pedagógicos, culturais, sociais, políticos e econômicos. Desta forma, buscou-se avaliar os resultados e as repercussões nas condições de vida e trabalho destes jovens envolvidos no projeto. Diante disto, o objetivo da tese foi avaliar os resultados obtidos. A proposta de formação das CFRs é oferecer ao jovem e seus familiares uma formação adequada a sua realidade, para alcançar esses objetivos as Casas Familiares utilizam como base de formação a Pedagogia da Alternância (PA), cujo modelo foi inspirado nas *Maisons Familiales Rurales* francesas, presentes naquele país desde a década de 1930. Neste sistema, o jovem passa uma semana na CFR e duas semanas na propriedade, executando na prática o aprendizado adquirido na CFR. Esta proposta é considerada uma das alternativas de formação e profissionalização para os jovens do campo, como uma forma de melhorar autoestima, obter novos conhecimentos, conhecer novas formas de organização de trabalho e produção, praticar a agricultura familiar sustentável, além de possibilitar o convívio do jovem junto da família. Para que o processo de formação profissional do jovem se realize são necessárias parcerias envolvendo diversas organizações governamentais e não-governamentais. Neste sentido para avaliar os resultados concretos da experiência foram aplicados questionários aos jovens egressos da primeira e segunda turmas de egressos da CFR de Armazém, totalizado 19 jovens entrevistados. O

questionário foi constituído de perguntas fechadas e abertas sendo o mesmo agrupado em três grupos de análises. Os resultados alcançados pela experiência indicam inúmeros fatores positivos no que tange aos aspectos gerais da proposta e que processo de formação mostrou-se eficiente no que se refere ao relacionamento estabelecido entre a CFR e as famílias e os jovens envolvidos. No que se refere aos resultados alcançados pelos PPVJs, os mesmos foram analisados a partir de dois prismas: o primeiro foi em relação aos aspectos subjetivos em se verificou grandes avanços em termos da melhoria no relacionamento familiar entre pais e filhos, na valorização da profissão de empreendedor rural, na autoestima entre outros; o segundo aspecto analisado foi os Projetos de Vida dos jovens em que os resultados alcançados, ainda não foram muito expressivos, se constatou que os PPVJs estão sendo implantados, mais os resultados, ainda estão longe de obter os resultados esperados. Embora os resultados dos PPVJs não tenham alcançados os resultados esperados, o que se constatou é que houve depois da formação dos jovens em todas as UFPs houveram um aumento significativo de renda familiar. Se percebeu que depois da formação recebida há certo isolamento dos jovens, os mesmos não conseguiram se articular quer seja por meio de redes como por exemplo a criação de cooperativas ou mesmo associações de produtores, com o objetivo de diminuir custos de produção, agregar valor na comercialização de seus produtos, desenvolver marca conjunta para dar mais visibilidades aos produtos produzidos, este fato não tem ocorrido. Diante disto se deixa como recomendação para as lideranças da CFR de Armazém e aos jovens e pais, bem como para próximos estudos, o desafio de propor a criação de organizações cooperativas como complemento as atividades de formação desenvolvidas na Casa Familiar; ou seja o caminho que deve ser percorrido no processo de formação desemboque em organizações coletivas, porque senão o isolamento pode levá-los com o tempo a retornar ao seu estágio anterior de isolamento.

Palavras-chave: 1 – Formação por alternância; 2 – Projeto Profissional de Vida do Jovem; 3 – Casa Familiar Rural.

ABSTRACT

This thesis consists in evaluating the results achieved by training and practice by switching from the case study of graduates of the Rural Family House (CFR) Warehouse - SC, located in the Warehouse South of Santa Catarina. This experiment aims to provide the youth of the field a full interdisciplinary training that involves all aspects of life: educational, cultural, social, political and economic. Thus, we sought to evaluate the results and repercussions on living conditions and work of these young people involved in the project. Hence, the objective of the thesis was to evaluate the results. The proposed formation of CFRs is to offer youth and their families adequate training to their reality, to achieve these goals the Family Houses using as a base for training the Pedagogy of Alternation (PA), whose model was inspired by the Rurales Maisons familiales French present in that country since the 1930s. In this system, the couple spent a week in the CFR and two weeks on the property, running in practice the knowledge acquired in the CFR. This proposal is considered an alternative to the training and professionalization of the field for the young, as a way to improve self-esteem, gain new knowledge, new forms of work organization and production, practice sustainable family farming, besides facilitating the interaction of Young family together. For the process of training the young to take place are necessary partnerships involving various governmental and non-governmental organizations. In order to assess the concrete results of the experiment, questionnaires were young graduates of the first and second classes of graduates of the CFR Depot, totaling 19 young people interviewed. The questionnaire consisted of closed and open questions are the same clustered into three groups for analysis. The results achieved by experience indicates several positive factors in relation to the general aspects of the proposal and that the training process was efficient with regard to the relationship established between the CFR and families and kids involved. With regard to the results achieved by PPVJs, they were analyzed from two angles: the first was in relation to the subjective aspects in there was great progress in terms of improvement in family relationships between parents and children in the appreciation of the profession of rural entrepreneurs, self-esteem among others, the second aspect analyzed was the Project Life of youths in that the results have not been very impressive, it was found that the PPVJs are being deployed, the more the results are still far from obtaining the expected results. Although the results of PPVJs have not achieved the expected results, what we found is that there was after the

formation of young people in all UFPs there have been a significant increase in family income. If you noticed that after the training received there is a certain isolation of youth, unable even to articulate either through networks such as the establishment of cooperatives or producer associations, aiming to reduce production costs, add value in marketing of their products, develop branded to give more visibility to products produced, this fact has not occurred. Ahead of this is left as a recommendation to the leaders of CFR Depot and young people and parents as well as for future studies, the challenge of proposing the creation of cooperative organizations to complement the training activities undertaken at the Casa Familiar, that is the path that should be covered in the training process terminate at collective organizations, because otherwise the insulation can get them in time to return to its previous stage of isolation.

Keywords: 1 - Training for alternating 2 - Project Professional Life of Young, 3 - Rural Family House.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
1.1 Tema e problema de pesquisa.....	15
1.2 Justificativa.....	24
1.2.1 Mérito da Pesquisa.....	27
1.2.2 Contribuição.....	27
1.2.3 Relevância.....	28
1.2.4 Originalidade/Ineditismo.....	28
1.2.1 Viabilidade.....	28
1.3 Objetivos.....	29
1.3.1 Objetivos Geral.....	29
1.3.2 Objetivos Específicos.....	29
1.4 Delimitações/Limitações.....	29
1.5 Procedimentos metodológicos.....	30
1.6 Organização do trabalho.....	31
2. A GÊNESE DAS CFRs E A CONSTRUÇÃO DO MODELO DA FORMAÇÃO POR ALTERNÂNCIA.....	32
2.1 A gênese das CFRs e da Pedagogia da Alternância.....	32
2.1.1 Os conceitos e modelos da formação por alternância.....	36
2.1.2 A formação pessoal e o desenvolvimento do meio.....	39
2.1.2.1 A formação por alternância como sistema interface.....	42
2.2 O desenvolvimento do meio local e a relação com os outros modelos de desenvolvimento.....	44
2.2.1 A construção do significado de Empreendedor	46
2.2.2 A formação profissional para empreender.....	51
2.2.3 O Projeto Profissional de Vida do Jovem – PPVJ.....	54
3. METODOLOGIA.....	56

3.1 Caracterização e método da pesquisa.....	57
3.2 Pesquisa de campo: população e amostra.....	58
3.2.1 Plano de coleta, tratamento e análise dos resultados.....	59
4. A CASA FAMILIAR DE ARMAZÉM: UM OLHAR SOBRE A REALIDADE DOS JOVENS E SEUS FAMILIARES.....	61
4.1 A CFR de Armazém e seu contexto sócio-econômico.....	61
4.1.1 A gênese da CFR de Armazém.....	70
4.1.2 As características e indicadores de desempenho gerais da CFR..	74
4.1.2.1 Indicadores de desempenho gerais da CFR de Armazém.....	74
4.2 As características gerais dos jovens da CFR de Armazém.....	77
4.2.1 Dados sobre a estrutura fundiária das propriedades.....	78
4.2.2 O jovem, seu PPVJ e suas perspectivas.....	80
4.2.2.1 Indicadores de conforto das famílias.....	84
4.2.2.2 Indicadores de infraestrutura das propriedades.....	85
4.2.2.3 Produção e comercialização da produção das UFPs.....	85
4.2.2.4 Outras fontes de renda da família.....	87
4.2.2.4.1 Fontes de renda dos jovens.....	88
4.2.3 Indicadores de preocupação ambiental dos jovens	91
4.2.4 A visão dos jovens sobre Empreendedorismo.....	93
4.2.5 A vida social do jovem do campo.....	96
4.2.5.1 Local e tipos de diversão	96
4.2.5.2 Estilos musicais.....	97
4.2.5.3 Atividades sociais e comunitárias.....	98
5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	99
REFERÊNCIAS.....	104
APÊNDICE.....	111

1 INTRODUÇÃO

1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

A experiência de formação de jovens rurais a partir da pedagogia da alternância, metodologia de ensino utilizada pelas Casas Familiares Rurais - CFRs - nasceu da necessidade de criar perspectivas favoráveis, por intermédio da educação para aqueles que vivem do campo. Ou seja, para as pessoas que dependem da agricultura e são de certa forma excluídos do sistema de ensino formal, por não terem um modelo voltado para a sua realidade. Estudiosos do tema (CARNEIRO, 1998, 2005; SILVESTRO *et al.* 2001 e outros) apontam em seus diagnósticos, que uma das causas da migração rural reside na ausência de alternativas ou perspectivas de emprego ou de outras iniciativas econômicas, que garantam um mínimo de renda para sobreviverem no meio rural.

Outros fatores podem ser vistos como estimuladores da evasão, principalmente de jovens do campo. O primeiro deles é que os valores urbanos são hostis ao modo de vida rural, o que reforça o desejo dos jovens a abandonarem suas atividades e a buscarem melhores oportunidades no meio urbano. O segundo é a competitividade, advinda da intensidade do processo de globalização econômica que exige de todos muito mais do que a simples qualificação profissional. Na atualidade, para se permanecer competitivo no mercado são necessários ser ao mesmo tempo “empreendedor”¹ e ter “empregabilidade”², tanto um como o outro requerem aprendizado constante. Aqueles que não estiverem aprendendo e se atualizando constantemente em suas habilidades dificilmente conseguirão se manter ativos no mercado e ter níveis de vida dignos. E o terceiro, é desenvolvimento tecnológico que tem possibilitado o acesso a inúmeras novas tecnologias que possibilitam o aumento contínuo da produtividade, conseqüentemente, gera fortes estímulos para a redução de mão de obra. Se por um lado, a tecnologia facilita o trabalho, por outro, também exige muito mais qualificação dos recursos humanos o que, novamente, aponta no sentido

1 “O empreendedorismo envolve não apenas risco, mas, sobretudo, conduz a um processo de descoberta das condições produtivas, das oportunidades de mercado por parte dos próprios atores sociais” (ABRAMOVAY, 2003, p. 04).

2 “A empregabilidade, segundo Chiavenato (2008), significa um conjunto de competências e habilidades necessário para uma pessoa manter-se produtiva e, ainda é a capacidade de conquistar e manter um trabalho de forma eficiente. Por que na atualidade a natureza do trabalho muda constantemente e, essa capacidade de adaptar-se a mudança deve incluir a flexibilidade e a inovação.

da necessidade de melhorar os níveis educacionais dos jovens. Isso não difere se é rural ou urbano; as conseqüências são similares (PERES, 1998).

Percebe-se nesse cenário de mudanças permanentes que os filhos de agricultores familiares são os mais afetados; pois, de modo geral recebem uma formação precária e descontextualiza em termos de Ensino Fundamental e Médio. Desta forma a perspectiva de uma vida no campo com qualidade fica comprometida, em virtude de uma série de razões, entre elas cabe destacar o baixo desempenho produtivo destes jovens que em parte está relacionado ao sistema educacional rural, que é precário e projetado sob a valorização de uma perspectiva de vida urbana e não da vida no campo.

Se os problemas relacionados com o ensino público no meio urbano são grandes e a qualidade considerada questionável, em relação ao campo as dificuldades são ainda maiores. Isso segundo Durston (1994), se deve ao fato do meio rural conservar uma tradição escravista no país que dissociou a formação do trabalho, de maneira que “quem trabalha não conhece e quem conhece não trabalha”. Desta maneira tendem a ficar na atividade agrícola somente aqueles jovens que têm fraco desempenho escolar. Cria-se então, um círculo vicioso em que permanecer no meio rural está associado a uma espécie de incapacidade pessoal de trilhar o caminho do sucesso. Por isso se investe pouco na valorização do conhecimento nas regiões rurais, se caracterizando como um reduto daqueles que “não conseguem sair”, das pessoas idosas e dos aposentados (SILVESTRO *et al.* 2001).

Outros fatores foram detectados nas pesquisas realizadas por Peres (1998), que estão relacionados a pouca valorização da formação no meio rural é o fato do sistema de ensino trabalhar com professores “trainees”; possuir uma grade curricular que valoriza os aspectos da vida urbana; as instalações são inadequadas e de baixa qualidade; falta equipamentos adequados para ofertar uma boa formação; e ainda, às pressuposições erradas quanto à disponibilidade de tempo do jovem do campo para estudar.

Para o autor, o sistema público de ensino rural tem, historicamente, trabalhado com professores com uma formação e visão de vida urbana e que na maioria dos casos residem no meio urbano. Estes educadores se “submetem” a trabalhar no campo como uma etapa inicial mais ou menos inevitável em suas carreiras. Ficam nas escolas rurais até cumprirem tempo ou até que surjam vagas nas escolas urbanas. A verdadeira meta profissional destes professores é o meio urbano. Desta maneira, o sistema de ensino rural trabalha com “trainees” como

professores. As escolas rurais não possuem um corpo de docentes identificados com seus objetivos e, acima de tudo, a maioria dos professores não consideram a possibilidade de desenvolverem uma carreira no meio rural. Mais recentemente, o sistema público de ensino rural está sendo gradualmente eliminado, sendo substituído pelo transporte dos alunos para as escolas urbanas mais próximas. Embora isto elimine o problema dos professores "trainees" e da baixa qualidade das instalações e equipamentos, os outros problemas permanecem ou surgem como a inadequação dos currículos escolares (PERES, 1998).

Cabe ressaltar que durante um longo período da história, o processo da moderna urbanização refletia a nova configuração em que a figura do homem da cidade ganhava status como modelo de sofisticação intelectual, de bom gosto, de elegância, etc., em contraste gritante com a visão do habitante do campo. Este reflexo da própria disputa de modelos de sociedades não seria diferente no Brasil (DEL PRIORE *et al.*, 2006). Criou-se aqui, também, uma imagem discriminatória em relação aos habitantes do mundo rural, a qual está exemplificada pela figura folclórica do *Jeca Tatu*³ com seu estereótipo inocente e distraído. Assim, os preconceitos da inadequação e atraso fazem daqueles que vivem do campo; suas principais vítimas, minimizando-os; atrelando-os e desqualificando-os (NASCIMENTO, 2003).

O preconceito e os estereótipos ajudam a explicar a falsa pressuposição do sistema educacional, da baixa performance escolar do jovem rural. Além disso, outro preconceito é que o jovem não pode se dedicar às atividades escolares porque precisa trabalhar (DURSTON, 1994). Sabe-se que o jovem rural trabalha desde sua idade tenra e trabalha tanto quanto os adultos. Porém ter um calendário único de ensino para todo o País, sem respeitar as especificidades das questões locais, regionais, urbana ou agrícola não é correto. No caso do meio rural é necessário criar um calendário diferenciado e adaptado para esta realidade. A inadequação do calendário pode ser exemplificado nas avaliações finais anuais que acontecem nos meses de novembro e dezembro, período de maior demanda de trabalho no meio rural, por coincidir com o plantio e cuidados iniciais das safras, acaba proporcionando a evasão de muitos jovens da escola. Neste caso até o calendário escolar tem sido perverso com o jovem do campo (PERES, 1998).

³ O "Jeca Tatu" é um personagem do humor brasileiro criado por Monteiro Lobato e depois no cinema interpretado por Mazzaropi que caracteriza o homem do campo como distraído, ingênuo entre outros estigmas. Ver a respeito do tema: Frossard (2003), Del Priore et al. (2006) e site <http://www.lobato.com.br>.

Constata-se desta forma que os valores sociais são hostis à forma de vida rural; isto acaba interferindo na auto-estima dos jovens, com suas perspectivas de baixas rendas nas atividades rurais que aprendem de seus pais. O autor supracitado pondera que a baixa escolaridade dos habitantes do campo não lhes permite acesso a tecnologias e aos recursos apropriados e a migração para o meio urbano se apresenta como a única alternativa. Nestas circunstâncias, permanecer no meio rural acaba não sendo uma escolha consciente, mas uma fatalidade ou a incapacidade de fazer algo diferente.

Nem mesmo o sistema ensino das Escolas Agrotécnicas não tem sido capaz de preparar os jovens para permanecer no campo. Segundo Peres (2000), a maioria dos egressos do sistema de ensino das Agrotécnicas procuram emprego nas agroindústrias. Uma outra porcentagem crescente, busca os cursos superiores e empregos em atividades urbanas. É comum essas escolas apresentarem como indicadores de qualidade de seus cursos, altas porcentagens de seus egressos entrando em vestibulares de faculdades de grande prestígio. Os conteúdos nessas Escolas são inadequados à realidade da agricultura familiar. Eles afastam os jovens de suas realidades e os conhecimentos produzidos nessas instituições, são difíceis de aplicabilidade e adaptabilidade à pequena produção rural. Provocam conflito de ideias entre pais e filhos, levando o jovem, na maioria das vezes, a abandonar o campo (ESTEVAM, 2003).

Os estudos realizados por Peres (2000) na ESALQ (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz) no interior paulista sobre essas Escolas, comprovam que é mínima a porcentagem de jovens egressos que permanecem em seus locais de origem ou que se dedicam à produção rural, seja como empregados de produtores rurais ou produtores autônomos. Por isso é importante desenvolver habilidades e criar circunstâncias favoráveis para esses jovens permanecerem no campo.

Criar oportunidades para os jovens do meio rural é uma necessidade, segundo o autor acima. Numa realidade em que a competitividade exige a busca de novas formas de produção, mais eficientes e eficazes é uma constante. Na medida em que a competição se torna mais acirrada, os sistemas de ensino precisam preparar os jovens a esses novos desafios. Os programas de formação que se propõem a isso, que tenham como objetivo de manter os jovens no campo devem, portanto, prepará-los para desenvolverem habilidades para atuarem em seus próprios locais de trabalho. Em outras palavras, eles adquirirão habilidades para se tornarem empreendedores de seu próprio meio.

Uma das características das modernas economias é a redução do número de trabalhadores nas atividades agropecuárias. Isto é consequência do avanço tecnológico que funciona como um ciclo em que ao mesmo tempo em que aumenta a produtividade, reduz o número de trabalhadores nas propriedades. Estas inovações exigem maior qualificação dos recursos humanos de forma constante para a incorporação destas novas técnicas. Tal fato implica em melhorias constantes dos níveis educacionais. Por isso é necessário criar novas estratégias de desenvolvimento para o meio rural. Embora exista a possibilidade de criar novas alternativas de atividades produtivas no meio rural para compensar a redução no nível de emprego agrícola, especialmente nos setores de serviços e na agroindústria, novamente se depara com o problema da formação, que tem sido um fator limitante para o crescimento destas iniciativas (PERES, 2000).

Todavia se pode afirmar que no país, existe uma grande dicotomia no meio rural. Por um lado existe uma agricultura dinâmica, moderna que emprega tecnologia de ponta, com uma produção voltada para o mercado externo com alta competitividade; por outro também não se pode negar que ainda persista uma agricultura familiar⁴, formada por pequenos e médios produtores relegados ao quase abandono e ao subemprego, utilizando tecnologias inadequadas, sobrevivendo muitas vezes em condições precárias, voltada para o mercado interno, com baixa produtividade.

Embora exista esta precariedade da agricultura familiar, não é possível negar a sua relevância para o país. Esta afirmação é reforçada pelos dados do Censo Agropecuário de 2006, em que a mesma é uma das grandes fontes empregadoras de mão de obra no campo, respondendo por 84,36% das pessoas ocupadas e representa 18,9% da população economicamente ocupada no Brasil. Outro aspecto revelado pelo Censo diz respeito aos laços familiares com o produtor rural no qual 77% destes tinham algum parentesco. Em relação aos estabelecimentos agropecuários, cerca de 47% tinham menos de 10 hectares, enquanto que possuíam mais de 1.000 hectares representavam algo em torno de 1% do total dos estabelecimentos no país (IBGE, 2009).

⁴ Segundo Lamarche (1993), para ser denominada de agricultura familiar deve possuir estas características: a mão de obra é basicamente familiar, complementada somente nos períodos de “safra”; a organização da produção é realizada pela família; a produção é diversificada, com o objetivo de ocupar melhor a área, a mão de obra e aumentar a renda.

De acordo com os dados do PRONAF⁵ (2007), a agricultura familiar brasileira é responsável pela produção de 58% do feijão, 45% do arroz, 61% da mandioca, 50% do milho, além de 72% da batata-inglesa, 81% do tomate, 44% de café, 69% de banana, 48% de laranja e 48% de algodão. Apesar de toda esta representatividade, o Censo Agropecuário de 2006 detectou que o meio rural, ainda convive com a grande problemática da baixa escolaridade, em que uma grande parte dos produtores rurais são analfabetos ou apenas leem e escrevem com dificuldades. Entre estes 39% não tinham freqüentado a escola e 43% não possuíam o ensino fundamental completo. As taxas para os outros níveis de ensino são os seguintes: 8%, para ensino fundamental completo, 7% para o nível médio incompleto e completo, e apenas 3% com nível superior incompleto e completo. Outro aspecto preocupante revelado pelo Censo é a respeito do trabalho infantil no campo, em que mais de 1 milhão de crianças com menos de 14 anos de idade ainda estão trabalhando (IBGE, 2009).

Apesar da grande representatividade da agricultura familiar para o país e de todo reconhecimento estatal do setor, as políticas públicas ainda são pouco representativas e quase incipientes. Isto é perceptível quando se trata de acesso aos recursos creditícios acessados pelos agricultores familiares que receberam apenas 25,3% do total dos recursos destinados à agricultura. Para Peres (2000) o baixo acesso ao sistema de crédito é proveniente dos seguintes fatores: baixo nível de escolaridade, relações assimétricas com as agroindústrias, falta de infraestrutura local, ausência de políticas públicas compatíveis com o setor, entre outras.

A discussão sobre a importância do campo para o país não encerram-se no debate sobre os dados apresentados acima. Para José Eli da Veiga um dos principais estudiosos do campo no Brasil, é preciso rediscutir os parâmetros sobre a ruralidade no país. O autor afirma que mais de 80% dos municípios brasileiros são considerados rurais por sua baixa densidade demográfica, se utilizar os mesmos critérios dos países desenvolvidos. Outro dado apresentado pelo autor diz respeito a população em que mais de 35% sobrevivem de uma atividade ligada ao meio rural. Em relação ao PIB, a agricultura representa no país cerca de 32% do total. Apesar desta importância, a grande maioria dos agricultores familiares não tem acesso a crédito e conseqüentemente as inovações tecnológicas e este é o grande gargalo para as inovações das atividades ligadas ao campo (VEIGA, 2002).

⁵ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Outros estudos têm comprovado a importância da agricultura familiar na geração de emprego na atualidade. Segundo a FAO (1995), os empregos gerados na agricultura são mais estáveis em comparação às demais atividades econômicas. As pesquisas realizadas pela Universidade Federal de Lavras (2002) em Minas Gerais, demonstram que uma queda de 50% das receitas agrícolas provoca uma diminuição de menos de 5% da ocupação total das Unidades Familiares Produção (UFPs). Estes dados evidenciam que a agricultura familiar é mais flexível, em relação aos demais setores em tempos de crise e, também, é a que cria ocupações a um custo mais baixo.

No entanto, cabe ressaltar que o entendimento sobre o rural vem nos últimos anos se transformando. O setor tem agregado novas atividades que se apóiam na combinação entre a produção de alimentos voltada para o consumo da família e para o mercado, e a execução de atividades não agrícolas, tais como: turismo rural, pequena empresa familiar, artesanato, serviços profissionais especializados, trabalho temporário externo e outros. Essa pluralidade de trabalho é a característica marcante da atualidade do rural, cuja transformação está sendo essencial para complementação de renda; portanto sendo estratégica à sobrevivência e à manutenção da propriedade na maioria dos casos.

Pelas razões expostas anteriormente sobre a problemática do campo na atualidade, muitos países estão investindo maciçamente na formação voltada a esta demanda, com o objetivo de reverter este quadro desfavorável para agricultura familiar. Neste sentido uma educação específica e adaptada a esta realidade representa uma saída para esta camada da sociedade que ficou a margem do processo de formação. Isto, também significa corrigir uma injustiça e ao mesmo tempo um direito à cidadania desta população que ficou a margem do sistema educativo.

Foi neste contexto que no final da década de 1980 do século passado, foram criadas as Casas Familiares Rurais (CFRs) na Região Sul do Brasil. Este modelo de escola para o meio rural foi inspirada nas experiências francesas surgidas em 1935. Entre as finalidades das CFRs, tem por objetivo possibilitar uma educação apropriada às necessidades socioeconômicas, visando diminuir o êxodo rural, desenvolver o campo, superar as condições de pobreza e abandono, entre outros problemas existentes no meio rural, através de uma formação adequada dos jovens e suas famílias junto às comunidades (ARCAFARSUL, 2009).

As CFRs utilizam como metodologia a pedagogia da alternância, que alia num mesmo processo a profissionalização do jovem, com a formação social e sustentável voltada para o meio rural e; ao mesmo tempo, sem afastar o jovem do convívio de sua família e da propriedade.

Neste modelo a responsabilidade administrativa, legal, financeira e pedagógica da escola está a cargo de uma associação de pais. Na França esta proposta de ensino foi bem sucedida e se espalhou rapidamente por todo o país, posteriormente se expandiu para outros países (ESTEVAM, 2003).

Todavia a formação em alternância diferencia-se do modelo de ensino tradicional, porque no seu processo de ensino-aprendizagem utiliza situações vividas pelos jovens em seu meio profissional; em vez da simples aplicação prática de aulas teóricas. Neste modelo, os alunos são os atores de sua própria formação, num processo permanente em que ao adquirirem o conhecimento, ao longo de sua experiência de vida socioprofissional (familiar, profissional, social e cultural), estes saberes e conhecimentos são socializados, fazendo da escola um lugar mútuo de ensino e formação profissional (QUEIROZ, 2004).

A organização e a metodologia das Casas vão se criando de maneira democrática, empiricamente, numa estrutura de formação de responsabilidade dos pais, das pessoas e das forças sociais locais. A relação com as organizações sociais e o poder público sempre se deu na forma de parceria, resguardando a autonomia de gestão e dos princípios político-pedagógico da alternância.

No Sul do Estado de Santa Catarina, a primeira experiência surgiu no início dos anos noventa do século passado e conta com três experiências em funcionamento nos seguintes municípios: Sombrio, Armazém e Laguna. A CFR de Armazém, objeto de estudo trabalha com os princípios da Pedagogia da Alternância possibilitando ao jovem a profissionalização e a formação geral, tendo iniciado suas atividades em 2002. Atualmente, estão matriculados 62 jovens divididos em três turmas; e outros 29 já se formaram. A Casa Familiar é administrada pela associação de pais composta por aproximadamente 80 famílias associadas, residentes nos municípios de Armazém, Gravatal, São Martino e São Bonifácio. Conforme a figura 1 a seguir.

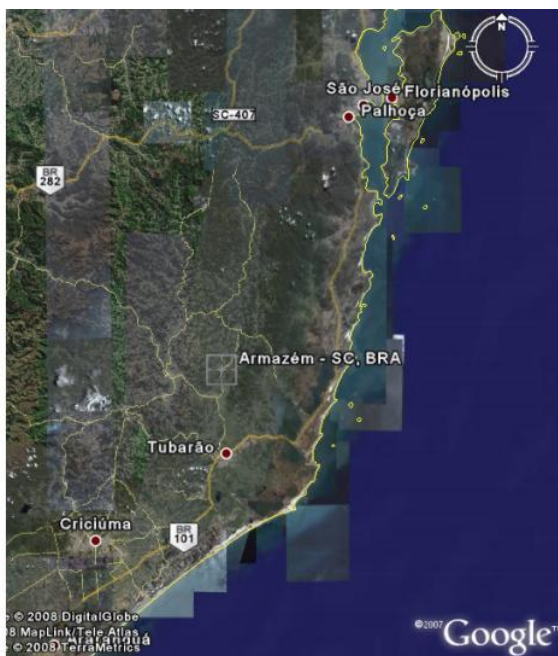


Figura 1 – Localização do Município de Armazém - SC.
 Fonte: Earth Google (2009).

Diante do exposto a presente tese visa analisar através de pesquisa de campo nos municípios que compõem a CFR de Armazém, Sul de Santa Catarina as seguintes questões de pesquisa: Quais foram os resultados obtidos pelo processo de formação da CFR de Armazém, a partir do estudo dos casos dos jovens egressos? Além desta pergunta outras são pertinentes: será que a formação ofertada é capaz de reverter às hostilidades enfrentadas por esses jovens? Qual é a situação destes jovens egressos? Os PPVJs estão sendo implementados na forma planejada? Houve melhoria das condições de trabalho de renda das famílias? Quais os obstáculos enfrentados no caso da sua não realização?

Estas questões apontadas são fundamentais e justificam uma investigação mais efetiva e cuidadosa sobre as experiências destes jovens. Por considerar que este modelo de ensino não se baseia em exames, provas ou testes para avançar em seu processo de formação, mas está centrado nos PPVJs e nas suas capacidades de empreender em seus meio sócio-profissional. Por isso se torna imprescindível averiguar

até que ponto essa formação recebida pelos Jovens são capazes de modificar a sua realidade e de suas famílias num ambiente de tantos desafios que é a agricultura familiar na atualidade.

1.2 JUSTIFICATIVAS

Como justificativa para esta tese acredita-se ser imprescindível investigar e avaliar um empreendimento de cunho social como é a CFR que atua no enfrentamento de mazelas sociais do campo.

A escolha do tema para a realização deste trabalho tem inúmeras razões para justificar a importância deste estudo. O interesse pelo assunto surgiu a partir de minha experiência. Inicialmente trabalhei na agricultura durante muitos anos, posteriormente realizei pesquisas sobre o tema. A necessidade de aprofundar os estudos sobre as CFRs surgiu a partir da constatação de poucas pesquisas em Santa Catarina a respeito da formação de jovens do campo.

Um dos motivos a realizar estudos sobre formação de jovens do campo está vinculado a minha própria experiência de vida. Sou filho de agricultor familiar da área rural do município de Sombrio (uma pequena cidade do Sul de Santa Catarina). Nasci numa pequena comunidade, onde nela vivi e trabalhei até a minha adolescência. O perímetro urbano ficava a uma distância de vinte quilômetros da localidade ligada por uma estrada extremamente precária, em que o principal meio de transporte utilizado era o ônibus, seguidos da bicicleta e da carroça.

Para frequentar a escola era preciso caminhar diariamente vários quilômetros, nos dias chuvosos normalmente as aulas eram suspensas, pois a estrada alagava não sendo possível a sua travessia. O sistema de ensino oportunizado para os alunos era de primeira a quarta série do Ensino Fundamental, o regime era o multisseriado, em que havia apenas uma professora para atender as quatro séries numa mesma sala, também era a professora que preparava a merenda para os alunos.

Além desta peculiaridade da minha biografia, outro fato que despertou meu interesse em relação ao tema decorreu de um incidente aparentemente isolado e corriqueiro. No início do ano letivo, após as férias de fim de ano, eu e meus colegas fomos incentivados pela professora para que fizéssemos uma redação com o seguinte título: “como foram as suas férias no campo”.

Este desafio gerou uma série de questionamentos da turma: primeiro não sabíamos direito o que eram férias? O recesso escolar era o pior período do ano para nós, pois coincidia com a colheita do fumo (a grande maioria eram filhos de fumicultores). Desta forma para nós era o

contrário: ter aulas, significava entrar de “férias”, uma vez que as aulas pelas manhãs nos poupava do trabalho árduo da agricultura por meio período do dia. Segundo, não entendíamos direito o significado de campo, pois o único que conhecíamos era o de futebol. Por nenhum momento passou pela imaginação de alguém da turma um outro significado para o termo. Diante de tantas dúvidas e incertezas, minhas e dos colegas, resolvi tomar a iniciativa e perguntar a professora o que ela estava propondo com esta atividade de “como foram as suas férias no campo”? A professora nos respondeu com outra pergunta: afinal “você não tiveram férias?” Respondemos que em relação ao período escolar sim, mas quanto ao trabalho não. A professora continuou o seu questionamento: “então, o que vocês fazem aos domingos?” Respondemos: “vamos ao culto, jogamos bola, às vezes pescamos, visitamos uns aos outros, enfim...”. Insatisfeita com as respostas, outras perguntas foram feitas pela professora: “você também, por acaso, não apanham frutas, tiram leite, tomam banho em açudes, passeiam pelas florestas, visitam seus avós, tios, parentes, por exemplo? Essas são idéias que você devem usar em suas redações. É só puxar um pouco pela memória que é possível escrever muitas coisas a respeito do tema. Espero que agora você tenham entendido o que eu quero dizer com: ‘passar as férias no campo’”.

Este exemplo particular, dá uma noção de como é tratado a educação do campo. Certamente esse exemplo, ainda é repetido com certa “naturalidade” atualmente nas escolas do meio rural. Trata-se não tão somente de uma questão pessoal, mas de um problema generalizado da formação do campo. Uma formação totalmente descontextualizada da realidade. Por isso existe a necessidade de avaliar estes projetos destinados a formação de jovens do campo. Uma vez que, surpreendentemente apesar da importância desses programas rurais, de tudo que já se escreveu e se falou em função deles; no entanto ainda não existe uma diretriz sistematizada sobre essas experiências, que supostamente trazem uma proposta inovadora em termos de empreendedorismo para o meio rural. Ainda existe pouca sistematização em termos da própria avaliação do público que esta sendo atingido e por isso, também é fundamental essa pesquisa.

Apesar de passar mais de trinta anos desse episódio, agora existe um agravante a mais que é a nucleação das escolas, em que a estrutura educacional atual (Ensino Fundamental) está montada para afastar o jovem de seu meio. Os mesmos são deslocados para os centros urbanos para estudarem, ao chegarem a estes locais há um estranhamento, pois

aprenderem uma cultura diferente e aos poucos vão assimilando outros valores considerados mais “modernos” que os seus (ESTEVAM, 2003). Conheci a proposta da formação por alternância assim que cheguei à UFSC; são quase vinte anos em que colaborei com o projeto de forma direta e indireta. Esse registro da minha prática profissional mostra a possibilidade de contribuir no futuro com essa população, uma vez que desenvolvo algumas pesquisas e esse trabalho está intimamente conectado com essas experiências de alternância. Isso justifica parte do fôlego desse trabalho e da utilidade concreta para essas práticas que já estão em desenvolvimento. Isso, sem deixar de registrar que a atual investigação voltada para a tese de doutorado, representa, de certa forma, um desdobramento da pesquisa realizada no mestrado, que agora ganha novo ímpeto. Os frutos desta dedicação já estão surgindo, o trabalho desenvolvido junto a esses projetos já é uma realidade.

A justificativa social e econômica da escolha da CFR de Armazém é por se tratar de uma organização não-governamental e sem fins lucrativos, considerada uma experiência inovadora em termos de formação de jovens do campo para o município e região. A entidade é formada e administrada por uma associação de famílias ligadas a agricultura familiar (atualmente são mais de 80 famílias associadas). Esta pesquisa se justifica por esta ser considerada uma experiência inovadora, confirmada pelos objetivos traçados pela instituição que são os seguintes: oferecer formação integral aos jovens do campo; permitir a permanência do jovem no campo de forma empreendedora, não afastando do seu meio; estimular as pessoas a desenvolver potencialidades; melhorar a qualidade de vida das famílias; desenvolver na comunidade o espírito participativo, entre outros (CFR, s/d). São estas características ousadas merecedoras de um estudo mais cuidadoso para averiguar os seus resultados práticos.

Os objetivos de uma organização sem fins lucrativos podem ser mais complexos do que uma com fins lucrativos, segundo Slack et al. (2002), porque envolvem uma mistura de objetivos políticos, econômicos, sociais ou ambientais. São fatores que aumentam a chance de que as decisões de suas operações ocorram em condições de objetivos conflitantes. Por isso existe o risco de um jovem da CFR não receber a formação adequada. Entretanto, para o autor, as operações são as mesmas em organizações com fins lucrativos. E enfrentam os mesmos conjuntos de problemas, como: produzir produtos ou serviços, investir em tecnologia, subcontratar algumas de suas atividades, criar medidas de desempenho, melhorar o desempenho de suas atividades, entre outros.

Em consulta preliminar às autoridades locais e aos monitores que trabalham no projeto, os mesmos consideram os resultados alcançados em termos econômicos e sociais, positivos. Contudo, conforme já enfatizado os estudos realizados sobre o tema são raros e muitas vezes enfocam muito mais a respeito da produção, do êxodo e de outros assuntos. O projeto ainda não foi avaliado de maneira a permitir a verificação prática de seus objetivos, observando se foram alcançados em diversos aspectos: empreendedorismo, empregabilidade, inovações implantadas, mudanças nas propriedades, melhoria na renda e no conforto da família, entre outras.

Outra característica a ser destacada é referente aos municípios de abrangência da CFR que são essencialmente rurais, em que quase 70% da população residem no campo. Portanto esta seria também uma razão que justifica uma investigação cuidadosa do impacto desta experiência nos municípios.

Ciente da problemática de pesquisar um tema complexo que traz entre outras questões os aspectos econômicos, sociais, culturais, ecológicos, entre outros. Desta forma esta tese se propõe em contribuir para o aumento do conhecimento disponível no campo da Engenharia de Produção sobre formação de jovens do campo, especialmente sob a percepção dos envolvidos. Para tanto recorrer-se-á ao referencial teórico analítico focado na noção de formação, desenvolvimento, empreendedorismo, empregabilidade, inovação, entre outros.

A percepção do baixo nível de qualificação do meio rural e à constatação de que uma das causas concentram-se na deficiência do processo de formação (Ensino Fundamental e Médio), justificam uma de pesquisa como esta porque é necessário conhecer mais detalhadamente o impacto concreto que a experiência vem produzindo no meio rural.

1.2.1 MÉRITO DA PESQUISA

Uma pesquisa, independente do tema escolhido e não importa se é aplicada ou não, deve seguir determinados critérios para que se justifique e ao mesmo tempo não cause frustrações ao pesquisador. Esta de tese é um trabalho de pesquisa e por isso, obedeceu aos critérios de julgamento determinado, no caso para obtenção de aprovação no doutorado, definidos pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina. Neste sentido os méritos deste trabalho estão pautados nos seguintes aspectos:

1.2.2 Contribuição

O tema formação dos jovens rurais, na atualidade é fortemente discutido em outros países. No Brasil, são raros os relatos e publicações especializadas sobre o campo, especialmente na Engenharia de Produção. A literatura especializada disponível foca os aspectos sociais e a dicotomia entre o rural e o urbano, mas não discute sobre as perspectivas de uma vida com as mesmas possibilidades no campo. Nesse sentido, este projeto visa contribuir nos raros estudos existentes que são gerados sobre o tema.

1.2.3 Relevância

A importância do tema está relacionada com o reconhecimento de que a difusão do conhecimento na atualidade é imprescindível, independente se no setor rural ou urbano, a busca pelo conhecimento deve ser. O enfoque na formação do jovem rural para poder empreender se torna relevante porque o rural neste país sempre foi sinônimo de atraso e abandono. Diante disso, a relevância da pesquisa está no fato de que as pesquisas na área da Engenharia de Produção estão focadas na indústria, comércio e serviços, quando abordam os aspectos rurais ou fazem de maneira indireta ou muito focada em um único aspecto. Dificilmente as questões rurais são discutidas na sua amplitude e profundidade merecida.

1.2.4 Originalidade/Ineditismo

A originalidade e o ineditismo do tema inserem-se no momento atual que se está vivenciando. Tempos de grandes mudanças e transformações em que os espaços se diluem e conseqüentemente tornou-se possível ser rural na cidade e urbano no campo. Desta forma a literatura também deve compreender e responder a estes novos desafios impostos pela realidade atual. A inexistência de um estudo que parta da possibilidade de análise do rural para o rural e avalie com profundidade os resultados concretos do trabalho desenvolvido na formação desses jovens, poderá se transformar em modelo para outras experiências e estudos. As abordagens existentes sobre o tema se restringem à apresentação de análise partindo de uma perspectiva urbana para o rural, muitas vezes carregada de juízos de valores. Esta será a contribuição desta pesquisa dentro do campo da Engenharia de Produção.

1.2.5 Viabilidade

A realização do trabalho foi viável devido a experiência do pesquisador em trabalhos desenvolvidos junto a formação de jovens rurais, inclusive com um livro publicado sobre o tema. Para alcançar os objetivos propostos foi realizada a pesquisa de campo, sendo que a mesma foi perfeitamente viabilizada, pois contatos preliminares já haviam sido feitos.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Avaliar e propor alternativas com base nos resultados obtidos pela formação por alternância: a partir do estudo de caso dos jovens egressos da CFR de Armazém – SC.

1.3.2 Objetivos específicos:

- a) Identificar se os jovens egressos se tornaram empreendedores em termos de atitudes e inovações introduzidas nas propriedades;
- b) Analisar se o trabalho desenvolvido pela CFR possibilitou a criação de novas oportunidades de trabalho e renda para as famílias;
- c) Desenvolver indicadores de análise comparativos sobre os resultados alcançados pela experiência estudada;
- d) Propor alternativas de melhoria com base nos resultados obtidos para o projeto da CFR;
- e) Analisar as transformações efetivas nas condições de vida dos jovens e de suas famílias;
- f) Identificar quais são os pontos vistos como positivos e as dificuldades encontradas no processo de formação.

1.4 DELIMITAÇÕES/LIMITAÇÕES

Depois da definição dos objetivos, considera-se importante, realizar as delimitações e os limites de aprofundamento do estudo. Com relação a limitação da pesquisa, tem-se o espectro de atuação da entidade pesquisada e sua área de abrangência. Para Gil (2004) um primeiro critério a ser observado é o *espacial*. Por se tratar de uma pesquisa empírica, é necessário delimitar o campo de observação, ou seja o local em que o fenômeno em estudo se localiza. No caso deste estudo trata-se

da CFR de Armazém localizado na cidade de Armazém - Sul do Estado de Santa Catarina.

Outra delimitação necessária é a *temporal* que para o autor supracitado, significa o período em que o fenômeno a ser estudado está circunscrito. Neste sentido, o recorte temporal foi delimitado pelas duas primeiras turmas formadas. Ou seja, para se chegar à delimitação considerou-se os seguintes critérios: em 2006 foi o ano que se formou a primeira turma com 17 alunos, em 2007 a segunda turma com 12, em 2008 mais 18 jovens se formaram totalizando 47 jovens. Considerando que objetivo da pesquisa é avaliar os resultados práticos dos PPVJs, optou-se em pesquisar as duas primeiras turmas, por acreditar que estes jovens teriam maior tempo de formação e, por isso os resultados concretos seriam mais consistentes.

Por último, ressalta-se o caráter exploratório e descritivo da pesquisa, pois a mesma está limitada à região dos três⁶ municípios de abrangência da experiência que podem fornecer características sociais, culturais e econômicas locais em detrimento de outras mais universais.

1.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho, para ser realizado deve possuir uma estrutura específica. Tendo por base o tema, problema e objetivos, justificados anteriormente, é necessário apresentar a metodologia utilizada no desenvolvimento da presente tese. O enquadramento metodológico da tese nas categorias de pesquisas definidas metodologicamente, é um passo importante no desenvolvimento dos objetivos traçados.

A pesquisa se caracteriza como pesquisa exploratória e descritiva. É um trabalho de natureza exploratória porque envolve levantamento bibliográfico e busca ampliar e aprofundar conhecimentos que auxiliarão na definição dos objetivos do trabalho e do referencial para consistência na elaboração dos resultados. Desta forma, o estudo visa proporcionar conhecimento para a sociedade e o pesquisador a respeito do tema estudado; a fim de poder formular problemas mais objetivos, desenvolver hipóteses para próximas pesquisas e estudos posteriores.

É descritiva, porque para descrever as características do projeto e da população estudada, para melhor compatibilizar com os objetivos traçados, fez-se coleta de dados primários através de pesquisa de campo, quanto às condições dos PPVJs. Os dados coletados para o

⁶ Somente a partir de 2007, houve a inclusão do município de São Bonifácio na área de abrangência da CFR, por isso esta pesquisa limitou-se a estudar os três municípios.

desenvolvimento dos resultados pretendidos pela tese, visaram obter e analisar informações para os objetivos traçados.

1.6 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Esta tese está dividida em cinco capítulos.

O primeiro contextualiza a pesquisa, define o problema, estabelece os objetivos do trabalho, justificativas e limitações.

No segundo capítulo, apresentam-se a revisão teórica acerca das CFRs, formação por Alternância, PPVJs, desenvolvimento local, empreendedorismo, entre outros conceitos que fundamentam a realização do trabalho.

A metodologia é delineada no terceiro capítulo, em que são apresentados, o paradigma de pesquisa, etapas, procedimentos metodológicos e classificação da pesquisa.

O quarto capítulo apresenta a pesquisa de campo por meio de recursos estatísticos e a discussão dos dados obtidos com a pesquisa de campo e a conclusão do capítulo.

As conclusões apresentam os resultados alcançados pela pesquisa de campo, identifica os pontos relevantes do trabalho, nela também são apresentadas as recomendações para possíveis pesquisas e aplicações futuras

2. A GÊNESE DAS CFRs E A CONSTRUÇÃO DO MODELO DA FORMAÇÃO POR ALTERNÂNCIA

Neste capítulo é apresentada a fundamentação teórica o trabalho que serve como suporte para a pesquisa.

2.1 A GÊNESE DAS CFRs NA FRANÇA E A SUA EXPANSÃO

A história das CFRs remete ao sudoeste Francês ao ano de 1935 do século passado. A agricultura francesa nesse período passava por uma grande crise e o sistema educacional era considerado inadequado para o meio rural. Diante deste quadro desfavorável os agricultores decidiram criar uma escola para seus filhos. A proposta tinha por objetivo oferecer aos jovens uma formação alternativa e personalizada de acordo com a realidade vivida, que possibilitasse ao mesmo tempo, além do aprendizado teórico-prático, despertar no jovem a motivação para estudar e elevar a sua auto-estima. O projeto ainda se propunha promover o desenvolvimento do meio local, através da formação (MFRs, 2009).

Segundo Gimonet (1998), sem estruturas escolares estabelecidas e sem referência a qualquer teoria pedagógica, eles imaginariam um conceito de formação que proporcionaria aos seus filhos educação, formação e preparação para suas futuras profissões. Eles criaram empiricamente uma estrutura de formação que seria da responsabilidade dos pais e das forças sociais locais. O ponto de partida foi o pressuposto de que o conhecimento a adquirir se encontraria, sem dúvida, na escola, mas também e antes de tudo na vida cotidiana, na produção agrícola, na comunidade; isto é, no fazer, na experiência concreta, partindo ainda da premissa de que “a vida ensina mais do que a escola”.

Os bons resultados obtidos nesta iniciativa, possibilitaram a elaboração de uma proposta melhor formulada. Depois desta experiência, o projeto expandiu-se rapidamente por todo o País. E a partir de 1945, iniciou-se o processo de expansão para fora do território francês, conquistando diversos países da Europa, África, América, Ásia e Oceania. Atualmente, são mais de 1.000 CFRs distribuídas em todos os continentes. As mesmas estão organizadas em Uniões Nacionais e vinculadas à Associação Internacional das Casas Familiares Rurais (AIMFR), com sede em Paris - França (MFRs, 2010). A seguir a figura 2 mostra a distribuição das CFRs no mundo.

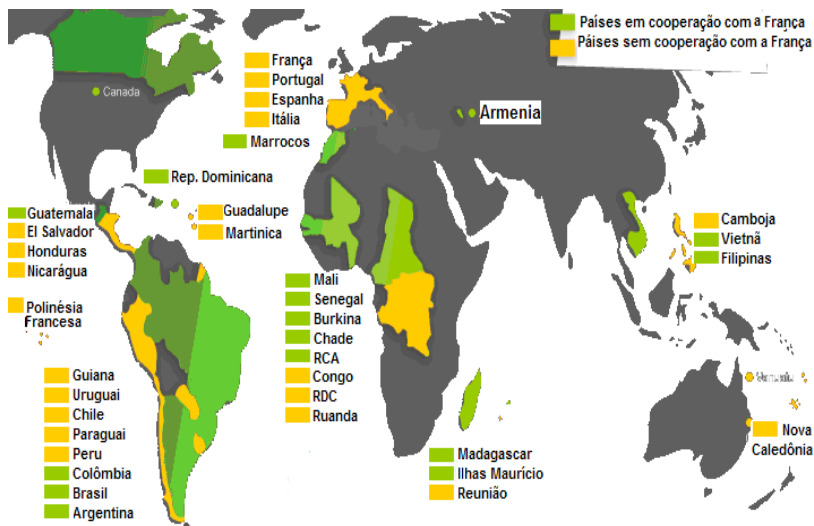


Figura 2 – Distribuição das CFRs no mundo

Fonte: MFRs - 2010

No Brasil, a primeira CFR surgiu no Sudoeste, mais precisamente no Estado do Espírito Santo, no ano de 1969, posteriormente se expandindo para as Regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte. Depois de conquistar estas Regiões, o projeto também foi implantado na região Sul (Paraná), no ano de 1987. Ali foram iniciadas as discussões envolvendo os agricultores e autoridades locais, possibilitando o início da implantação da primeira CFR, dois anos depois, no município de Barracão - PR. Já em Santa Catarina, no ano de 1991, nascia a primeira Casa Familiar Rural, em Quilombo, município do oeste catarinense. Hoje, existem vinte e cinco CFRs em funcionamento distribuídas por todo o território Catarinense, estando a maioria delas concentradas na região de origem - Oeste do Estado (ARCAFARSUL, 2009).

Com o crescimento do projeto foi necessário criar uma coordenação para padronizar e coordenar as atividades em nível regional. A partir desta necessidade surgiu a ARCAFAR-Sul (Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil), como órgão oficial das CFRs, com sede no município de Barracão - PR.

Segundo a ARCAFAR-Sul (2009), uma CFR é definida como uma instituição educativa, dentro do meio rural, criada para formar jovens filhos de agricultores que buscam uma educação personalizada e uma formação integral, a partir de sua própria realidade. É uma escola-

residência, na qual os filhos dos agricultores que não conseguiram concluir o Ensino Fundamental podem estudar os conteúdos de 5ª a 8ª séries, e também, os conteúdos de formação geral e profissional, sem abandonar suas atividades no campo. É administrada por uma Associação de pais e lideranças das comunidades envolvidas no projeto, constituindo-se uma Organização Não Governamental. O trabalho desenvolvido na CFR utiliza como método de educação a pedagogia de alternância⁷, em que o jovem passa uma semana na Casa Familiar em internato e duas semanas nas propriedades.

A responsabilidade na formação dos jovens é dividida conjuntamente entre pais e monitores. Juntos eles discutem os planos de estudo e as práticas a serem adotadas na propriedade e na Casa Familiar e ainda definem os papéis na relação entre pais e filhos. O período de duração do curso é de três anos, o equivalente no Ensino Fundamental à formação de 5ª a 8ª série, permitindo ao jovem completar os estudos sem abandonar suas atividades e ao mesmo tempo utilizar a propriedade dos pais como elemento principal de sua formação (ARCAFARSUL, 2009).

Outro aspecto importante que diferencia as CFRs de outros estabelecimentos de ensino são as parcerias realizadas com as mais diversas instituições. Como por exemplo, com o poder público para a sua manutenção e pela proposta pedagógica utilizada ser considerada como de interesse público; a formação de parcerias com Universidades para criação de projetos de curso de formação específicos para os monitores/educadores da Alternância; com empresas, cooperativas e associações, são fechadas parcerias para visitas de estudo, estágios e auxílio na manutenção das atividades da Casa (ESTEVAM, 2003).

O envolvimento das organizações tem duplo objetivo, por um lado, possibilitar uma formação mais ampla possível e, por outro, o desenvolvimento do meio (local), através da Pedagogia da Alternância que representa uma proposta adequada à realidade rural, formando jovens que conheçam sua realidade e aprendam a partir dela. Por isso:

O envolvimento da comunidade é primordial para a consecução dos objetivos do Projeto, cuja implantação só acontece a partir da demanda da própria comunidade. A partir daí, começa a se

⁷De acordo com Nogueira (1999, p. 12), “tem-se identificado a alternância, que corresponde ao ritmo em que os jovens agricultores se alternam nos períodos passados com as famílias e aqueles em que desenvolvem suas atividades na Casa Familiar”.

desenvolver o senso de responsabilidade pelas escolas, a busca por soluções para os problemas da região, a valorização do agricultor como cidadão e como profissional. Conseqüentemente, o Projeto acaba despertando a iniciativa e a participação comunitária, além de uma atuação conjunta por parte dos órgãos executores e parceiros do Projeto. E ainda, cria projetos de desenvolvimento regional oriundos das aspirações da população local e dos ensinamentos da Casa Familiar Rural.

As Casas têm evoluído de acordo com a maturidade política das comunidades. Nas cidades em que as lideranças constituídas e os agricultores compreendem suas atribuições junto ao Projeto, este se torna a mola propulsora da agricultura no município ou na região (PASSADOR, 2000, p. 02).

Todos esses aspectos referenciados sobre a participação comunitária estão focados na afirmação de Calvo (2002) de que: sem formação não há desenvolvimento pessoal e nem local. E sem desenvolvimento local não é possível haver o desenvolvimento pessoal integrado. A questão local ganha importância no processo de formação, é o lugar da ação, da aplicação prática do conhecimento teórico adquirido, que possibilita a educação de duas gerações ao mesmo tempo. “Com essa nova forma de formação do meio, pais, mães, filhos; enfim a família adquire maior capacidade para assumir cada vez mais as próprias responsabilidades no mundo rural em evolução” (GILLY, s/d, p. 05).

Esse método de ensino faz a junção no processo de formação de vivência na escola (CFR) e na propriedade (família). Para Silva (2000) neste processo se alterna a formação prática com a formação teórica que, além do conteúdo de conhecimentos gerais (português, matemática, química, física, biologia e outros), inclui conteúdos de vivências associativas e comunitárias. Outro ponto fundamental é a ênfase na participação dos pais no processo pedagógico-educativo e na gestão da CFR, além de buscar, a partir da família, a formação pessoal e o desenvolvimento do meio local.

Neste sentido é importante elucidar a origem e a evolução do conceito de alternância. Como ele surgiu os contornos que foi sendo desenhado ao longo do tempo.

2.1.1 Os conceitos e modelos da formação por Alternância

O conceito de alternância conhecido na atualidade tem sua trajetória construída ao longo do desenvolvimento das CFRs, por isso torna-se necessário conceituar a sua terminologia. O termo é originário do latim, *alternare*, proveniente de *alter-iris*, que significa outro. Na França, a sua utilização remonta ao século XIV, no entanto, atualmente Alternância significa a repetição no tempo e no espaço, em uma ordem regular, dos elementos de uma série. Segundo Silva (2000) esta seria uma explicação atualizada do termo. Presente também em outras áreas do conhecimento, o termo alternância apresenta uma gama de significados que varia segundo a disciplina em questão

Se existe consenso em termos do significado do conceito de alternância, em termos de modelo a questão é muito mais complexa. Como o modelo deve respeitar as especificidades de cada local ou região a sua aplicação também passa por adequações conforme o meio em que está sendo utilizada. Por isso, na França diversos autores têm buscado classificar a alternância a partir de diferentes elementos.

Esta busca por classificar a alternância, segundo Gimonet (1999), representa uma defesa das CFRs para evitar a banalização do movimento. Neste sentido, conforme Silva (2000) autores clássicos no estudo dos modelos de alternância, formulam tipologias diferentes, mas com sentidos bem aproximados entre si. Nomes importantes como André Duffaure, Daniel Chertier, Jean Claude Gimonet, entre outros intelectuais vão fazer a defesa do modelo de alternância integrativa ou interativa (BEGANAMI, 20003).

Ainda em relação a França, segundo Silva (2000), o debate sobre a alternância é dividido em dois grupos de teóricos: de um lado os que defendem a PA como fonte de renovação educativa; de outro, os cautelosos que consideram a alternância longe desta renovação. Todavia existe consenso entre os autores sobre o processo de expansão que tem gerado uma grande confusão, porque uma experiência de formação escolar que faz a junção entre o meio profissional e escolar para que seja denominada de alternância tem que seguir e cumprir certos critérios. Desta forma o grande número destas experiências tem suscitado inúmeras imprecisões; neste sentido, tornou-se difícil elaborar uma definição capaz de abranger a diversidade das experiências de formação por alternância.

Por isso, para amenizar os reflexos a respeito destas imprecisões nas definições, foram estabelecidos vários critérios de classificação e

tipologias que vão desde uma simples alternância entre tempos e espaços, sem a preocupação de uma sintonia, até uma definição mais elaborada. Para Queiroz (2004), se a alternância ganhou visibilidade social e despertou o interesse no campo da educação como objeto de pesquisa, isso não significa dizer que exista aprofundamento suficiente sobre o tema. Desta maneira surge a necessidade de realizar um breve inventário sobre essas tipologias e definições.

Ao fazer isto não se tem a pretensão de esgotar o tema, mas realizar uma breve discussão. Segundo Silva (2000) apesar dos principais autores franceses utilizarem termos próprios na definição da alternância existem entre eles inúmeras semelhanças. Queiroz (2004) agrupou em quatro classificações: A primeira é baseada em Girod de l'Ain caracterizada por dois modelos em que existe uma articulação entre a teoria e a prática ou entre o educativo e o econômico, os dois tipos são denominados de alternância externa e interna. A externa tem sua essência na relação escola-empresa, baseada na atividade profissional para a continuidade dos estudos. Visa, portanto, não desvincular o trabalho intelectual do manual. Já a alternância interna consiste na realização de atividades profissionais durante o período dos estudos e não mais o trabalho como condição ou pré-requisito para a formação.

A segunda classificação, em oposição a este modelo acima (alternância externa/interna), segundo Silva (2000), desenvolvida nos anos setenta do século passado, teria menos sentido na atualidade. O modelo foi desenvolvido por Malglaive⁸ que classificou em três tipos de alternância: a falsa alternância, a alternância aproximativa e a alternância real. O terceiro modelo foi realizado por Bourgeon que classificou, também em três modelos: a alternância justapositiva, a alternância associativa e a alternância e copulativa. A quarta classificação foi Lerbert que desenvolveu em três tipos: a alternância ritmo, a alternância da reversão e a alternância da reversibilidade. (QUEIROZ, 2004)

Para o autor citado acima, apesar das diferenças existentes nas classificações dos autores (Malglaive, Bourgeon e Lerbert) há correspondência na análise de ambos. Por exemplo, a alternância justapositiva corresponde á alternância de externa, a falsa alternância e a alternância de ritmo se caracterizam pela sucessão de tempos e/ou atividades diferentes: trabalho ou estudo, em que os dois momentos não

⁸ Esta parte foi organizado de maneira resumida, com base em Silva (2000) e Queiroz (2004) que discutiram amplamente este tema sobre as tipologias da alternância baseados nos seguintes autores franceses: Girod de L'Ain, Malglaive, Bourgeon e Lerbert.

têm nenhuma conexão entre eles. Ou seja, este tipo consiste em deixar lacunas nos processos de formação, a formação escolar, não tem nenhuma ligação com as atividades práticas. Em relação à alternância associativa corresponde a alternância aproximativa e ao mesmo tempo a alternância da inversão. Neste caso “trata-se de uma associação por alternância de uma formação geral e de uma formação profissional” (QUEIROZ, 2004, p. 94), em que o vínculo entre a atividade escolar e atividade profissional estão equilibrados, mas se constitui de uma simples adição e esta ligação aparece mais em nível institucional.

Por fim, a alternância copulativa que corresponde à alternância real e a alternância da reversibilidade. Para Queiroz (2004), por exemplo, a alternância real corresponde à copulativa ou à da reversibilidade, aquela que tem por objetivo uma formação teórica e prática global. Ou seja, busca relacionar as suas ações práticas com a reflexão sobre o porquê e o como das atividades desenvolvidas, em que o jovem é o centro do projeto e o protagonista do seu processo formação, através de seu projeto pessoal e de vida profissional. O Quadro abaixo resume os diferentes tipos de alternância.

Girod de L'Ain	Malglaive	Bourgeon	Lerbert
Alternância Externa	Falsa Alternância	Alternância Justapositiva	Alternância Ritmo
Alternância Interna	-	-	-
-	Alternância Justapositiva	Alternância Associativa	Alternância da Inversão
-	Alternância Real	Alternância copulativa	Alternância da Reversibilidade

Quadro 1 - Diferentes tipos e classificação de alternância

Fonte: Queiroz - 2004.

Diante de todo o esforço para caracterizar as práticas com base na formação por alternância, conforme Silva (2000), ainda os debates e as reflexões são permeados de dúvidas e incertezas que recobrem as fronteiras e os limites que caracterizam uma verdadeira alternância no interior das experiências das CFRs. Neste sentido a alternância deve ser entendida como um processo de formação em contínua e permanente construção.

Discutiu-se resumidamente, nesta seção, as múltiplas tipologias de alternâncias nas experiências de formação. A seção seguinte aborda aspectos da formação pessoal e o desenvolvimento do meio local.

2.1.2 A formação pessoal e o desenvolvimento do meio

Para atingir os objetivos de uma formação pessoal e ao mesmo tempo desenvolver o meio em que o jovem e sua família estão inseridos; a construção do modelo de formação das CFRs foi sendo moldado ao longo do tempo até se constituir no modelo de ensino que é conhecido mundialmente e se tornou uma das marcas específicas e diferenciadas do movimento das CFRs.

Neste sentido, o modelo de formação por alternância das CFRs é sintetizado no quadro 2, em que se pode verificar que o mesmo é formado de quatro pilares ou princípios (institucional, didático, pedagógico e pessoal), dividido em dois grandes eixos: num dos eixos estão as finalidades compostas por dois pilares (a formação integral pessoal e o desenvolvimento do meio); o outro eixo é constituído pelos meios que são integrados pela a alternância e a associação. O somatório desses pilares tem por finalidade contribuir através da formação com o desenvolvimento do meio local, conforme está sintetizado no quadro 2 a seguir.



Quadro 2: Os quatro pilares da formação por alternância das CFRs.
Fonte: Calvo (2002) - Adaptado.

Desta forma para que o processo de formação atinja seus objetivos, os quatro pilares devem ser todos observados e aplicados. De acordo com Gimonet (1999), a formação por Alternância e seus princípios fundamentais se desenvolveram e devem ser aplicados da seguinte forma: primeiro é necessário à existência ou formar uma associação local composta de pais e lideranças responsáveis pelos diversos aspectos: econômicos, políticos, jurídicos, gestão e outros. Segundo, adotar a metodologia da pedagogia da alternância: a alternância educativa e/ou integrativa entre o meio profissional e o escolar, fundamentada na experiência vivida, como ponto de partida do aprendizado. Terceiro, a formação integral, contribuindo para que o jovem construa a sua personalidade e o seu futuro junto com sua família e no meio em que vive. Tendo sempre como plano norteador “o projeto profissional e de vida do jovem” como instrumento de inserção neste meio. E quarto, o desenvolvimento do meio local construído através da formação de seus próprios atores, não sendo possível separar o desenvolvimento do meio da formação e da atuação dos jovens com as suas famílias e comunidade.

Estes princípios são complementares; cada um tem sua importância específica. A aplicação desses pilares deve ser de forma conjunta e integrada, pois se um deles falhar a proposta fica descaracterizada e o processo de formação não se concretiza. Segundo Calvo (1999), outras instituições utilizam o modelo de formação da alternância com uma ou mais dessas características, mas o que faz a diferença é a unidade, a utilização e a compreensão e perspectiva de movimento.

Ainda, sobre esses quatro princípios, para Gimonet (1999), eles não existem por acaso. É o caso do princípio associativo, primeiro pilar. Esse pilar já estava presente na convivência dos idealizadores das MFRs nos anos trinta do século passado, através da participação nos movimentos organizados de sua época, em defesa dos direitos dos agricultores e na melhoria da qualidade de vida no campo. Também, na maneira como o projeto educativo foi idealizado e posto em prática, tendo como parceiros e formadores os próprios pais dos alunos, famílias e lideranças locais.

Essa interface entre formação e desenvolvimento do meio já estava presente desde a fundação da primeira experiência na França. No momento em que algumas famílias de pequenos agricultores, líderes sindicais rurais e o pároco decidiram criar uma nova escola para seus filhos. No depoimento de um pai de aluno daquela época, citado por Forgeard (1999, p. 65) isso fica evidente: “... não tem saída válida para a

formação de nossos jovens se nós não nos juntarmos a eles na busca do progresso, em uma tentativa de desenvolvimento concreto de nossa própria região”.

Para Gimonet (1999), as CFRs estão atentas, desde a fundação há mais de setenta anos, a essas duas condições: o engajamento das famílias e os responsáveis locais e as coletividades territoriais. O desenvolvimento da região e a formação dos jovens dependem do envolvimento das famílias e das autoridades locais.

Diz Calvo (2002), que a concepção da formação por alternância se diferencia da formação tradicional porque não significa dar aulas e depois aplicar o conteúdo na prática. O processo de aprendizagem em alternância do jovem deve partir de situações vividas, encontradas, observadas em seu meio. Essas informações passam a ser fontes imprescindíveis de questionamentos, de trocas e a CFR deve encontrar as respostas necessárias a essas interrogações.

A leitura da realidade vivida precede a das palavras; nesse sentido o desenvolvimento do meio, parte da valorização dos recursos locais (FORGEARD, 1999). Por isso não existe a imposição de um modelo a ser seguido, mas da tomada de consciência da realidade, da ação conjunta na busca de soluções. As CFRs se caracterizam por uma ampla rede de relações estabelecidas entre monitores, jovens, pais, poder público, lideranças locais, empresas, cooperativas, entre outros.

Calvo (1999) e Forgeard (1999) concordam que a alternância como fator preponderante do desenvolvimento do meio, é alcançado através de algumas condições consideradas primordiais. A associação tem uma função ativa nesse processo e se constitui como ponto central para o exercício de trocas de experiências, aquisição de novos conhecimentos, uma rede de parceiros, lugar de interação, de diálogo. Enfim a associação é a razão de ser da CFR, como a força propulsora que agiliza, valoriza o meio e todo um território ou região.

Segundo Calvo (1999) a alternância é a outra condição importante na formação do jovem e no desenvolvimento do meio local. A alternância não deve ser entendida como dois momentos justapostos entre a escola e a propriedade, mas sim como dois tempos que se complementam mutuamente. A experiência vivida pelo jovem em seu meio sócio-produtivo deve ser prioritário em relação ao período passado na escola no processo de formação. Na CFR a experiência vivida deve ser valorizada e orientar todo o processo de formação. O vai e vem entre a propriedade e a escola provoca no jovem o questionamento, a reflexão (SILVA, 2000).

O monitor tem um papel insubstituível na formação e no desenvolvimento do jovem. Para Gimonet (2007), esta é uma condição extremamente importante, pois o monitor tem uma função global no processo de formação diferenciada do professor, que se concentra na maioria das vezes na matéria que leciona. Um monitor é ao mesmo tempo, animador, facilitador, técnico educador entre outras funções. Enfim é uma pessoa preocupada com o desenvolvimento do meio em que tem uma participação ativa das ações na comunidade, nas propriedades e com relações as entidades organizadas.

Por isso existe uma relação mútua entre a CFR e o meio, onde o meio é a fonte de evolução da CFR que provoca o desenvolvimento do meio. Então, a CFR não pode ser entendida como uma escola no sentido tradicional. É antes de tudo, uma associação de famílias com uma visão global de formação, de desenvolvimento integral da pessoa humana e do meio em que vivem, permitindo obter êxito por caminhos diferentes⁹ (FORGEARD, 1999).

2.1.2.1 A formação por alternância como Sistema de Interface

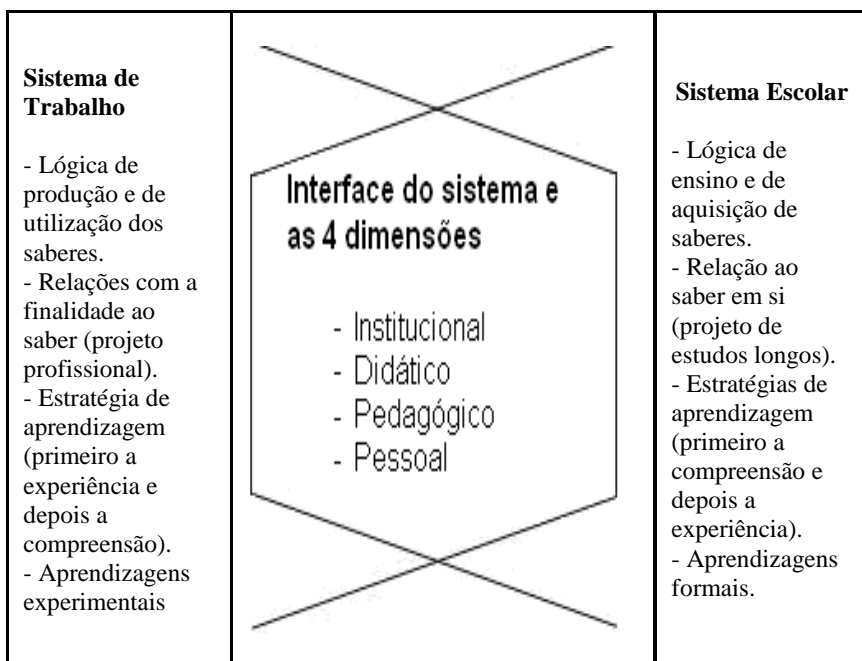
Sobre o modelo de alternância desenvolvido por Pineau (2001), é interessante fazer uma breve apresentação de seu esquema, de sua concepção e as suas diferentes dimensões. O seu modelo é complementar em relação aos demais autores relacionados anteriormente. Para desenvolver a sua teoria, o autor se baseia na proposta de outro autor francês chamado Geay (1998), que denominou tal esquema de engenharia de competências¹⁰ para repensar as potencialidades da alternância, propõe uma alternância entre estudo/trabalho de acordo com um sistema interface de quatro dimensões: institucional, didática, pedagógica e pessoal, com uma engenharia específica para cada pessoa como uma estratégia de formação numa perspectiva de autoformação e participativa entre os monitores.

O desafio da pedagogia da alternância é reconhecer todas essas diferenças e oposições nas mais diversas formas do processo de formação. De qualquer maneira, o sistema de interface faz a ligação entre o Sistema de Trabalho e o Sistema Escolar, integrando esses conjuntos de lógicas aparentemente opostas. Nesse sentido, Pineau

⁹ *Réussir Autrement*: Obter êxito por caminhos diferentes foi a tradução mais próxima para expressão que é o slogan das CFRs na França.

¹⁰ Para saber mais sobre engenharia da formação e da competência ver Begnami (2003).

(1998) propõe uma alternância entre estudo/trabalho conforme um sistema interface com quatro dimensões, de acordo com o quadro 3 a seguir.



Quadro 3 - O sistema de interface e suas dimensões

Fonte – Pineau - 2003 - Adaptado

A primeira dimensão é a institucional que supõe o desenvolvimento de uma parceria entre a CFR e a família numa, co-responsabilidade de equivalência de valor no processo de formação. Cada jovem deve desenvolver o seu projeto de vida, baseando-se em estudos e estágios ou trabalho concreto. Então, a Casa Familiar deve acoplar e acompanhar cada projeto individual que emergir, pois os alternantes são atores num meio sócio-profissional concreto e, portanto, também devem ser atores na escola (PINEAU, 2003).

A segunda dimensão é a didática que propõe um outro jeito de ensinar e aprender, partindo de um método indutivo que vai do concreto ao abstrato: um procedimento de formação inverso à dialética da escola tradicional. Parte-se da experiência vivida numa visão interdisciplinar do conhecimento. Para se ter êxito, a equipe pedagógica deve contar

com intervenções alternadas e co-animadas numa rede de parceiros que interagem numa relação de complementaridade.

A terceira dimensão é a pedagógica que para Begnami (2003) e Pineau (2003), necessita de uma aproximação entre os saberes e a profissão, entre o monitor e o mestre de aprendizagem (tutor). Daí uma engenharia da exploração da experiência e de acompanhamento com dupla tutoria: por um tutor mas também pelo monitor. A quarta dimensão é a pessoal que se refere à autonomia da ação do alternante, numa ótica de produção de saberes e do aprendizado da gestão de seu tempo pela engenharia da pesquisa e da autoformação (PINEAU, 2003).

Conforme Begnami (2003), a alternância deve integrar e transcender a formação e os espaços formais consagrados como lugares de profissionalização. Trata-se de um sistema que fortalece a função de apoio e de acompanhamento. O aprendiz situa-se novamente no centro do dispositivo pedagógico, ou, das situações criadas para facilitar aprendizagens que podem ser no local de trabalho ou em rede de intercâmbio. A formação pedagógica deve desenvolver-se numa alternância entre a formação formal e as situações de trabalho, por meio da qual, cada monitor constrói um percurso singular, mesmo situado num coletivo de formação (PINEAU, 2003).

Após a breve discussão sobre o sistema de interface da alternância, a seguir se discute os conceitos de desenvolvimento do meio e suas relações com outros modelos de desenvolvimento.

2.2 O DESENVOLVIMENTO DO MEIO LOCAL E A RELAÇÃO COM OS OUTROS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO

Referindo-se ao termo desenvolvimento, são utilizados inúmeros adjetivos globais, transversais, integrados, local, endógeno, territorial, sustentável entre outros. Portanto, não existe um modelo de desenvolvimento universalmente aceito e consensual, mas existem alguns termos chave que permitem delimitar com maior exatidão, aquilo que representa o plano de desenvolvimento (CALVO, 1999).

Primeiramente cabe abordar sobre o termo desenvolvimento que para Buss e Scheibe (1992) relatam que o sentido literal da palavra des (-) envolvimento em grande parte dos idiomas dos países ocidentais, em seu sentido literal “desenvolver” (*desarollar, developper, to develop, svilupare, entwickeln...*) é o mesmo que tirar do invólucro, do envelope, do pacote, desembulhar, desenovelar, entre outros. Posteriormente, segundo os autores, surgiu o significado mais aceito e dominante na

atualidade, que é “fazer crescer ou medrar, que progrida, aumente, melhore, se adiante, tornar maior ou mais forte e crescer” (p. 139).

No entanto, sobre os significados de desenvolvimento local também são muitos e não existe apenas um modelo universalmente aceito. Para Buarque (1999), o desenvolvimento local implica uma articulação entre diversos atores e esferas de poder, seja a sociedade civil, as organizações não governamentais, as instituições privadas e políticas e o próprio governo. Cada um dos atores tem seu papel para contribuir com o desenvolvimento local.

Para este mesmo autor, o local é um processo endógeno existente em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos, capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Apesar de constituir um movimento de forte conteúdo interno, o desenvolvimento local está inserido em uma realidade mais ampla e complexa, com a qual interage e da qual recebe influências, pressões positivas e negativas. Dentro das condições contemporâneas de globalização e intenso processo de transformação, o desenvolvimento local representa também alguma forma de integração econômica com o contexto regional e nacional, que gera e redefine oportunidades e ameaças.

O Desenvolvimento local, na perspectiva das CFRs, “refere-se a um determinado território, em oposição ao global e tem um caráter mais prático do que teórico; tem uma proximidade maior com as pessoas e parte das bases, ou seja, dos beneficiários” (CALVO, 2002, p. 143). Neste sentido o trabalho escolar deve estar relacionado ao trabalho comunitário e familiar, rumo à construção da qualidade de vida das pessoas e seus contextos rurais. Torna-se objetivo da escola, potencializar os contextos locais mediante a efetiva participação dos jovens e suas famílias na dinâmica comunidade/escola.

Ainda com base no autor acima referenciado, se o sistema de ensino oferecido pela formação de alternância não possibilitar ao jovem, a capacidade de desenvolver suas potencialidades, em seu próprio meio, a formação recebida servirá para expulsá-lo de sua realidade vivida. Por isso, a formação pessoal deve partir da realidade local de cada jovem e responder as suas necessidades. O desenvolvimento local será a soma de todos os desenvolvimentos pessoais, porque se isso não ocorrer o meio (local) expulsá-lo.

O conceito de desenvolvimento local, conforme Petitinga (2000), vem sendo criticado e ao mesmo tempo renovado por diversos autores. Um exemplo disso é o relatório mundial do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 1990, que coloca o Índice de

Desenvolvimento Humano (IDH) como medida universal de desenvolvimento com forte significado simbólico (MILANE, 2005).

Todavia, Lins (2007) argumenta que esses temas sociais já integram o segmento da economia, e que o desenvolvimento local é igualmente criticado em seus fundamentos, em suas práticas frequentemente contraditórias. Uma das críticas diz respeito ao evolucionismo social, que prega que os países subdesenvolvidos devem atingir o patamar daqueles desenvolvidos. Isto implica em que, ao seguir os passos dos países desenvolvidos, o desenvolvimento estaria garantido. A crítica está no fato de que em matéria de desenvolvimento não se pode antecipar os passos futuros de forma independente da realidade local, realidade esta que tem suas implicações peculiares.

Outro autor a discutir o tema é Rist (1996), afirma que o desenvolvimento deve ser entendido levando-se em conta os aspectos locais que têm significado em um território específico. O global passa a ter sua importância associada ao local e vice e versa, já que um está em constante mudança por conta das interferências do outro. Por conta disto, muitos autores utilizam o termo “glocal”, a junção dos dois aspectos, para se referir ao desenvolvimento.

No entanto, segundo Milani (2005), muitos autores já tentaram desconstruir o termo desenvolvimento por considerar que implica em práticas associadas à colonização, à ocidentalização do mundo, à globalização econômico-financeira e à uniformização planetária. Segundo autor, isto foi discutido intensamente em 2002, em um colóquio internacional organizado pela UNESCO; “apesar de não explicarem como substituir o conceito e a prática do desenvolvimento, sobretudo nos contextos em que as desigualdades e as carências são ainda muito flagrantes” (p. 10).

Discutido brevemente a problemática do desenvolvimento, não se pretende esgotar o tema, porém o discutido já é o necessário para o presente trabalho. Na próxima seção se discute os diversos aspectos da formação empreendedora e os aspectos relacionados com o empreendedorismo.

2.2.1 a construção do significado de empreendedor

Antes de mais nada é importante conhecer a origem dos termos empreendedorismo e empreendedor, para compreender o seu significado no atual contexto que se apresenta como caminho para o desenvolvimento econômico da sociedade contemporânea. No dicionário da língua portuguesa, as palavras empreendedorismo e

empreendedor, aparecem como substantivos derivados do verbo *entrepreneur*.

Todavia, o espírito empreendedor, na realidade, emerge a partir da segunda metade do século dezenove, como um valor cultural no mundo empresarial e assume um papel de destaque na vida econômica. Na atualidade, o empreendedorismo mostra-se como uma força substantiva de influência na economia, pois é através dele que pessoas estão dispostas a enfrentar riscos e a trabalhar dedicadamente em troca de realizações desejadas. Assim, uma breve análise da literatura poderá ressaltar alguns aspectos históricos e conceituais importantes para melhor compreensão do significado e abrangência deste fenômeno.

O termo empreendedor, do francês *entrepreneur*, tem raízes no século XVI na França, designando os homens envolvidos na coordenação de operações militares. Mais tarde, o economista irlandês Richard Cantillon (1697-1734) utilizou o termo para designar alguém que assumia o risco de comprar produtos de outras pessoas para vendê-los posteriormente. Da mesma forma, Adam Smith embora não tenha utilizado o termo especificamente, tinha uma grande preocupação com a criação de negócios. O seu homem econômico é aquele que investe em seu próprio empreendimento pensando no lucro; como um proprietário capitalista, isto é, alguém que fornece o capital para o processo produtivo e, assim, interpõe-se entre o trabalhador e o consumidor. Para o autor:

[...] não é da benevolência, do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua auto-estima, e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles. Ninguém, a não ser o mendigo, sujeita-se a depender sobretudo da benevolência dos semelhantes (SMITH, 1988, p.25).

Posteriormente, nesse mesmo sentido, J. B. Say (1762-1832) designava empreendedor aquele que por suas atividades é remunerado por lucro, tendo especificamente uma grande preocupação com a criação de negócios. O autor fazia distinção entre empreendedores e capitalistas, e, entre os lucros de cada um. Os primeiros consideravam-os os agentes da inovação e da mudança, ou seja, aqueles que corriam riscos, e os segundos não tinham a mesma preocupação.

A importância e significado do empreendedorismo são especialmente ressaltadas por Schumpeter (1997), que destaca sua visão sobre a relevância do empreendedor para a economia numa sociedade. Para ele, *entrepreneur* designava alguém que faz novas combinações produtivas, produz novos produtos ou desenvolve novos processos voltados à expansão da economia. Além disso, o empreendedor identifica novos mercados ou fontes de suprimento mais efetivas para sua produção e, assim, é o principal responsável pela criação de novos tipos de organizações na sociedade.

O sucesso depende da intuição e da capacidade de ver as coisas de um modo que depois prove ser correto, mesmo que não possa ser estabelecido no momento, e da captação do fato essencial, descartando-se o não essencial, mesmo que não seja possível prestar conta dos princípios mediante os quais isso é feito (SCHUMPETER, 1997, p. 60).

Entretanto, os economistas interessados na compreensão do papel do empreendedor, segundo Filion (1998), como o elemento central do processo de desenvolvimento econômico são poucos e ficam quase sempre a margem do debate econômico. A recusa dos economistas em aceitar modelos não-quantificáveis, acabou levando o universo da discussão para os comportamentalistas que buscaram compreender o fenômeno a partir do comportamento do empreendedor.

Ainda sobre a definição do empreendedor, uma boa definição é encontrada em Drucker (1998), que o define como alguém que funda uma empresa ou amplia seu negócio, isto é, aquele que corre riscos viáveis para atingir seus objetivos e interesses, sendo movido por sua insatisfação com o *status quo* que permeia seu negócio, e por isto, busca mudanças, reagindo à sua insatisfação e explorando o ambiente a procura de novas oportunidades. Para o autor, um empreendedor vê a mudança como uma norma sadia e, embora ele não a provoque por si mesmo, está em constante interação com ela, reagindo positivamente e explorando-a como sendo uma oportunidade.

Empreendedor é, na verdade, uma livre tradução da palavra *entrepreneur* que diz respeito a diferentes sentidos, pois não se restringe exclusivamente a instituições econômicas e pode significar também a geração de auto-emprego ou trabalho autônomo. Pode também estar associado ao desempenho inovador de um empregado numa empresa ou um servidor em uma organização pública. Assim, conforme observa

Drucker (1998), o empreendedor não é apenas um capitalista, embora ele precise de capital em qualquer tipo ou atividade econômica. Nem tampouco ele é somente um investidor, pois também assume riscos como qualquer um que inicia um novo negócio.

Um empreendedor, por sua natureza, é alguém corajoso, porém não é temerário e, por isto, busca conhecimento para melhor superar possíveis dificuldades. Para um empreendedor, mesmo em situações de fracasso, sua auto-estima e seu otimismo são preservados, pois ele é motivado pela vontade de vencer e sabe que a sua vitória será uma fonte saudável de satisfação e prazer.

O papel do empreendedor para os economistas clássicos era de fundamental importância para a compreensão do sistema produtivo, pois estes eram vistos como detectores de oportunidades de negócios, criadores de empreendimentos e dispostos a riscos. Weber (1999) enumera o sistema de valores que fundamenta o capitalista: pessoas inovadoras, independentes e detentoras de capital, que exercendo liderança nos negócios organizavam um modo de produção. O autor ainda destaca a influência da ética Protestante no desenvolvimento do capitalismo, pois, para o Protestantismo, “trabalhar é servir à Deus”.

De acordo com Filion (1998), o empreendedor é considerado aquele indivíduo capaz de provocar mudanças no meio em que vive. Nesta visão, a empresa é a materialização de um sonho, ou seja, é a projeção do íntimo de uma pessoa em sua forma total. Para ele, o empreendedorismo é visto como um campo onde se constrói a liberdade humana.

Observa-se que para ser empreendedora, uma empresa deve criar algo novo e diferente de forma a mudar ou transformar valores já consolidados (DOLABELA, 2006). Por esta razão, uma empresa empreendedora possui características singulares no sentido de criar uma nova satisfação para o cliente e também uma nova demanda. Por esta razão, para Drucker (1998), não basta o negócio ser novo para ser considerado empreendedor. É preciso que se estabeleça um novo mercado e, com ele, um novo público alvo. Neste sentido, a ação empreendedora está relacionada à capacidade de pensar e agir por conta própria, utilizando a criatividade e uma visão de futuro para inovar condições favoráveis para a ocupação de seu próprio espaço no mercado.

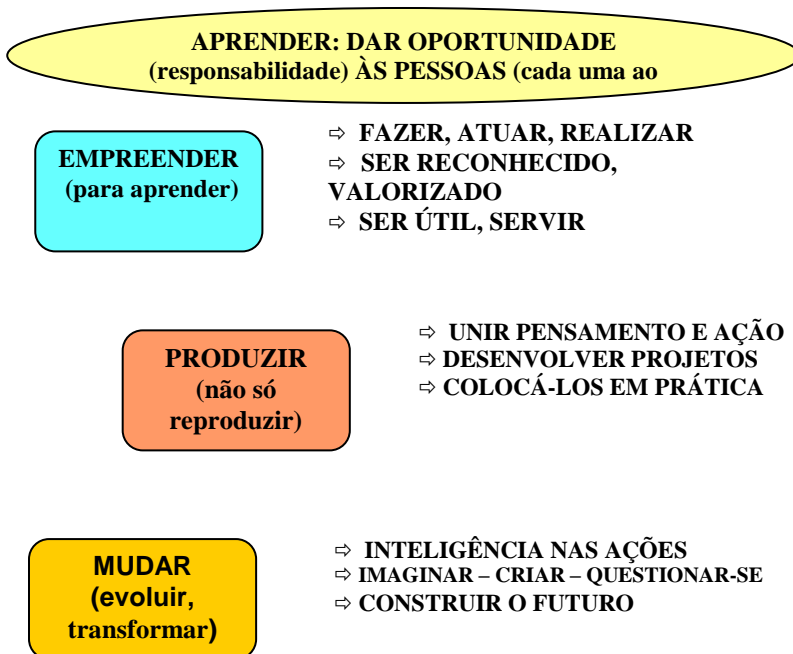


Figura 3: esquema do processo de formação do jovem numa CFR
 Fonte: Queiroz - 2004 – adaptado.

Assim sendo, ser empreendedor na sociedade contemporânea é antes de tudo estar inserido num contexto de profundas transformações e exigências na vida moderna e sobretudo, ser um agente efetivo neste processo de mudanças globais.

Em síntese, o empreendedor deve ser um indivíduo que possui certas características, tais como: iniciativa, autoconfiança, otimismo, necessidade de realização, perseverança, dedicação, intuição, comprometimento, visão de futuro, liderança, imaginação, capacidade de influenciar as pessoas, de não se abater diante do fracasso aceitando-o como uma oportunidade para o aprendizado, e, principalmente, um identificador e aproveitador de oportunidades.

Ao realizar a evolução do conceito de empreendedorismo ao longo tempo, não se pretendeu esgotar o tema, mas demonstrar como o tema foi sendo construído. Na próxima seção se aborda a importância da formação profissional para se tornar empreendedor.

2.2.2 A formação profissional para empreender

Na atualidade, a desigualdade da distribuição da riqueza é apontada como uma das principais causas do subdesenvolvimento. Da mesma forma, o conhecimento tendo sido, deficientemente distribuído nas diversas camadas societárias. Vive-se então, diante de um ciclo paradoxal: a riqueza exige conhecimento, e ambos, riqueza e conhecimento, possibilitam adquirir ou manter o poder, que por sua vez proporciona riqueza (HANDY, 1999).

Contudo, Toffler (1996), compara o poder do conhecimento com o poder da força e o poder do dinheiro. O autor mostra que a maneira pela quais as pessoas podem adquirir poder, está intimamente relacionada com nível de conhecimento e competência com que elas aplicam este conhecimento. É destacada a invenção da internet e dos satélites que direta e indiretamente, têm permitido às pessoas maior facilidade de acesso ao conhecimento, tornando-o assim, uma forma por excelência, mais democrática de poder. No mesmo sentido Bauman (2001), destaca que o conhecimento chegou a esse patamar, graças à velocidade do movimento e o acesso aos meios mais rápidos de mobilidade, que chegaram nos tempos modernos à posição de principal ferramenta do poder e da dominação.

Uma questão a se ressaltar sobre a importância do conhecimento na atualidade, segundo Handy (1999), é que o mesmo não se adquire por “osmose”, nem tampouco por hereditariedade; cada pessoa precisa desenvolver o seu conhecimento. Neste sentido, a sociedade contemporânea exige cada vez mais conhecimento, defendido pelo autor como aquele que pode ser aplicado na prática em benefício da vida humana de forma individual e/ou coletiva.

Neste sentido, com base no autor supracitado, o conhecimento é parte inicial do processo de desenvolvimento quer seja humano ou econômico. No entanto, ter conhecimento, apenas, não é suficiente. É necessário a sua aplicação, isto é, transformá-lo em ações ou resultados de interesse geral. Por isso a conhecida sigla CHA, formado pelas letras iniciais das palavras Conhecimento, Habilidade e Atitude, indica a necessidade de saber combinar essas qualificações para atingir objetivos. Por exemplo, o CHA do empreendedor significaria a competência pessoal, no que se refere à tríade conhecimento-habilidade-atitude. Assim, mesmo considerando que “conhecer é saber”, é importante lembrar que a compreensão do saber é o princípio básico da sabedoria, por isso, se não há compreensão, não há avanços nem tampouco o poder de aplicá-lo. Em outras palavras, somente saber não é

suficiente: há uma distância profunda entre o saber e o saber-fazer. Ou ainda, há uma enorme distância entre o conhecimento e a habilidade para exercê-lo.

Heifetz (1999) também trabalha com esse sistema acima referido, em que dividem em habilidades, conhecimentos e atitudes. O modelo é apresentado no Quadro 4 numa versão resumida.

HABILIDADES	CONHECIMENTOS	ATTITUDES
Refletir e analisar	Análise pessoal e do contexto.	Aumento da capacidade de adaptação.
Diferenciar-se do papel desempenhado no momento		
Saber ouvir	Contexto para um processo sistemático de trabalho de adaptação	Paixão pela sabedoria
Impor limites e saber lidar com eles		
Autoridade	Contexto para a intervenção.	Exame dos valores
Criar e aproveitar associações		
Orquestrar o conflito e a diversidade	Conhecimento de temas, processos, instituições e políticas relevantes.	Dilemas morais da liderança.
Inspiração		
Criatividade e curiosidade		
Coragem e resistência		

Quadro 4 – Habilidades, conhecimentos e atitudes.

Fonte: Heifetz – 1999 - adaptado.

Muitas habilidades, conhecimentos e atitudes destacados no sistema de Heifetz (1999) podem ser comparados com o ponto de vista de outros autores. Com terminologias diferentes ou idênticas, é possível identificar convergências para grupos de competências gerenciais. Além do conhecimento e da habilidade para implementá-lo, há ainda outro fator importante: a atitude. Muitas são as pessoas com conhecimentos e habilidades suficientes para implementar, mas não têm atitudes para realizá-las.

A discussão do modelo acima teve por objetivo de demonstrar que o método da Pedagogia da Alternância se aproxima do método de Heifetz, cujo modelo busca articular experiências vividas (habilidades), com saberes teóricos (conhecimentos) e a sua aplicação prática (atitudes). Segundo Gimonet (2007), o processo de formação do jovem insere-se numa ação científica em cinco fases: 1) ver, coletar dados, ler a realidade; 2) expressar, formalizar os dados; 3) questionar,

problematizar; 4) buscar respostas; 5) submeter à prova da realidade, experimentar (agir). Esses processos são resumidos no esquema da Figura 4 abaixo

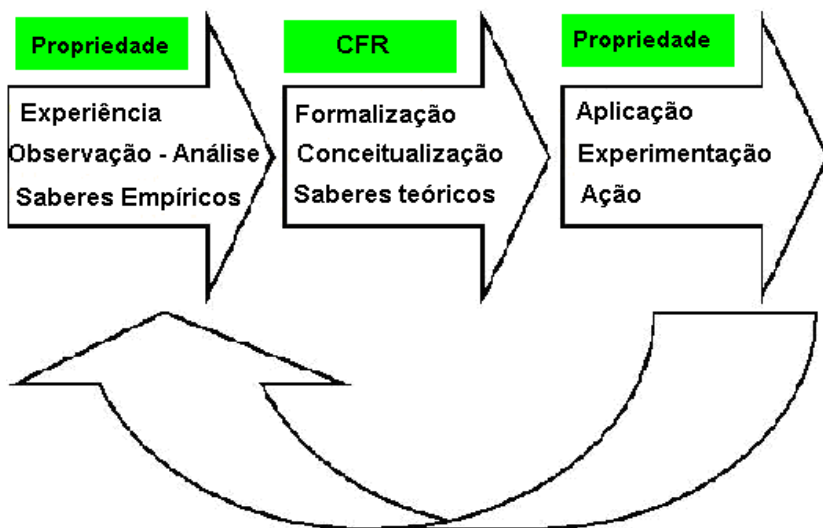


Figura 4 – Tempos e espaços de formação
Fonte: Gimonet (2007) – Adaptado.

Para o autor acima citado, o modelo da alternância se contrapõe a concepção habitual de educação, em que pensa-se separadamente a formação da escola e da realidade onde se vive. No lugar em que se vive é realizado as práticas, o saber-fazer, a habilidade manual, as competências profissionais. Na escola, estariam os saberes teóricos, que teriam sido transmitidos pelos professores - detentores do conhecimento. Tem-se ainda, a família, o lugar do afeto. Finalmente, o ambiente físico – paisagens, montanhas, animais –, e o ambiente humano, cultural e todas as suas socializações.

Por isso que a formação por alternância parte do princípio de que a formação acontece em todos estes espaços, não sendo possível a sua separação. Para Gimonet (2007) o objetivo da alternância é juntar, unificar, todos os elementos porque

não opõe mais a teoria e a prática, porque existe prática, teoria e conceito em todo lugar. Porque a mão e o pensamento se juntam sempre. Porque o saber é a ação e ação é o saber. Um outro

paradigma escolar a adquirir, mas que supõe desfazer-se do anterior que nos modelou. Evolução e até às vezes revolução, a acontecer em nossas cabeças (p. 129).

Realizado uma breve discussão sobre a formação por alternância como ênfase no empreender; discute-se a seguir o PPVJ como uma maneira para o jovem se tornar um empreendedor de seu próprio meio.

2.2.3. O Projeto Profissional de Vida do Jovem - PPVJ

Desde o início do seu processo de formação na CFR, o jovem é orientado a construir o seu Projeto Profissional de vida (PPVJ). Desta forma o jovem concretiza as suas pesquisas ao longo dos três anos, realiza experiências, conhece outras realidades e busca conhecer melhor a sua. É também desafiado desde o começo de sua formação a pensar no seu futuro como profissional. O PPVJ é um meio de buscar a inserção profissional, ou seja, de implementar um empreendimento que gere emprego e renda para si e sua família. O objetivo do PPVJ é proporcionar aos jovens uma alternativa de futuro no campo, conseqüentemente, uma perspectiva de melhor qualidade de vida no meio rural. Por isso, todo o processo de formação é orientado no sentido de serem empreendedores rurais, ou seja, empreendedores de seu próprio meio. Diante disso, o fator de sucesso do PPVJ depende do grau de envolvimento e compromisso assumido pelo jovem e sua família.

O PPVJ é o elemento central que deve dar sentido não somente a formação do jovem, mas a sua própria vida. Segundo Calvo (2004), deve permitir trazer soluções aos seus próprios problemas; o projeto não deve ter o propósito de reproduzir ou copiar ideias, mas sim concebê-las, criá-las, mediante o qual o jovem poderá desenvolver suas próprias capacidades, buscar soluções para o seu próprio meio, com seus próprios meios. Os jovens deverão encontrar alternativas sem esperar somente que estas venham dos altos escalões (político, administração pública, bancos e outros). Os mesmos devem aprender a contar com estes meios, mas sem depender exclusivamente deles. Deverão ser capazes de inovar a partir dos recursos familiares, comunitários, locais, incluindo todos os atores do meio, principalmente sua família, comunidade, autoridades locais (QUADROS e BERNARTT, 2007).

Na atualidade a função do agricultor não se restringe mais à do produtor agropecuário, mas sim a de um empreendedor local com capacidades múltiplas (técnicas, econômicas, ecológicas, comerciais, sociais,

outras...); por isso, o PPVJ não pode e nem deve se limitar a um só desses aspectos. Pode-se afirmar que, o processo de formação por alternância é um meio facilitador para o jovem adquirir as competências necessárias para no exercício da sua profissão, ao mesmo tempo desenvolver habilidades para tornar o seu PPVJ uma realidade. O seu Projeto deve ir além do saber-fazer, deve conter elementos do saber-ser. Transformá-los em líderes, promotores do bem comum, capazes de construir projetos pessoais e comunitários, buscando as sinergias com outras realidades.

Ainda, com base nas autoras supracitadas, caso se realizasse avaliações sobre as atividades desenvolvidas de ensino e de aprendizagem na CFR, poderia se afirmar que seria extremamente importante avaliar a situação dos PPVJs dos jovens egressos sobre suas capacidades em empreender. É lógico que não se trata de fazer um inventário de uma realidade inalcançável, mas verificar a capacidade de empreender e de ter iniciativas dos egressos.

O PPVJ foi desenvolvido com acompanhamento durante três anos de uma equipe de formadores. Com base na realidade vivida (concreta) de cada jovem, ou seja baseados no saber-fazer real de cada um, sob a lógica do desenvolvimento do meio local, por meio do envolvimento de sinergias entre pessoas e instituições. Não se alcança o verdadeiro desenvolvimento se não levar em consideração as iniciativas locais, como a criatividade e a potencialidade de cada lugar.

Por isso, as CFRs devem permitir ao jovem fazer a leitura e em encarar os seus problemas de outra maneira de dar o tempo necessário ao seu amadurecimento e refletir sobre o seu projeto de vida, despertar em si as suas potencialidades e as do meio em que o jovem está inserido. Desta forma, com criatividade e espírito empreendedor, o jovem inserido em determinado contexto - em seu próprio meio, deve ser um verdadeiro ator e autor do seu desenvolvimento pessoal e do meio local, porque sem o desenvolvimento pessoal não existe o desenvolvimento coletivo e nem local.

Desta maneira, pode-se afirmar que a formação ofertada pelas CFRs, podem adaptar-se perfeitamente às necessidades pessoais e comunitárias de cada região, em que o desenvolvimento pessoal deve ser solidário, numa visão humanista centrada nas pessoas, em que as responsabilidades pessoais unem-se a coletiva. Diante disto, o acompanhamento do jovem na construção de seu PPVJ é um dos elementos centrais e constitui-se num dos pontos essenciais da própria formação por Alternância.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa foi dividida em três fases. Na primeira realizou-se o levantamento bibliográfico sobre as CFRs, formação por alternância, desenvolvimento local, empreendedorismo, entre outros conceitos. Em seguida foi a fase da coleta de dados referentes às questões do projeto em si, em termos de criação e implantação, fundamentos e concepções teóricas junto aos integrantes do projeto, e posteriormente, foram feitas as entrevistas com os jovens. Nestas entrevistas foi utilizado o questionário estruturado com perguntas fechadas (conforme apêndice 1). E por último fez-se a compilação e interpretação dos dados. A distribuição como a pesquisa foi realizado encontra-se esquematizado conforme segue abaixo na Figura 5.

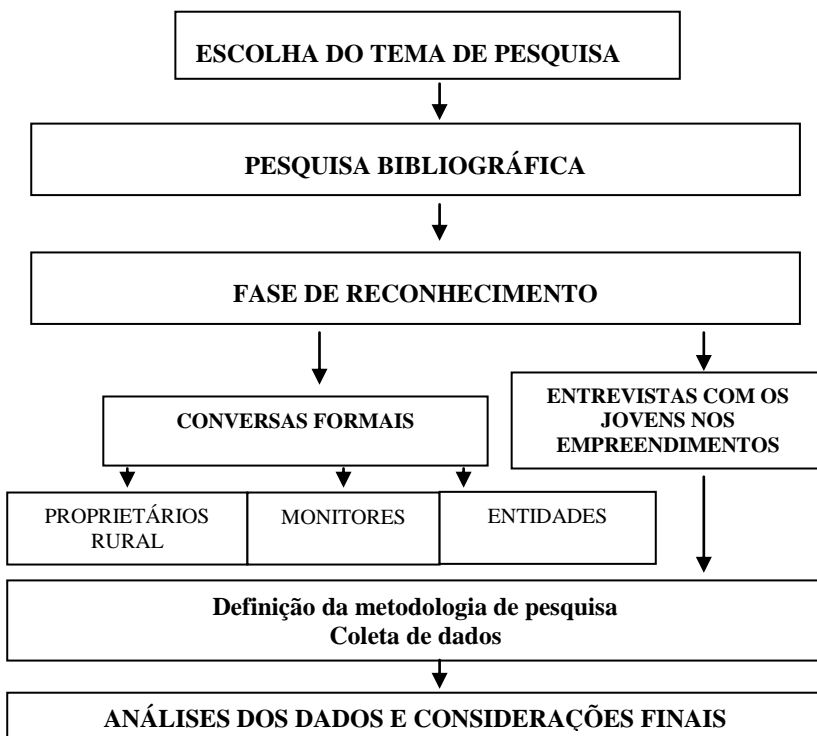


FIGURA 5 - Desenvolvimento e etapas da pesquisa

Fonte: Elaboração própria.

3.1 CARACTERIZAÇÃO E MÉTODO DA PESQUISA

A pesquisa se caracteriza como exploratória e descritiva. Conforme Gil (1991), um trabalho é de natureza exploratória quando envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com atores que tem experiências práticas com o problema pesquisado. E, ainda, tem a finalidade de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias para a formulação de abordagens posteriores.

Em relação a pesquisa descritiva Malhotra (2001), destaca que a mesma visa conhecer e interpretar a realidade, por meio da observação, descrição, classificação e interpretação de fenômenos, sem nela interferir para modificá-la. A pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou fenômeno, mas não tem o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação.

A pesquisa tem uma abordagem qualitativa. A escolha desta abordagem ocorreu por entender que se estuda os fenômenos do qual envolvem os seres humanos e suas relações sociais de maneira mais abrangente. De acordo com Godoy (1995), os fenômenos são melhor entendidos quando o pesquisador vai a campo e busca captar a percepção das pessoas, considerando todos os pontos de vista marcantes para a pesquisa.

Desta maneira, este tipo de estudo objetiva proporcionar um maior conhecimento para o pesquisador acerca do tema, a fim de que esse possa formular problemas mais precisos ou criar hipóteses que possam ser pesquisadas por estudos posteriores (GIL, 1999).

Em relação a pesquisa descritiva Malhotra (2001), destaca que a mesma visa conhecer e interpretar a realidade, por meio da observação, descrição, classificação e interpretação de fenômenos, sem nela interferir para modificá-la. A pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou fenômeno, mas não tem o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação.

A operacionalização da pesquisa foi desenvolvida a partir da coleta de dados junto a CFR de Armazém - SC. Para a escolha deste projeto seguiu-se o critério da proximidade geográfica do autor, também por ser considerada por representantes da Arcafarsul como uma das experiências mais bem sucedida do Sul do país. Além disto, a infraestrutura da CFR de Armazém é apontada pela Coordenação das CFRs, como modelo, infraestrutura, instalações, equipe de trabalho e resultados alcançados. Outros critérios também pesaram na escolha, como: um lugar rico em termos de belezas naturais; dinamismo dos agricultores

que investem na preservação cultural, no turismo rural, uma localização privilegiada, pois os municípios estão próximos da rodovia BR 101, estando a caminho de Florianópolis e Porto Alegre, próximo das praias, da Serra do Rio do Rastro e Corvo Branco. Tudo isso em um raio de no máximo 200 km¹¹. Dos quatro municípios que compõem a CFR de Armazém três se destacam: Gravatal conhecido nacionalmente por suas Águas Termais, São Martinho pelo turismo religioso – terra da “Beata” Albertina Berkenbrock, São Bonifácio conhecido como a capital catarinense das cachoeiras. Sendo assim, optou-se por estudar o caso no sentido de obter uma compreensão melhor de sua dinâmica e o impacto desta experiência para o desenvolvimento da região. Caracteriza-se, então, como um estudo de caso selecionado por acessibilidade e por ter as características acima referidas.

O estudo de caso é uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente. Esta linha de investigação segue objetivos de natureza comparativa, o pesquisador tem a possibilidade de estudar dois ou mais sujeitos dentro de uma mesma organização (TRIVIÑOS, 1987). Desta forma para Yin (1990), o estudo de caso pode, ser utilizado tanto em pesquisas exploratórias, quanto descritivas e explicativas. A análise em profundidade que possibilita, trazer recomendações que podem ser utilizadas, adaptando-se a realidades de outros estudos semelhantes.

A opção pelo estudo de um caso para responder o problema proposto e realizar a pesquisa de campo surgiu do entendimento de que para retratar uma configuração que “[...] embora particular, funcione apenas como ponto de partida para uma análise que busque o estabelecimento de relações sociais mais amplas de um determinado objeto de estudo” (FRANCO, 1986, p. 37). No presente estudo, a relevância do caso deve-se ainda ao fato de permitir um maior aprofundamento na pesquisa e uma melhor compreensão do processo.

3.2 PESQUISA DE CAMPO: POPULAÇÃO E AMOSTRA

Descritas as características da CFR de Armazém, a pesquisa de campo foi desenvolvida por meio de levantamento de dados junto a seus atores.

¹¹ Estas condições possibilitam o desenvolvimento de ações na área do turismo, trabalho que já vêm sendo construído lentamente. Também, cabe destacar, entre os empreendimentos, os hotéis de Termas de Gravatal, as Pousadas e cafés-coloniais na comunidade de Vargem do Cedro (São Martinho). Como se pode observar a região detém um grande potencial para o desenvolvimento do turismo como alternativa de geração de oportunidades de trabalho e renda para jovens e suas famílias.

A população de estudo constituiu-se de um conjunto de sujeitos que compõem o projeto, sendo que os mesmos foram selecionados para efetivar a investigação de campo, a partir de informações capazes de dar subsídios para avaliação dos resultados do projeto. Para obter a fidedignidade dos resultados através da amostra em relação ao conjunto de variáveis a estudadas, criou-se o plano de amostragem.

Este plano foi elaborado de forma intencional com ênfase nos alunos egressos das duas primeiras turmas do projeto. As informações relativas às turmas pesquisadas são as seguintes: a primeira turma possui 17 jovens e a segunda 12, totalizando 29 jovens egressos. A coleta dos dados foi realizada entre os meses de outubro, novembro de 2009 e concluído em fevereiro de 2010. Do total da amostra foram entrevistados 19 jovens das duas turmas, os demais encontravam-se nas seguintes situações: dois estão servindo o exército, cinco migraram para as cidades e os demais (três), não foram entrevistados por dificuldade de acesso as propriedades. Como o objetivo é avaliar os PPVJs e o número de entrevistas possibilitava fazer a análise, desconsiderou-se a necessidade de aplicar mais questionários.

A coleta dos dados foi realizada nas próprias residências dos jovens, localizadas nas comunidades rurais dos municípios supracitados. Para analisar as informações obtidas juntos aos egressos foi utilizado o software *SPSS 17,0*. Os resultados são apresentados em forma de tabelas, seguidos das devidas interpretações. Os dados sobre as turmas estão disponibilizados no Quadro 5 a seguir.

Turma	Ano de formação	Nº de jovens
1	2006	17
2	2007	12
Total	-	29

Quadro 5 – Composição da amostra

Fonte: CFRA – 2009 – Adaptado.

3.2.1 Plano de coleta, tratamento e análise dos resultados

Os dados primários para análise foram obtidos através de documentos produzidos pela entidade como atas, relatórios, informativos, documentos, projetos e outros. E, ainda, através de conversas formais com os proprietários rurais, monitores e dirigentes. Um questionário fechado e com perguntas abertas foi aplicado aos jovens egressos. Os instrumentos de coleta de dados (conversas e questionários) possuem como constructo os indicadores de análise de desempenho comparativos sobre a experiência estudada (antes e depois), conforme os Quadros de

“a” a “e”, constantes no Apêndice 3. Uma vez elaborado o questionário (Apêndice 1), antes de sua aplicação foi realizado o pré-teste.

A opção pelo questionário surgiu da necessidade de abranger um público maior. Segundo Selltiz et al. (1987), a vantagem do questionário em relação à entrevista é a possibilidade de atingir um número mais elevado de pessoas e obter maiores informações, além do seu caráter anônimo, em que as pessoas se sintam mais a vontade para expressar seus pontos de vista.

Os dados secundários foram obtidos através de: a) documentos internos da CFR de Armazém; b) documentos da ARCAFAR/Sul; c) boletins de circulação da ARCAFAR/Sul, folders, informativos, estatutos, regimento interno, leis, pareceres e convênios; d) IBGE, PNAD, LAC/EPAGRI e outros; e) Internet, livros, artigos e trabalhos acadêmicos produzidos sobre o tema. Ainda, em relação aos dados primários serão obtidos de duas maneiras: a) conversas com a equipe da CFR: monitores, professores, diretoria, pais e parceiros e; b) aplicação do questionário fechado aos jovens egressos.

Após o reconhecimento inicial, identificou-se o objeto e os objetivos da pesquisa, definiu-se a metodologia a ser adotada. Em relação à revisão bibliográfica, que serviu de base para a redação do segundo capítulo da tese que forneceu as orientações teóricas para a elaboração do instrumento de coleta dos dados foi concluída após a qualificação. Num segundo momento, a posteriori foi coletado os dados em campo e procedeu-se à compilação, interpretação de todas as informações coletadas à luz do referencial teórico, culminando na elaboração das conclusões e recomendações apresentadas, conforme descrito na Figura 5, em que demonstra de maneira reduzida todo o processo.

A sistematização e análise dos conteúdos obtidos foram feitas de duas maneiras: através da técnica da triangulação dos conteúdos que, segundo Triviños (1987), tem por objetivo abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco de estudo. Parte do princípio que sustenta ser impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma realidade social. E, também, para a análise da entrevistas foi utilizado o software *SPSS 17.0*, cujos resultados são apresentados, em forma de tabelas e gráficos, seguidos das devidas interpretações.

4. A CASA FAMILIAR DE ARMAZÉM: UM OLHAR SOBRE A REALIDADE DOS JOVENS E SEUS FAMILIARES.

O objetivo deste capítulo, dividido em quatro seções, é caracterizar, nos seus aspectos gerais, a CFR de Armazém, na sua proposta de formação de jovens do campo através da pedagogia da alternância. Na primeira seção, analisa-se, resumidamente, os aspectos gerais da região, principalmente os referentes aos municípios de abrangência da CFR de Armazém, e os aspectos históricos relacionados ao processo de implantação; na segunda parte, discute-se a proposta pedagógica e a caracterização geral dos sujeitos envolvidos com a Casa; na terceira parte, apresenta-se os resultados e, finalmente, a última seção é analisado os dados obtidos e as considerações finais do capítulo.

4.1 A CFR DE ARMAZÉM E SEU CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO

A CFR de Armazém localiza-se no município de Armazém, região Sul de Santa Catarina. Os municípios de Armazém, Gravatal, São Martinho e São Bonifácio fazem que integram a região de abrangência da CFR situam-se numa região privilegiada, pois está próxima do litoral e da Serra geral, com muitos pontos turísticos.



Figura 6: Mapa de Santa Catarina, com destaque para os municípios de abrangência da CFR

Fonte: SDR – 2009 – Adaptado

Os quatro municípios que compõem a CFR de Armazém são constituídos de pequena população que se apresenta praticamente estagnada nas últimas décadas, denotando inclusive redução em alguns municípios. Quando comparada com a evolução da população estadual percebe-se uma redução drástica, conforme se observa nos dados da Tabela 1 abaixo.

Municípios	1970	1980	1991	2000	2008
Armazém	7.117	5.989	6.096	6.873	7.584
Gravatal	8.438	8.084	8.272	10.799	10.802
São Bonifácio	3.403	3.534	3.373	3.218	3.271
São Martinho	3.470	3.036	3.378	3.274	3.283
Total Municíp.	22.428	20.643	21.119	24.164	24.940
Santa Catarina	2.901.660	3.628.292	4.541.994	5.356.360	6.052.587
Total/SC (%)	0,77	0,57	0,46	0,45	0,41

Tabela 1 – População residente por município de 1970 a 2008.

Fonte: Censo demográfico IBGE 1970, 1980, 1991 e 2000. População estimada – IBGE - 2008.

No contexto dos municípios na atualidade, para conter o rápido processo de migração, conforme Pfeifer (2008) a estratégia seria uma “nova ruralidade”¹² baseada na geração de emprego e renda para as famílias, proporcionando a garantia de sua permanência no meio rural. No caso de Armazém, esse quadro estaria sendo favorecido pelo fato de se encontrarem instaladas no município empresas de médio porte, com destaque para o setor de confecções e frigoríficos. No município de Gravatal é particularmente beneficiado pelas oportunidades de trabalho advindas de atividades não agrícolas ligadas ao setor turístico do ramo de restaurantes e hotéis, cujo atrativo principal tem origem nas fontes de águas termais existentes na localidade. Já em São Martinho o destaque é para o artesanato que juntamente com o turismo rural e religioso proporcionam muitos empregos. São Bonifácio tem uma peculiaridade, aproximadamente 55% de seu território é coberto pela Mata Atlântica, pertencente ao Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. A economia do município tem forte potencial turístico na indústria. No entanto, a grande característica comum dos municípios é a agricultura familiar,

¹² Segundo Graziano da Silva (1997) seria a ampliação da dedicação dos integrantes da família à produção agropecuária - o chamado agricultor de tempo parcial (part time farmer) que tem como característica fundamental é que ele não é mais somente um agricultor ou um pecuarista: ele combina atividades agropecuárias com outras atividades não-agrícolas, dentro ou fora de seu estabelecimento.

com ênfase no plantio do fumo, seguida do milho, do feijão, da cana de açúcar e da mandioca; do reflorestamento e as criações de bovinos de corte e de leite, além dos suínos (IBGE, 2009).

Outra característica marcante da região da CFR, a agricultura praticada em pequenas propriedades, com o relevo declivoso propício para o sistema de policultura e criação animal. Cabe destacar que a topografia acidentada do solo dificulta a produção em grande escala e a utilização intensiva de mecanização agrícola, típica das grandes lavouras e das regiões de planície (PFEIFER, 2008).

Sobre a distribuição dos estabelecimentos na região pesquisada, constatou-se a presença maciça da pequena propriedade rural como base produtiva dos municípios. Isto é, do total 3.215, 2.464 estabelecimentos estão na área rural dos municípios, entre aqueles em atividade. Contra somente 41 estabelecimentos na área urbana. Em relação a “Outros tipos de estabelecimento” que representa 21% do total, cabe fazer uma ressalva sobre este item, na pesquisa realizada pelo LAC (Levantamento Agropecuário Catarinense), detectou mais de um quarto das propriedades da região e do Estado se transformaram em áreas de lazer, fruto na maioria dos casos da descapitalização dos agricultores, conforme se verifica na Tabela 2 a seguir.

Municípios	% de estabelecimentos da pesquisa		
	Estabelecimentos agropecuários em atividade	Estabelecimentos agropecuários abandonados	Outros tipos de estabelecimento
	%	%	%
Armazém	80,58	3,14	16,28
Gravatal	71,43	2,04	26,53
São Bonifácio	75,80	1,79	22,41
São Martinho	80,64	1,28	18,08
Média Municípios	76,64	2,12	21,24
Santa Catarina	75,07	2,91	22,02

Tabela 2 – Número de estabelecimentos agropecuários em atividade e abandonados e outros tipos de estabelecimentos.

Fonte: LAC – 2005 - adaptado.

Nos municípios pesquisados verifica-se a predominância marcante das pequena propriedade, como se observa 28,3% dos estabelecimentos agropecuários tinham menos de dez hectares de tamanho; 61,5% possuíam entre 10 a 50 hectares; uma pequena parte 10% tinha tamanho superior acima de 50 e abaixo de 100 hectares e apenas 0,2% dos

estabelecimentos possuíam propriedades com mais de 100 hectares. Na Tabela 3 abaixo pode-se ver que a grande maioria das propriedades tem menos de 50 hectares.

Abrangência Geográfica	Menos de 10 hectares	De 10 ha. a menos de 100 ha.	Acima de 100 ha.
	%	%	%
Armazém	35,98	63,42	0,60
Gravatal	42,38	57,47	0,15
São Bonifácio	17,60	82,24	0,16
São Martinho	11,47	88,53	-
Média Munic.	28,25	71,51	0,24
Santa Catarina	29,57	66,25	4,18

Tabela 3 – Estrutura fundiária: Número de estabelecimentos agropecuários, segundo os estratos de área e por abrangência por município
Fonte: LAC – 2005 – Adaptado.

Em relação ao local de moradia da população dos municípios constata-se que a grande maioria reside no meio rural, apesar de que nas últimas três décadas percebe-se uma diminuição gradativa da população rural em relação à urbana; mas em percentuais bem inferiores aos verificados no Estado e no país, conforme segue na Tabela 4.

Rural/Urb.% Municípios	1970		1980		1991		2000	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Armazém	14,01	85,99	18,52	81,48	31,82	68,18	38,19	61,81
Gravatal	12,06	87,94	24,52	75,48	27,26	72,74	35,78	64,21
São Bonifácio	10,02	89,98	16,19	83,81	19,45	80,55	21,19	78,81
São Martinho	9,74	90,26	14,53	85,47	21,40	78,60	27,12	72,88
S.Catarina	42,98	57,02	59,37	40,63	70,64	29,36	78,75	21,25
Brasil	55,90	44,10	67,60	32,40	75,60	24,40	81,20	18,80

Tabela 4 – Percentual da população urbana e rural por município de 1970 a 2000.

Fonte: Censo demográfico do IBGE 1970, 1980, 1991 e 2000.

Se na tabela acima verificou-se uma gradativa, mais continua migração da população rural dos municípios. Na pesquisa do LAC, buscou-se saber o destino das pessoas que abandonam o meio rural. Em relação ao local de destino dos migrantes, a grande maioria optou em residir nos centros urbanos dos próprios municípios ou das cidades vizinhas ou na própria região, de acordo com a Tabela 5.

Abrangência geográfica	% de pessoas que migraram segundo o destino						
	Sede d Muni- cípio	Municípios vizinhos e da região	Outras regiões do Estado	Região Sul do Brasil	Outros Estados	Outros países	Sem declaração
	%	%	%	%	%	%	%
Armazém	58,06	25,81	12,90	-	3,23	-	-
Gravatal	20,00	80,00	-	-	-	-	-
S. Bonifácio	13,63	63,64	4,55	4,55	-	-	13,63
S. Martinho	31,58	47,37	21,05	-	-	-	-
M. Munic.	35,37	47,56	10,98	1,22	1,22	-	3,66
S. Catarina	33,97	37,38	10,31	5,33	8,76	1,29	2,96

Tabela 5 - pessoas da família do produtor rural que migraram nos últimos 3 anos, segundo o destino tomado.

Fonte: LAC – 2005 - adaptado.

O Levantamento Agropecuário, também procurou identificar as causas da saída destas pessoas do campo. Entre os principais motivos apontados pelos informantes, estão expostos na Tabela 6, destacam-se os seguintes: o baixo retorno financeiro das atividades agropecuárias, sair para estudar, busca de melhor qualidade de vida na cidade, matrimônio, entre outros.

Abrangência Geográfica	% de pessoas que migraram segundo o motivo								
	Baixa rentabilidade. da atividade Agrop.	Estu dar	Busca de Remuneração Fixa e com Baixo Risco	Busca de Maior Qualidade de Vida na Cidade	Busca de Trabalho Mais Leve	Busca de maior renda em outra atividade	Matri mônio da atividade Agrícola	Não gosta da atividade	Outros motivos
	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Arm.	22,5	-	3,2	12,9	3,2	16,1	38,7	-	3,2
Gravat.	-	30,0	-	30,0	-	-	40,0	-	-
S. Bonif.	13,6	40,9	-	4,5	-	9,1	18,2	-	13,6
S.Mart.	22,2	33,3	11,1	5,5	5,5	-	16,6	5,5	-
M. Mun.	17,2	22,2	3,7	11,1	2,8	8,6	28,4	1,23	4,9
S. C.	20,4	17,0	6,9	13,2	1,2	9,3	13,4	2,6	16,2

Tabela 6: pessoas da família do produtor rural que migraram nos últimos três anos, segundo o motivo

Fonte: LAC – 2005 - Adaptado.

A pesquisa do LAC buscou saber quais eram as atividades exercidas nas cidades por estas pessoas ao deixarem o campo; segundo os dados da

Tabela 7, as principais ocupações destes migrantes são as seguintes: comércio e serviços, indústrias, estudo, trabalhos domésticos e outros.

Abrangência Geográfica	% de pessoas que migraram segundo o ramo de atividade em que foi atuar						
	Trabalho na construção civil	Trabalho na indústria	Trabalho no comércio ou serviço	Trabalha em residências (doméstica, jardineiro, etc)	Estudar	Outras atividades	Sem declaração
	%	%	%	%	%	%	%
Armazém	-	25,81	58,06	3,23	6,45	6,45	-
Gravatal	-	-	-	-	30,00	70,00	-
S. Bonifácio	4,55	27,27	-	22,72	27,27	4,55	13,64
S. Martinho	-	21,05	47,38	10,52	5,26	15,79	-
T. Munic.	1,22	21,95	32,93	9,76	14,63	15,85	3,66
S. Catarina	1,46	23,12	27,63	8,87	12,19	22,42	4,30

Tabela 7: pessoas da família do produtor rural que migraram nos últimos 3 anos, segundo o ramo de atividade que foram atuar.

Fonte: LAC – 2005 - Adaptado.

Um outro problema marcante do meio rural nos municípios de abrangência da CFR é sobre a idade média dos agricultores. Os dados contidos na Tabela 8 indicam que existe um envelhecimento no meio rural; pois constata-se que a média de idade estadual é de 49 anos, pode-se considerar relativamente alta. No entanto nos municípios era superior em quase três anos, tendo como caso extremo o município de Gravatal com uma média de idade de 54 anos, dados que podem ser vistos na Tabela 8 a seguir.

Abrangência geográfica	Idade média do agricultor (anos)
Armazém	52
Gravatal	54
São Bonifácio	50
São Martinho	51
Média de idade dos Municípios	52,75
Santa Catarina	49

Tabela 8 - Idade média do agricultor nos municípios e no Estado.

Fonte: LAC – 2005 - adaptado.

Cabe destacar que se existe a questão do envelhecimento do campo nos municípios; outro fenômeno observado é relacionado à diminuição no número de filhos residindo com os pais nos estabelecimentos agropecuários. Mais da metade das propriedades conta com apenas um filho convivendo com os pais. A Tabela 9, confirma os dados já

apresentados anteriormente sobre a migração dos jovens para os centros urbanos.

Abrangência Geográfica	Número de filhos						
	1	2	3	4	5	6	Acima 7
	%	%	%	%	%	%	%
Armazém	54,22	30,12	12,05	1,81	1,81	-	-
Gravatal	65,02	24,09	8,91	1,32	-	0,66	-
S. Bonifácio	55,80	32,59	8,40	2,71	0,25	0,25	-
São Martinho	50,34	35,03	11,56	2,72	0,35	-	-
Média Município	56,30	30,58	10,12	2,17	0,60	0,22	-
Santa Catarina	38,77	37,30	16,33	4,92	1,65	0,59	0,44

Tabela 9 – número de famílias do produtor rural segundo o número de filhos que moram nos estabelecimentos agropecuários.

Fonte: LAC – 2005 - adaptado

Os dados acima confirmam a tendência da juventude em migrar para as cidades. E uma das causas da evasão destes jovens do campo é a busca de uma maior escolarização, porque no meio rural isso não é possível encontrar escolas, pois as mesmas localizam-se nos perímetros urbanos. Se por um lado, a saída é em busca de uma melhor formação; por outro, o avanço no nível escolar é visto pelos agricultores como uma alternativa, não para ficar e continuar na atividade agropecuária, mas sim para sair do campo em busca de outras possibilidades nas cidades. Esta tendência foi verificada através de uma pesquisa realizada pela Epagri no Oeste de Santa Catarina que confirmou um bordão, ainda muito presente no meio rural: “ou se estuda, ou se fica no campo” (SILVESTRO et al. 2001, p. 49). Ou ainda, segundo Durston (1994, p. 52) sobre os indicadores dos níveis educacionais rurais do Brasil que estão entre os piores da América Latina que confirmou a expressão: “quem trabalha não conhece e quem conhece não trabalha”. Este cenário também é confirmado nos municípios estudados em relação ao grau de instrução dos agricultores. A Tabela 10, mostra que a grande maioria dos agricultores tem apenas o Ensino Fundamental incompleto (1º Grau), na qual se verifica que aparentemente 80% dos produtores rurais nos municípios estudados nem chegaram a completar o Ensino Fundamental, entre estes números conta-se, inclusive com pessoas que nem se quer foram alfabetizadas.

Abrangência Geográfica	Grau de Instrução								
	Sem Declaração	Não Alfabetizado	Lê, Escreve -ve	1º grau Incompleto	1º grau Completo	2º grau Incompleto	2º grau Completo	3º grau Incompleto	3º grau Completo
	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Armazém	0,50	2,16	1,00	81,06	7,97	4,15	1,99	0,83	0,34
Gravatal	0,61	4,14	0,92	77,76	3,99	6,13	1,69	3,99	0,77
S. Bonif.	0,22	9,54	3,25	78,96	2,17	3,47	1,74	0,65	-
S. Mart.	1,43	1,19	1,19	75,66	13,84	3,58	1,67	0,48	0,96
M. Mun.	0,66	4,17	1,50	78,54	6,65	4,50	1,78	1,69	0,52
S. Catar.	1,38	3,58	2,86	76,94	6,49	4,89	1,73	1,57	0,56

Tabela 10 – Família do produtor - número de produtores rurais segundo o grau de instrução.

Fonte: LAC – 2005 – adaptado.

Sem dúvida uma dentre tantas dificuldades enfrentadas por aqueles que vivem no campo está o acesso a informação, normalmente centrada na cidade. A pesquisa do LAC detectou que o meio mais utilizado pelos agricultores é a televisão, entre os estabelecimentos agropecuários, a recepção mais comum é antena parabólica, depois a TV aberta e a TV por assinatura que começa a conquistar espaço no meio rural, conforme segue os dados da Tabela 11.

Abrangência Geográfica	Forma de recepção da informação				
	TV aberta (comercial)	TV por assinatura	Antena parabólica	Outras formas	
	%	%	%	%	
Armazém		19,76	3,19	76,45	0,60
Gravatal		30,10	2,52	66,02	1,36
S. Bonifácio		10,26	2,93	84,98	1,83
São Martinho		4,53	-	94,62	0,85
M. Municíp.		17,02	2,35	79,43	1,20
S. Catarina		19,59	0,74	78,05	1,62

Tabela 11 - Acesso a informação - segundo a forma mais utilizada de recepção de televisão na casa do produtor (Município e Estado)

Fonte: LAC – 2005 - adaptado

Sobre os indicadores sociais, o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, disponíveis na Tabela 12 a seguir, apresenta os três índices (renda, longevidade e educação), na qual se observa que a posição dos municípios em relação ao Estado piorou na última década, com exceção de São Martinho que em 1991 ocupava a 116º subiu para a 76º posição

em 2000. Os demais municípios pioraram em seus indicadores e ficaram com a média geral bem abaixo da média estadual.

Abrangência Geográfica										
Ano	Armazém		Gravatal		S. Bonifácio		S. Martinho		S. Catarina	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
IDH Long.	0,768	0,833	0,781	0,834	0,794	0,837	0,790	0,834	0,753	0,811
IDH Educaç	0,755	0,852	0,773	0,877	0,781	0,864	0,786	0,879	0,808	0,906
IDH Renda	0,620	0,700	0,611	0,684	0,589	0,654	0,581	0,736	0,682	0,750
IDH Munic.	0,714	0,795	0,722	0,798	0,721	0,785	0,719	0,816	0,748	0,822
Class. SC	136°	142°	102°	130°	105°	181°	116°	67°	-	-
Class. Brasil	740°	632°	776°	591°	771°	632°	772°	274°	5°	2°

Tabela 12 – IDH¹³ - Índice de Desenvolvimento Humano - 1991 e 2000.

Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano do IPEA - 2002

Se o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) na educação ficou a baixo da média estadual, os percentuais das despesas municipais com educação foram superiores a média do Estado, com exceção do município de São Bonifácio. Armazém foi o que mais investiu nos sete anos analisados em educação, conforme os dados apresentados na Tabela 13. Neste caso caberia uma análise mais detalhada para verificar de que maneira esses recursos estão sendo investidos, porque são percentuais significativos das receitas municipais investidos na educação, para um IDH abaixo da média do Estado.

% das despesas com educação por município e Estado de 1999 a 2005							
Ano	Armazém		São Martinho		São Bonifácio		Estado
	%	%	%	%	%	%	
1999	34,81	26,67	30,04	27,00	27,27	27,27	
2000	35,31	30,97	30,97	28,01	27,25	27,25	
2001	36,08	28,89	27,56	27,56	27,43	27,43	
2002	36,93	36,49	29,61	28,11	28,64	28,64	
2003	32,40	32,89	30,76	28,93	28,15	28,15	
2004	35,72	29,71	30,27	27,93	27,76	27,76	
2005	31,48	28,05	28,57	24,69	27,76	27,76	
Média (%)	34,68	30,52	29,68	27,46	27,68	27,68	

Tabela 13: Percentual das despesas com educação por município e Estado de 1999 a 2005

Fonte: TCE-SC (indicadores/municípios) 2008.

¹³ O cálculo do IDH engloba três índices: longevidade, educação e renda, que variam entre 0 e 1, a combinação destes índices em um indicador síntese denominado IDH. Quanto mais próximo de 1 o valor deste indicador, maior será o nível de desenvolvimento humano.

No próximo item deste capítulo é destacado a origem e a trajetória da CFR de Armazém.

4.1.1 A gênese da CFR de Armazém - SC¹⁴

No item anterior se observou que o perfil dos municípios estudados são muito semelhantes, bem como suas dificuldades enfrentadas. Neste sentido a CFR de Armazém é fruto do resultado de um movimento que teve o objetivo de enfrentar os problemas enfrentados com a formação dos filhos dos agricultores. A luta em prol de sua implantação teve início no final dos anos de 1990, especificamente no município de Armazém, como resposta as deficiências enfrentadas no processo de formação dos jovens oferecida pelo sistema de Ensino Formal. A preocupação dos agricultores e entidades locais era oferecer um sistema de ensino alternativo ao modelo vigente, por isso, se reuniram para enfrentar conjuntamente os problemas, principalmente no que se referia a formação.

Toda a organização pela implantação da CFR, tinha como base de apoio o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) de Armazém. O CMDR era composto por representantes das comunidades rurais, da prefeitura municipal, da Epagri e de outras instituições locais. Nestas discussões realizadas pelo Conselho existia a preocupação de criar, inicialmente no município uma Escola Agropecuária, depois de conhecer as experiências das CFRs o grupo verificou que seria mais adequado a implantação de uma no município.

Depois de feita a opção pela CFR a busca foi por recursos financeiros para construção das instalações que foram viabilizados numa parceria que envolveu os governos municipal, estadual e federal¹⁵. Cumprida esta etapa, as lideranças locais perceberam que uma CFR somente para o município de Armazém poderia não ter público suficiente. A partir desta constatação foram convidados a fazer parte do projeto os municípios de Gravatal e São Martinho e, posteriormente, o município de São Bonifácio se integrou ao projeto.

Concluída esta etapa, o passo seguinte foi conhecer outras CFRs em funcionamento, aquisição do terreno e a construção das instalações físicas. Cabe ressaltar que em todo o processo de discussão e

14 A reconstituição do processo de implantação da CFR de Armazém foi baseada em conversas formais com representantes da Epagri e da CFR de Armazém.

15 O recurso foi de R\$ 200.000,00 na época para construção da obra física [...] através do Pronaf infra-estrutura. o Governo Estadual equipou a escola, na época foi em torno de R\$ 70.000,00, o valor repassado para equipar. (Conversa com o Diretor da CFR de Armazém).

implantação a Epagri local e regional teve um papel decisivo, juntamente com o CMDR. Com base no Plano Político Pedagógico da CFR de Armazém, pode-se perceber desde o início a forte preocupação com os problemas enfrentados pelos agricultores locais:

A Casa Familiar Rural de Armazém foi fruto de uma discussão relacionada à preocupação com o êxodo rural e a falta de perspectiva dos jovens do meio rural dos municípios de Armazém, Gravatal e São Martinho. Problemas estes que vinham influenciando no desenvolvimento local inibindo as ações de desenvolvimento. Partindo-se deste pressuposto desenvolveram-se as ações no sentido de se definir os parâmetros de iniciação da Casa familiar Rural. Estabeleceu-se então a união dos referidos municípios no objetivo de fundamentar e estruturar a Associação Casa Familiar Rural Armazém. (PPP-CFR, 2006, p. 3).

A Casa Familiar Rural de Armazém está em funcionamento desde 2004, tendo sua sede localizada na comunidade de Sertão dos Corrêas em Armazém. No Plano Político Pedagógico (PPP) da CFR (2006) está registrado que a Associação da CFR foi fundada em 28 de julho de 2003 e iniciou suas atividades no dia 22 de março de 2004 (CFRA, s/d).

Inúmeras instituições compuseram desde o início o Conselho Administrativo da CFR, entre eles destaca-se os seguintes: as prefeituras municipais, as secretarias municipais de agricultura e educação, as Câmaras de vereadores, o CMDR, a Epagri, o Ceja, a ArcafarSC, entre outras. Estas organizações são parceiras e contribuíram para a criação da associação da CFR, que com a aprovação de seu estatuto jurídico, também conquistou nos municípios o título de instituição de utilidade pública um passo decisivo rumo ao início das atividades. Segundo Herr (2008) a partir deste momento as famílias puderam definitivamente assumir de fato e de direito toda a condução do processo, em seus aspectos pedagógicos, legais e financeiros. Desta maneira, a associação assumiu também o compromisso de viabilizar recursos financeiros para a contratação dos monitores, governanta, manutenção e, ainda o processo de mobilização dos jovens.

4.1.2 As características e os indicadores de desempenho gerais da CFR de Armazém

A CFR de Armazém se caracteriza como uma instituição de ensino organizada por uma associação composta por pais, mães, jovens matriculados e egressos, membros honorários e/ou doadores, destinada à formação e à profissionalização dos jovens do campo. Conforme consta em seu PPP, os princípios que norteiam o processo de formação são os seguintes: a utilização da Pedagogia da Alternância e seus instrumentos, trabalhar com a realidade de vida dos jovens e o envolvimento das famílias no processo de formação(PPP-CFR, 2006).

Além disto, busca fomentar no jovem do campo o sentido de uma vida comunitária, vivência em grupo e desenvolvimento do espírito associativo; desenvolver a consciência de que é possível, através de técnicas de produção adequadas, de transformação de comercialização; viabilizar uma agricultura sustentável, sem agressão e prejuízos ao meio ambiente; e desenvolver práticas capazes de organizar melhor as ações de saúde, de nutrição e a cultura das comunidades (ARCAFAR-SUL, 2009).

Todo o processo de formação está organizado em torno do “plano de formação”¹⁶ que contém os temas principais e secundários que contemplam os mais variados anseios das famílias envolvidas. Os conteúdos são separados e distribuídos de acordo com a época do ano, respeitando o calendário agrícola (período de plantio ou colheita), enfim consignados dentro do período das culturas produzidas pelas famílias. Este Plano é elaborado pelos monitores que contam com o auxílio de técnicos, e ainda com a colaboração dos jovens e de seus familiares que auxiliam na Pesquisa Participativa que é um inventário das principais atividades, potencialidades, localização, tamanho e relevo das propriedades. Desta forma a proposta contida no Plano, parte sempre de questões relacionadas com a realidade vivida dos jovens na UFP, no sentido de despertar à motivação, possibilitar o seu desenvolvimento intelectual, por meio do seu crescimento individual e coletivo (PPP-CFR, 2006).

O Estágio é outro componente importante da formação por Alternância utilizada pela CFR de Armazém. Eles acontecem em determinado momento do processo de formação e são realizados em outras propriedades, em empresas, cooperativas, entidades de assistência técnicas e outros. O Estágio possibilita ao jovem conhecer novas técnicas e formas de produção, fazer uma análise comparativa de novos procedimentos para serem aplicados na propriedade e obter novos conhecimentos constataando com a sua própria realidade, para poder

16 A elaboração deste item do capítulo foi baseada no PPP e outros documentos da CFR.

implantar inovações, melhorar o rendimento do que é produzido, enfim desenvolver a sua UFP.

O regime de funcionamento da CFR é semi-internato, através da pedagogia da alternância, na qual prevê um ritmo de uma semana na Casa Familiar para a realização de atividades teóricas e duas semanas na propriedade quando são postos em prática os conhecimentos adquiridos na semana de internato. As atividades desenvolvidas na Casa acontecem nos três períodos: no matutino são discutidos textos e apresentados seminários, no período vespertino acontecem visitas de estudos, recreações, entre outras. No período noturno são realizadas aulas de informática, documentários e filmes educativos, com um debate no final (Essas atividades noturnas são denominadas de “serões”). Todo o processo de aprendizado na CFR, deve ser confrontado com a realidade da UFP e posto em prática. Durante a estadia junto da família, os jovens recebem a visita dos monitores, para acompanhar e verificar quais são as dificuldades enfrentadas no meio familiar. O tempo de duração do processo de formação é de três anos, no final do curso jovem recebe o certificado de conclusão do Ensino Fundamental. A certificação é assegurada pelo CEJA (Centro de Educação de Jovens e Adultos) (PPP-CFR, 2006).

Todas as alternâncias são compostas de 60 horas/aula presenciais e 80 horas/aula à distância na propriedade. O currículo é composto por 45 temas entre os quais destaca-se os seguintes: milho, bovinocultura de corte e leite, piscicultura, fruticultura, agricultura orgânica, associativismo e cooperativismo, empreendedorismo, colheita e armazenamento, entre outros, que correspondem às semanas em que os jovens permanecem na CFR. Cada tema tem duração de um ciclo (duas semanas na propriedade e uma semana na CFR) e os jovens no período em que estão na propriedade, aplicam na prática, o conhecimento adquirido. Os temas desenvolvidos na CFR seguem a lógica de quatro grandes eixos temáticos: Humano, Vegetal, Animal e Conteúdos diversos. Esses temas são trabalhados durante os três anos em que o jovem frequenta a CFR. É a partir destes temas que são desenvolvidos os conteúdos das disciplinas do ensino fundamental e os conteúdos profissionalizantes. Através da formação por alternância, é esperado que a fragmentação entre conteúdos seja superada, possibilitando ao jovem ter uma visão interdisciplinar da formação (PPP-CFR, 2006).

Ao final do curso o jovem deve ter elaborado e implantado o seu PPVJ, criado a partir dos temas e conteúdos estudados, que lhes possibilite a melhoria da renda e da qualidade de vida da família. Para isso, a escolha do tema do projeto acontece no primeiro ano de formação, a partir de

uma série de discussões e questionamentos com os colegas, professores e monitores sobre as características da sua propriedade e possíveis resultados a serem alcançados. Até o início do segundo ano, este deve já estar definido e as linhas gerais para que se possa implantar e iniciar a execução de forma exploratória. A implantação nesse período permite que erros de concepção do projeto ou de execução, possam ser detectados e corrigidos pelo acompanhamento sistêmico e contínuo do corpo técnico da instituição (HERR, 2008). Na prática, é no terceiro ano que o jovem elabora o projeto final, por escrito, que é defendido perante uma banca composta por professores, técnicos e outros profissionais. Assim, é somente após a conclusão do curso, que ocorre a implantação definitiva do PPVJ.

4.1.2.1 Indicadores de desempenho gerais da CFR de Armazém

Neste item apresenta-se os aspectos internos da CFR. Os dados obtidos através de conversas formais, realizadas com os monitores e autoridades locais na CFR de Armazém e nos municípios de abrangência do projeto. O quadro de pessoal da CFR de Armazém é constituído de três professores responsáveis pelo Ensino Fundamental ligados ao CEJA (Centro de Educação de Jovens e Adultos), dois monitores contratados pela associação da CFR e uma governanta também vinculada ao CEJA. Excetuando a governanta, todos os demais profissionais têm formação superior. Os monitores possuem suas formações na área de Agronomia e os professores na área de Educação. O Quadro 6, mostra as características profissionais dos monitores, dos professores e da governanta, além de apresentar as características pessoais que foram agrupadas segundo idade, sexo e nível de formação.

Categorias	Monitores	Nº Professores	Governanta	Total
Sexo				
Feminino	01	01	01	03
Masculino	01	02		03
Idade				
25 a 34 anos	02	01	-	03
Acima de 35 anos	-	02	01	03
Formação				
Universitária	02	03	-	05
Ensino Médio	-	-	01	01
Total	02	03	01	06

Quadro 6 – Características da equipe, segundo idade, sexo e nível de formação.

Fonte: Dados primários.

Uma característica comum da equipe atual é que todos são oriundos do meio rural e a maioria ainda exerce alguma função relacionada ao campo. Embora a maioria não possua uma formação pedagógica relacionada à pedagogia da alternância, fizeram cursos de aperfeiçoamento ministrados pela equipe pedagógica da ArcafarSul. Outro ponto em comum da equipe de professores é que todos têm dedicação em tempo parcial na Casa, pois exercem funções no magistério em outras escolas públicas e privadas da Região.

Atualmente a CFR de Armazém é mantida por uma rede de parcerias como são os casos das Prefeituras municipais de Armazém, Gravatal, São Bonifácio e São Martinho que repassam mensalmente a quantia de R\$ 3.600,00, totalizando R\$ 14.400,00 mensais, ainda, são responsáveis pelo transporte dos jovens e os deslocamentos nas visitas de estudo. A Secretaria Estadual da Educação (SEE) é a responsável pela contratação dos professores, da governanta, fornecimento da merenda e de parte do material didático. A Epagri também colabora com os técnicos, viabiliza cursos, estágios, entre outros. Ainda em relação ao governo do Estado, um convênio possibilitou a instalação de um laboratório de informática (projeto “beija-flor”) para as aulas de informática. O governo federal via Pronaf viabiliza a implantação dos PPVJs, além disso, mantém outros convênios como o que auxilia os monitores nas visitas nas propriedades. A Arcafasul colabora com a formação dos monitores, professores e governanta, além de cursos para os jovens e pais, entre outros. As famílias complementam a alimentação durante o período em que os jovens estão na CFR e tem a obrigação de apoiar e permitir a utilização da propriedade como laboratório de pesquisa e experimentação dos jovens. Ainda existem outros convênios com os STRs de Armazém e São Martinho; SENAR-SC, Cooperativas de Eletrificação Rural de Armazém e Gravatal; Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Um convênio realizado com o Consulado Japonês possibilitou a construção do auditório e outro com o Instituto Souza Cruz (ISC) permitiu a aquisição de equipamentos e móveis do auditório¹⁷.

Em relação à estrutura física da CFR pode-se afirmar que é bem ampla, com múltiplas instalações e confortáveis, todas em bom estado de conservação, conforme o Quadro 7 e as fotos a seguir, em que se pode constatar pelo número de dependências.

17 O auditório da CFR de Armazém possui uma área construída de 458,84 m² e com capacidade para 150 pessoas sentadas. O recurso no valor de R\$ 170,3 mil para construção, foi viabilizado junto ao governo japonês, por intermédio do Consulado Japonês, com sede em Porto Alegre. E outro convenio com o ISC possibilitou a compra dos equipamentos e móveis para o auditório.

Dependências	Dependências	Dependência m ²	Dependências m ²
Sala de aula	1	41,60	41,60
Laboratório Informática	1	17,63	17,63
Refeitório	1	42,75	42,75
Lavanderia	1	8,72	8,72
Secretaria	1	15,60	15,60
Sanitários Externos	2	13,00	26,00
Auditório	1	450,00	450,00
Sanitários Internos	6	2,99	17,94
Dormitórios dos jovens	5	23,81	119,05
Dormitório do monitor	1	15,60	15,60
Refeitório	1	42,75	42,75
Dispensa	1	5,25	5,25
Biblioteca	1	7,58	7,58
Oficina papel artesanal	1	27,38	27,38
Estufa produção hortaliça	2	90,00	180,00
Estufa produção mudas	1	60,00	60,00
Total geral	27	-	1.086,69

Quadro 7 – Infraestrutura física: número de dependências em metros quadrados
 Fonte: dados primários.



Figura 7: foto da fachada da CFR de Armazém.
 Fonte: Dados primários.



Figura 8: foto da fachada do auditório da CFR de Armazém.

Fonte: dados primários.

4.2 AS CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS JOVENS DA CFR DE ARMAZÉM¹⁸.

Os dados obtidos revelaram que os jovens egressos, 18 são do sexo masculino e um do sexo feminino¹⁹, solteiros e residem com suas famílias. Conforme os dados da tabela 14 abaixo, verifica-se que a idade dos entrevistados oscilou entre 18 e 24 anos, tendo como média 20,42 e o desvio padrão foi de 1,677 anos, o que representa pouca diferença na idade entre os jovens pesquisados.

Idade dos jovens entrevistados					
	Nº. de Entrevistas	Idade Mínima	Idade Máxima	Média da Idade	Desvio padrão
Idade	19	18	24	20,42	1,677
Total	19	-	-	-	-

Tabela 14: Idade dos jovens entrevistados

Fonte: dados primários.

¹⁸ Esta parte e seus demais itens, correspondem ao objetivo específico “c” desta tese.

¹⁹ A ausência das mulheres nas CFRs evidencia o problema enfrentado no campo em que autores como Abramovay (2000) denominam de “masculinização do campo”. O debate sobre este tema no meio rural sempre foi muito polêmico. Como não é objeto central desta tese, para saber mais sobre o assunto remete-se as pesquisadas realizadas em Santa Catarina por Paulilo (1987, 1990 e 2000) que possui uma boa discussão.

Em relação ao município de origem dos jovens, 57,9% dos entrevistados residem em Armazém, 36,8% em São Martinho e os demais, 5,3% em Gravatal, conforme se observa na tabela 15 a seguir.

Municípios de origem dos entrevistados				
	Nº. de Entrevistas	Percentual	Percentual Validado	Percentual Acumulado
Armazém	11	57,9	57,9	57,9
Gravatal	1	5,3	5,3	63,2
S. Martinho	7	36,8	36,8	100,0
Total	19	100,0	100,0	-

Tabela 15: Municípios de origem dos jovens

Fonte: dados primários.

4.2.1 Dados sobre estrutura fundiária das propriedades

Quanto ao número de hectares por propriedade se percebe, conforme os dados da tabela 16 a seguir, certa diferenciação em termos de tamanho. Este fato é explicado mais pelos aspectos naturais, como reservas nativas e declividade do solo, que o torna impróprio para agricultura anual e outros, do que pela diferença de níveis de renda, uma vez que existe pouca variação na renda entre os entrevistados. O tamanho das propriedades variou entre seis (6) e setenta (70) hectares, com uma média de 31,89 hectares e um desvio padrão foi de 16,428 ha. Desta forma conclui-se que as propriedades são predominantemente de pequeno tamanho, características da agricultura familiar.

Tamanho das propriedades					
	Nº. de Entrevistas	Tamanho Mínimo em Ha.	Tamanho Máximo em Ha.	Tamanho Médio em Ha.	Desvio Padrão
Tamanho das propriedades	19	6	70	31,89	16,428
Questionários Validados	19	-	-	-	-

Tabela 16: Estrutura fundiária: Tamanho mínimo, máximo, médio e desvio padrão das propriedades

Fonte: dados primários.

A respeito da quantidade de pessoas residindo nas propriedades dos entrevistados, o número oscilou entre duas (2) e sete (7) pessoas²⁰, tendo como média 4,21 por residência e um desvio padrão de 1,398. Estes números indicam que apesar dos valores serem aparentemente extremos, a média de pessoas residindo nestes estabelecimentos pesquisados apresenta um número que caracterizam a tendência nacional do pequeno tamanho das famílias na atualidade. Conforme os dados a seguir.

Tamanho das famílias					
	Nº. de Entrevistas	Nº. Mínimo de residentes	Nº. Máximo de residentes	Nº. Médio de residentes	Desvio Padrão
Pessoas residentes nas propriedades	19	2	7	4,21	1,398
Questionários Validados	19	-	-	-	-

Tabela 17: Tamanho das Famílias: Nº de pessoas residindo nas propriedades.
Fonte: dados primários.

Sobre o nível de escolaridade dos entrevistados, se verificou que todos possuem o Ensino Fundamental completo. Os números, da tabela 18 acima, mostram que estes jovens têm uma preocupação com a escolarização, pois a grande maioria ou possuem o Ensino Médio ou já estão cursando e frequentam o Ensino Superior.

Nível de escolaridade dos entrevistados				
Nível de escolaridade	Freqüência	Percentual	Percentual Validado	Percentual Acumulado
Ensino fundamental completo, ensino médio incompleto	10	52,6	52,6	52,6
Ensino médio completo, superior incompleto	9	47,4	47,4	47,4
Total	19	100,0	100,0	100,0

Tabela 18: Nível de escolaridade dos entrevistados
Fonte: Dados da pesquisa.

²⁰ A média de filhos das famílias dos entrevistados, é dois. Entretanto, quando o tamanho da família é superior a cinco membros, nesses casos se explica porque em algumas propriedades residem junto aos familiares os avós.

Como se constata nos dados da tabela anterior, a grande maioria dos jovens egressos, após concluírem a sua formação na CFR, continuou a sua escolarização. Estes dados são confirmados, na tabela 19 abaixo, em que fica explicitada o desejo dos jovens em prosseguirem seus estudos. Destes 52,6% afirmaram que pretendem retornar ou já estão estudando, enquanto 42,1% não sabiam se voltaria estudar e apenas um não tem vontade de retornar aos estudos.

Desejo de continuar os estudos				
	Frequência Percentual		Validade Percentual	Percentual Acumulado
Sim	7	36,8	36,8	36,8
Não	1	5,3	5,3	42,1
Talvez	8	42,1	42,1	84,2
Estou estudando	3	15,8	15,8	100,0
Total	19	100,0	100,0	-

Tabela 19: Desejo de continuar os estudos

Fonte: dados primários.

4.2.2 O jovem, seu PPVJ e suas perspectivas²¹

O Projeto de Vida assume grande importância, porque possibilita a inserção do jovem no mundo do trabalho, através da implantação de empreendimento que gere renda, para si e para a sua família. Nesta perspectiva, os instrumentos pedagógicos são orientados para a formação profissional voltada ao empreendedorismo desses jovens rurais.

Um dos principais objetivos do presente item do capítulo é discutir a situação dos Projetos Profissionais e de Vida dos Jovens (PPVJs) e responder aos objetivos específicos “a” e “b”. Conforme já descrito anteriormente, a elaboração do PPVJ é o principal requisito para a formação do jovem na CFR. Neste sentido as Tabelas 20 e 21, a seguir, trazem informações a respeito da situação destes projetos e os temas desenvolvidos pelos jovens. Destacaram-se a produção de leite e o reflorestamento com 31,6% cada um, sendo que o restante (36,8%) está

²¹ Esta parte do capítulo corresponde aos objetivos específicos “a” e “b” desta tese.

distribuído em outras atividades, conforme está especificado na tabela 20, a seguir.

Natureza dos PPVJs				
Atividades	Frequência	%	%validado	%Acumulado
Agroindústria	1	5,3	5,3	5,3
Embutidos de Suínos	1	5,3	5,3	10,5
Produção de leite	6	31,6	31,6	42,1
Palmeira real	2	10,5	10,5	52,6
Produção de açúcar e polvilho	1	5,3	5,3	57,9
Reestruturação de água industrial	1	5,3	5,3	63,2
Reflorestamento	6	31,6	31,6	94,7
Turismo Rural	1	5,3	5,3	100,0
Total	19	100,0	100,0	-

Tabela 20: a natureza dos PPVJs

Fonte: dados primários

Ainda sobre as características dos PPVJs, cabe ressaltar que os mesmos estão muito próximos das atividades já desenvolvidas nas propriedades. Estão ligadas a produção de leite e o reflorestamento, explorações típicas e muito comuns na região de abrangência da Casa. No entanto, ressalta-se que os PPVJs implantados se destacam pelas inovações implementadas nas propriedades.

Embora a CFR tenha buscado introduzir novas atividades, as famílias²² são muito resistentes investir em “novidades”, pois requer conhecimento prévio sobre o assunto e temem quebrar certos paradigmas familiares. Desta forma, no momento da decisão na família sobre o PPVJ, acaba prevalecendo a “experiência” dos pais em detrimento do empreendedorismo do filho.

Ainda, sobre a tabela 20, a preocupação foi detectar quais foram os temas desenvolvidos pelos jovens em seus PPVJs. Na tabela 21, o objetivo foi verificar a situação em que se encontram os Projetos de Vida dos jovens egressos. Do total dos entrevistados, 52,6% afirmaram ter implantado, 10,5% disseram que estão em fase de implantação e 36,8%, ainda, não implantaram os seus PPVJs.

22 Os jovens, ainda, encontram muitas resistências dos pais, que têm a propriedade sob seu controle e não permitem implantar grandes mudanças. Outro problema é referente a quase ausência de políticas públicas direcionadas para ao jovem do campo – as existentes ou não chegam ou são mal aproveitadas.

A situação do PPVJ				
Situação	Frequência	Percentual	Percentual Validado	Percentual Acumulado
Colocado em prática	10	52,6	52,6	52,6
Em fase de implantação	2	10,5	10,5	63,2
Não implantou	7	36,8	36,8	100,0
Total	19	100,0	100,0	-

Tabela 21: A situação do PPVJ

Fonte: dados primários

Cabe ressaltar que apenas 26,3% dos entrevistados afirmaram ter acessado a crédito, cujo valor oscilou entre R\$ 6.000,00 a R\$ 16.000,00. Embora a CFR disponha de uma linha de crédito junto ao Pronaf para financiar os Projetos dos Jovens, ainda são poucos os que a utilizam e os motivos apresentados pelos jovens variam desde a burocracia dos e os altos juros cobrados pelas instituições bancárias, a inadequação dos empreendimentos com a legislação sanitária e ambiental, entre outros.

Também buscou-se saber como os jovens visualizam o PPVJ, a maioria dos entrevistados (73,7%) consideram como um projeto econômico, enquanto 15,8% acreditam ser um projeto para a vida, ressaltando mais os aspectos sociais e os demais (10,5%) não responderam a essa questão. Sobre o nível de satisfação com o PPVJ, 57,9% afirmaram estarem satisfeitos ou muito satisfeitos, enquanto 10,6% responderam estar pouco ou não estão satisfeitos e o restante, 31,6% não responderam a essa questão.

PPVJ – mesma atividade exercida anteriormente				
	Frequência	Percentual	Percentual Validado	Percentual Acumulado
Sim	7	36,8	43,8	3,8
Não	4	21,1	25,0	68,8
Em parte	5	26,3	31,3	100,0
Total	16	84,2	100,0	-
Não resp.	3	15,8	-	-
Total	19	100,0	100,0	-

Tabela 22: PPVJ – mesma atividade exercida anteriormente

Fonte: dados primários.

Quando questionados sobre o PPVJ ser a mesma atividade que era exercida anteriormente, 63,1% afirmaram que sim ou ainda o é parcialmente, sendo que apenas 21,1 % disseram que não e o restante 15,8% preferiu não responder a essa questão

A maioria dos entrevistados (73,7%) consideram o PPVJ como um projeto econômico, enquanto 15,8% acreditam ser este um projeto para a vida e os demais entrevistados (10,5%) não responderam a essa questão.

Renda familiar antes de entrar na CFR				
Valores em Reais	Frequência	Percentual	Percentual Validado	Percentual Acumulado
De R\$ 501,00 a R\$ 1.000,00	6	31,6	31,6	31,6
De R\$1.001,01 a R\$2.000,00	9	47,4	47,4	78,9
De R\$2.001,01 a R\$3.000,00	3	15,8	15,8	94,7
Mais de R\$3.000,01	1	5,3	5,3	100,0
Total	19	100,0	100,0	-

Tabela 23: renda familiar antes de o jovem entrar na CFR

Fonte: dados primários.

Renda após concluírem os estudos na CFR				
	Frequencia	Percentual	Validade Percentual	Percentual Acumulado
De R\$501,00 a R\$ 1.000,00	2	10,5	10,5	10,5
De R\$1.001,01 a R\$2.000,00	4	21,1	21,1	31,6
De R\$2.001,01 a R\$3.000,00	5	26,3	26,3	57,9
Mais de R\$3.000,01	8	42,1	42,1	100,0
Total	19	100,0	100,0	-

Tabela 24: renda familiar após o jovem ter frequentado a CFR

Fonte: dados primários.

Em relação ao nível de renda mensal da família antes do jovem frequentar a CFR, 78,9% dos entrevistados responderam que era de até R\$ 2.000,00, enquanto que o restante, 21,1% afirmou obter uma quantia mensal superior ao valor citado, segundo os dados da tabela 23, acima.

Após a conclusão de seus estudos na CFR, apenas 31,6% dos jovens afirmaram que a renda familiar era de R\$ 2.000,00, enquanto que a maioria, (68,4%) disseram receber valores superiores ao acima citado, os dados podem ser verificados na tabela 24.

Para verificar se a formação recebida contribuiu ou não para o aumento da renda das famílias dos entrevistados, se realizou o teste de Friedman, que apontou a existência de uma melhora significativa na situação econômica dos egressos da CFR ($p < 0,001$) quando comparado à sua situação anterior à CFR.

4.2.2.1 Indicadores de conforto das famílias

Os indicadores de conforto estão ligados diretamente ao bem estar da família. Então para verificar se houve melhoria na condição de vida das famílias, se utilizou como padrão de análise o antes e o depois dos jovens terem frequentado a CFR. Neste sentido se constatou que houve uma melhoria significativa no conforto das famílias, depois dos jovens terem estudado na CFR, pois, houve a aquisição de 35 novos produtos que estão relacionados a melhoria da qualidade vida²³.

Diante disso depois de ter frequentado a CFR 15,3% dos entrevistados passaram a ter freezer, filtro de água, instrumentos musicais e bicicletas; 21,1% forno elétrico, lava jato e acesso a internet; 31,6% forno microondas e aparelho de DVD; 15,8% aspirador de pó e automóvel, 10,5% telefone celular e máquina de lavar roupa; 47,4% computador, 26,3% aparelhos de MP3 ou similares e 36,8% moto.

Esses dados mostram que as famílias envolvidas no projeto da CFR tiveram melhorias significativas no seu conforto e bem estar. Pode-se afirmar que este fato está inteiramente ligado a melhoria da renda familiar, conforme foi constatada anteriormente. Desta forma se conclui que o acesso a novos conhecimentos proporcionados pela Casa Familiar Rural de Armazém possibilitou a melhoria da qualidade de vida destas famílias.

²³ Segundo Pessoa e Silveira (2009) a qualidade de vida num país pode ser entendida como o nível de bem-estar geral de sua população.

4.2.2.2 Indicadores de infraestrutura das propriedades

Após a saída dos jovens da CFR, constatou-se mudanças em pelos menos 12 itens nas propriedades dos jovens entrevistados. Entre eles os mais destacados foram os seguintes: 31,6% passaram a ter trator, 47,4% compraram novas terras, 26,3% adquiriram micro-trator (tobata) e motor-serra, 15,8% colheitadeira e triturador, 10,5% passaram a ter silos para armazenagem da produção, 36,8% roçadeiras, 52,6% utilizam piquetes na manutenção do gado, 26,3% passaram a fazer reflorestamento, 21,1% mecanizaram a ordenha do leite e 15,8% deixaram de ter casa de madeira e passaram a ter casa de alvenaria, sendo que os demais já possuíam casas de alvenaria.

Estado de conservação das instalações nas propriedades				
Estado	Frequencia	Percentual	Validade Percentual	Percentual Acumulado
Bom	16	84,2	84,2	84,2
Ótimo	2	10,5	10,5	94,7
Regular	1	5,3	5,3	100,0
Total	19	100,0	100,0	-

Tabela 25: estado de conservação das instalações nas propriedades

Fonte: dados primários.

Em relação ao estado de conservação das instalações das propriedades, 94,7% dos entrevistados afirmaram estar em bom e ótimo estados. Isso significa concluir, com base nos depoimentos que em termos gerais está havendo melhoramento na infraestrutura das propriedades.

Com base nos dados apresentados neste item e no anterior, se pode afirmar que o objetivo específico “e” foi alcançado, pois foram realizadas transformações efetivas nas condições de vida dos jovens e de suas famílias

4.2.2.3 Produção e comercialização da produção das UFPs

Ressalte-se em relação à produção e a comercialização, as principais atividades desenvolvidas nas propriedades foram as seguintes: bovinocultura leiteira, fabricação e comercialização de produtos coloniais, fomicultura, produção para autoconsumo, turismo rural e reflorestamento. Desta forma verificou-se que são poucas as atividades

empreendidas pelos jovens entrevistados que apresentam grandes diferenças entre si.

Procurou-se saber o que é produzido nas UFPs para o autoconsumo e para comercialização. As respostas obtidas em relação aos produtos destinados exclusivamente para o consumo da família na propriedade, ficaram assim distribuídas: Aipim (42,1%), batata (26,3%), verdura (73,7%), feijão (15,8%), galinha (15,8%), suíno (15,8%), gado (42,1%), leite (36,8%), queijo (5,3%), conservas (5,3%), ovos (10,5%), doces (5,3%), milho (15,8%), lenha (21,1%), frutas (15,8%), amendoim (5,3%), melado (5,3%) e açúcar (5,3%). Constatou-se que em todas as propriedades são produzidos produtos somente para o consumo da família sem destinação para o mercado.

Em relação aos produtos destinados à comercialização, os dados coletados pela pesquisa foram os seguintes: açúcar mascavo (10,5%), lenha (31,6%), melado (15,8%), polvilho (5,3%), pão (5,3%), biscoitos (5,3%), bolos (5,3%), carne suína (5,3%), carne bovina (42,1%), conservas e doces (10,5%), leite (36,8%), eucalipto (5,3%), milho (5,3%), turismo (5,3%), fumo (5,3%), cachaça (5,3%) e licor (5,3%). Estes produtos são as principais fontes de renda das propriedades, embora se constate que muitos têm dupla finalidade: servem para o autoconsumo e para serem comercializados.

Quanto à forma de comercialização desta produção obteve-se os seguintes dados: direto no comércio (15,8%), por encomenda (26,3%), em casa (21,1%), fumageira (5,3%) e laticínio (31,5%). Como pode-se verificar a forma de venda da produção é bem diversificada.

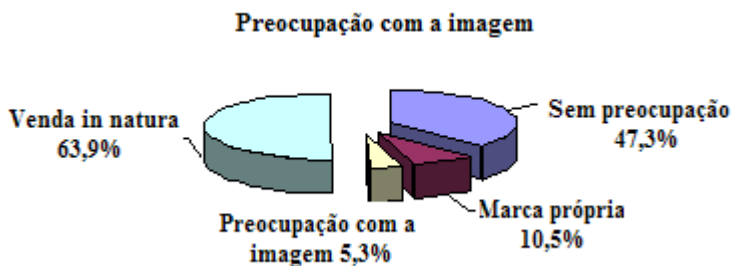


Gráfico 1: Preocupação com a imagem do produto

Fonte: dados primários.

Buscou-se saber também, se havia a preocupação dos jovens e seus familiares com a imagem do produto comercializado. As respostas

obtidas são preocupantes, pois, 47,3% responderam não possuir nenhuma preocupação com a imagem do produto, 10,5% tem sua marca própria, 5,3% a preocupação é com embalagem e higiene e 36,9% disseram comercializar a produção diretamente com as empresas de forma in natura, como são os casos do leite, lenha e fumo.

4.2.2.4 Outras fontes de renda da família

Na atualidade, quando se fala do meio rural, principalmente da agricultura familiar, é cada vez mais unânime a ideia de um rural heterogêneo e complexo. Diante disso a necessidade de mudança de postura e de atuação do produtor rural deve ser constante para acompanhar as transformações. É neste contexto que as atividades consideradas não-agrícolas têm sido tratadas como uma das estratégias de reprodução da agricultura familiar. Para Schneider (2009) esta estratégia revela uma face não tão ingênua do homem do campo, ou seja, um produtor dotado também de uma lógica econômica. Logo, são muitas as especificidades e características atuais das UFPs. Desta forma o que caracteriza hoje aquilo que se denomina de agricultura familiar é o cultivo da terra e a criação de animais, mesclado com outras atividades complementares. A renda tem sua origem em diversas fontes, inclusive em muitas propriedades rurais podendo não ser a principal as procedentes das atividades agropecuárias.

Outras fontes de renda das famílias				
Categorias	Frequencia	Percentual	Validade Percentual	Percentual Acumulado
Aposentadoria	5	26,3	35,7	35,7
Trabalho fora	6	31,6	42,9	78,6
Aposentadoria e trabalho fora	3	15,8	21,4	100,0
Total	14	73,7	100,0	-
Não possuem	5	26,3	-	-
Total	19	100,0	100,0	-

Tabela 26: Outras fontes de renda das famílias

Fonte: dados primários.

Neste sentido, com objetivo de checar se esta tendência nacional confirmava-se nas UFPs dos jovens entrevistados. As respostas obtidas,

conforme os dados disponíveis na tabela 26, mostram semelhanças com o restante do país. Em que apenas 26,3% das UFPs tem na atividade rural sua única fonte de renda. Para 73,7% a renda da família é complementada por aposentadoria, trabalho fora ou ambos os casos. Desta forma confirma-se a tendência nacional de que a maior parte das famílias depende de outras fontes de renda oriundas de fora da UFP para garantirem a reprodução econômica da UFP.

A pesquisa indicou que quase a metade das famílias dos jovens egressos possui algum membro que trabalham fora da unidade familiar de produção, como evidenciado na tabela 26. Também buscou-se saber qual o valor mensal desta fonte de renda complementar da família, os dados estão expostos na tabela 27.

O valor mensal dessa outra fonte de renda familiar (em R\$)				
Valores R\$	Frequencia	%	% Validado	% Acumulado
510,00	2	10,5	20,0	20,0
700,00	1	5,3	10,0	30,0
930,00	2	10,5	20,0	50,0
1.000,00	1	5,3	10,0	60,0
1.050,00	1	5,3	10,0	70,0
1.500,00	2	10,5	20,0	90,0
1.700,00	1	5,3	10,0	100,0
Total	10	52,6	100,0	-
Não possuem	9	47,4	-	-
Total	19	100,0	-	-

Tabela 27: valor mensal da outra fonte de renda familiar

Fonte: dados primários.

Com base nos dados da tabela 27, verifica-se que o valor mensal desta outra fonte de renda mensal da família, variou entre R\$ 510,00 a R\$ 1.700,00. Ou seja, é um valor considerável que é proveniente do trabalho fora da UFP e que tem uma representatividade importante na composição da renda total da família.

4.2.2.4.1 Fontes de renda dos jovens

Um dos grandes problemas dos jovens rurais é a falta de renda própria. Este fato é considerado uma das principais causas de êxodo de jovens do campo. Uma vez que os recursos financeiros são centralizados pelo pai.

Num ambiente extremamente conservador, como o meio rural, o jovem toda vez que necessita de dinheiro tem que recorrer ao pai, até mesmo para suas despesas mínimas de lazer nos finais de semana. Este fato deixa o jovem numa situação constrangedora e dependendo da idade chega até ser humilhante.

Diante disto, buscou-se saber se os jovens egressos, depois de passar por todo o processo de formação na CFR, também passavam pelos mesmos constrangimentos de ter que pedir dinheiro para os seus pais. As respostas obtidas estão expostas na tabela 28, em que surpreende, pois, apenas 36,8% dos jovens entrevistados afirmaram ter sua renda própria. Os demais, ainda têm que pedir para o pai, muitas vezes apelam para a mãe, os recursos para custear os pequenos gastos, como por exemplo: entrar numa “balada”.

Você tem renda própria?					
Categories	Frequencia	Percentual	Validade	Percentual	% Acumulado
Sim	7	36,8		36,8	36,8
Não	12	63,2		63,2	100,0
Total	19	100,0		100,0	-

Tabela 28: a renda própria do jovem

Fonte: dados primários.

Ainda sobre os dados da tabela 28, a mesma confirma a tendência de outras pesquisas nacionais que demonstram que o jovem rural se encontra numa situação de invisibilidade perante seus pais que não os veem como adultos (CARNEIRO, 2005). Camarano e Abramovay (1999) em suas pesquisas realizadas sobre o tema, detectaram que as mesmas referem-se ao jovem rural, apenas como mão de obra familiar ou como trabalhador fora da UFP. Enquanto ele não se casa é considerado “criança” pela família e pela maioria dos estudiosos.

Os jovens que responderam positivamente a esta questão sobre a renda própria, em que os dados estão expostos na tabela 28. Numa outra pergunta, buscou-se saber o montante desta renda mensal, conforme os dados expostos na tabela 29, a renda variou entre R\$ 200,00 a R\$ 800,00. Esta questão é relevante, pois o nível de renda define o grau de autonomia do jovem perante o pai, no momento de tomar decisões dentro da propriedade.

O valor mensal da renda do jovem (em R\$)					
Valores em R\$	Frequencia	Percentual	Validade Percentual	Percentual Acumulado	
200,00	1	5,3	14,3	14,3	
500,00	2	10,5	28,6	42,9	
510,00	1	5,3	14,3	57,1	
550,00	1	5,3	14,3	71,4	
650,00	1	5,3	14,3	85,7	
800,00	1	5,3	14,3	100,0	
Total	7	36,8	100,0	-	
Não tem	12	63,2	-	-	
Total	19	100,0	-	-	

Tabela 29: o valor mensal da renda própria do jovem

Fonte: dados primários.

Também se buscou saber a forma como os jovens conseguem a sua renda própria. Pode-se constatar na respostas obtidas, a presença da pluriatividade, que, Silva (1996), denominou de “part-time”, ou seja, o agricultor que combina diversas formas de ocupação (assalariadas ou não). Esta é a característica da “nova” agricultura que combina atividades agrícolas e não-agrícolas, conforme constata-se na tabela 30.

Atividade realizada pelo jovem para conseguir a renda					
Atividades	Frequencia	Percentual	Validade Percentual	Percentual Acumulado	
Sem renda	12	63,2	63,2	63,2	
Consertos	1	5,3	5,3	68,4	
Fora (dia)	2	10,5	10,5	78,9	
Lavação	1	5,3	5,3	84,2	
Mecânico	1	5,3	5,3	89,5	
Propriedade	2	10,5	10,5	100,0	
Total	19	100,0	100,0	-	

Tabela 30: atividade realizada pelo jovem para conseguir a renda

Fonte: dados primários

Esta forma de trabalho em tempo parcial (parte das atividades realizadas nas propriedades e a outra fora) é uma característica comum entre os

jovens e seus familiares. Embora a grande maioria dos jovens se dedique de forma integral às atividades nas propriedades (63,2%), os demais 36,8% já realizam esta dupla jornada de trabalho (conforme os dados disponíveis na tabela 30). Esta foi a estratégia encontrada pelos jovens para contornar as dificuldades de acesso a renda própria sem entrar em atrito com os pais.

Concluindo esta parte sobre a renda própria do jovem nota-se que os mesmos para não imigrarem para as cidades e não ficar longe de seus familiares optam por ter jornada dupla de trabalho. Ou ainda, por outros arranjos, como no caso dos jovens mesmo trabalhando somente na UFP realizam durante as horas de folgas, ou nos períodos de entressafra, atividades para si. Este foi o caso de um jovem que produz pães, bolachas e outros produtos para comercializar nos finais de semana a fim de conseguir sua própria renda.

Nos demais casos a renda é obtida em trabalhos parciais fora da propriedade, durante os períodos de pouca atividade na propriedade. Nestes casos os jovens são diaristas em outras propriedades, mas também trabalham como auxiliar de mecânico, lavador de carros e pequenos consertos e reparos (“o faz tudo”).

4.2.3 Indicadores de preocupação ambiental dos jovens

De um modo geral, nas conversas realizadas com os jovens e seus familiares, observa-se avanços significativos em termos da preocupação ambiental depois de frequentarem a CFR. Se antes dos jovens entrarem na Casa Familiar, a consciência ambiental era praticamente inexistente, assim como as ações práticas nas propriedades. Depois de formados os resultados já começaram a ser percebidos em forma de ações concretas, tais como: saneamento básico da propriedade, em que não havia fossa séptica e muitas vezes o esgoto era jogado rios, o lixo também recebia o mesmo destino, assim como as embalagens dos agrotóxicos, entre outras.

Nesta mesma tabela 31, se nota que os jovens têm desenvolvido diversas atividades para preservar o meio ambiente, entre elas cabe destacar “o respeito ao meio ambiente e as leis ambientais” com 37% das respostas. Se antes os rios e os riachos serviam como depósitos de lixo e esgoto doméstico, agora passou a ser visto como lugar destinado à preservação. Diversas são as ações postas em práticas que são expressadas no reflorestamento das margens dos rios, da não poluição das águas e no respeito à legislação ambiental.

Outra novidade introduzida nas propriedades, depois da CFR, foi a adubação orgânica que anteriormente não era realizada. Após a CFR, nove propriedades passaram a fazê-la como forma de preservar o meio ambiente e também para diminuir os custos de produção.

O que fazem os jovens para preservar o meio ambiente?				
Atividades	Frequencia	Percentual	Validade Percentual	Percentual Acumulado
Nada	1	5,3	5,3	5,3
Não desmata e não polui	1	5,3	5,3	10,5
Possui saneamento básico	1	5,3	5,3	15,8
Preserva a mata nas fontes, saneamento (fossa)	2	10,5	10,5	26,3
Preserva encostas, destino correto das embalagens de agrotóxicos	1	5,3	5,3	31,6
Reflorestamento	1	5,3	5,3	36,8
Reflorestamento, fossa e separação de lixo	1	5,3	5,3	42,1
Reserva legal, compostagem e fossa	1	5,3	5,3	47,4
Respeito ao meio ambiente e as leis ambientais	7	37,1	37,1	84,2
Separa o lixo e devolve embalagens de agrotóxico	3	15,9	15,9	100,0
Total	19	100,0	100,0	-

Tabela 31: sobre a preservação do meio ambiente

Fonte: dados primários

Em relação às queimadas, também houve alteração, pois as mesmas eram realizadas em todas as propriedades, agora menos da metade (47,4%) utilizam esta prática em suas UFPs. Sobre os cuidados com as embalagens vazias de agrotóxicos, anteriormente na maioria das propriedades era depositada em qualquer lugar, agora 63,2% passaram a cuidar das embalagens vazias de agrotóxicos e dar o destino correto.

Os cuidados com o esgoto doméstico que anteriormente apenas dez propriedades davam o destino adequado, após a entrada dos jovens na CFR, todas as propriedades passaram a ter os devidos cuidados com este tipo de esgoto.

Em relação aos cuidados pessoais e as dosagens corretas na aplicação do agrotóxico nas lavouras, antes de frequentar a CFR, apenas seis dos jovens entrevistados disseram que utilizavam equipamentos adequados de segurança e a dosagem correta. Depois da passagem pela Casa, 74,3 passaram a utilizar equipamentos de segurança e a aplicação correta seguindo as instruções do receituário agrônomo. Antes de entrar na CFR, dois jovens afirmaram ter se intoxicado com este tipo de produtos químicos e depois de sair da Casa Familiar não houve mais nenhum caso.

Como pode-se notar pelos os números apresentados, em se tratando de preservação do meio ambiente os resultados foram extremamente positivos, houve grande evolução nas ações desenvolvidas pelos jovens e seus familiares com este objetivo.

4.2.4 A visão dos jovens sobre Empreendedorismo

Sobre empreendedorismo, uma das categorias centrais dos PPVJs, procurou-se saber qual era a compreensão dos jovens entrevistados sobre o tema. Tendo como base a predisposição ao risco, a criatividade e a coragem de mudar, o termo carrega consigo a possibilidade de transformar a vida das pessoas, de proporcionar novas oportunidades e de realizar sonhos. Embora, a realidade concreta dos jovens, mesmo durante e pós-CFR tem encontrado muitas limitações e muitos obstáculos para ser ‘empreendedores’. Isso se torna visível no momento de execução dos seus Projetos de vida. No entanto, as respostas obtidas foram positivas em relação ao tema. Os jovens têm uma visão otimista, embora às respostas ficassem dispersas em virtude de se tratar de uma pergunta aberta, mas foi possível traçar um fio condutor para as respostas. Ou seja, as palavras mais utilizadas nas respostas foram: “ter e administrar o seu próprio negócio” ou “ousar, realizar sonhos”, “mudar”, “inovar”, “visão de negócio” entre outros, conforme os dados da tabela 32. Para eles, o tema está ligado à ‘mudança de vida’. ‘Ter o seu próprio projeto de vida’, ‘gerar a sua própria renda e para sua família’, ‘ter independência financeira’, ‘dar oportunidade de trabalho’, entre outras.

A visão do jovem sobre empreendedorismo				
Categories	Frequencia	Percentual	Validade Percentual	Percentual Acumulado
É ousar, realizar sonhos, ter seu próprio negócio	1	5,3	5,3	5,3
Ação de inovar propriedade	1	5,3	5,3	10,5
Administrar melhor a propriedade	1	5,3	5,3	15,8
Administrar o próprio negócio	1	5,3	5,3	21,1
Arte de inovar	1	5,3	5,3	26,3
Capacidade de mudar e diversificar	1	5,3	5,3	31,6
Ser dono e tocar o próprio negócio	1	5,3	5,3	36,8
Forma de administração	1	5,3	5,3	42,1
Interessar pela área e fazer produzir	1	5,3	5,3	47,4
Maximizar lucro	1	5,3	5,3	52,6
Não sabe	3	15,8	15,8	68,4
Pessoa que possui visão além	1	5,3	5,3	73,7
Melhorar aquilo que se faz	1	5,3	5,3	78,9
Visão de negócio	3	15,8	15,8	94,7
Administração melhor a propriedade	1	5,3	5,3	100,0
Total	19	100,0	100,0	-

Tabela 32: a visão do jovem sobre empreendedorismo

Fonte: dados primários

Se em relação ao empreendedorismo existe uma compreensão adequada, dentro das definições utilizadas nesta tese. Então, buscou-se saber dos jovens, o que é preciso para ser bem sucedido na vida. As respostas obtidas foram de que a família está em primeiro plano, seguido pelo dinheiro e contar com a sorte. Numa análise mais superficial se poderia soar um tanto estranho estas respostas, mas se julgar a partir da realidade do campo e sua trajetória de dificuldades no país se percebe que as respostas têm sentido e razão de ser.

O que precisa para ser bem sucedido na vida?				
Categories	Frequencia	Percentual	Validade Percentual	Percentual Acumulado
Contar com a sorte e ter muita vontade	1	5,3	5,3	5,3
Apoio da família e dinheiro	3	15,8	15,8	21,1
Dinheiro, qualidade dos produtos produzidos	2	10,5	10,5	31,6
Família e dinheiro	1	5,3	5,3	36,8
Inteligência	1	5,3	5,3	42,1
Investir em tecnologias modernas	2	10,5	10,5	52,6
Qualidade no serviço e determinação	2	10,5	10,5	63,2
Sorte e competência	1	5,3	5,3	68,4
Sorte, vontade, prosperidade e dinheiro	1	5,3	5,3	73,7
Ter vontade de trabalhar	2	10,5	10,5	84,2
Vontade e dedicação	2	10,5	10,5	94,7
Vontade, coragem, dedicação e sorte	1	5,3	5,3	100,0
Total	19	100,0	100,0	

Tabela 33: os fatores para ser bem sucedido na vida

Fonte: dados primários.

Não é por acaso que este modelo de agricultura, com base na pequena propriedade é denominada de agricultura “familiar”. A necessidade de contar com o apoio de todos os membros da família para garantir a sobrevivência e a subsistência do grupo familiar são essenciais. Num ambiente extremamente hostil e cheio de dificuldades a união de todos é muito importante, ainda se tratando das dificuldades em termos da descapitalização desses agricultores, o dinheiro é lembrado, pois sem ele não há a possibilidade de inovar e investir em novas formas de produção para amenizar as hostilidades do trabalho. Aqui se evidencia em parte porque muitos dos PPVJs ainda não foram implantados. A falta de recursos para implementar é uma das grandes ameaças dos projetos de vida.

Por último, “contar com a sorte” é uma das esperanças em ser bem sucedido no meio rural. Como os agricultores dependem do comportamento da natureza para ser bem sucedido na sua produção, sendo esta uma variável que está totalmente fora de seu controle, à sorte é um elemento vital para o sucesso. Aqui a palavra sorte para os agricultores (jovens) pode ser traduzida por “tempo”: tempo de espera para colheita, tempo bom, tempo de chuva, tempo de seca, entre outros tempos.

Além das variáveis comentadas, expostas na tabela 33, outras foram citadas pelos jovens como fatores para ser bem sucedido na vida, como: “vontade”, “coragem”, “competência”, “qualidade dos produtos”, entre outras. Como pode ser observar, os dados desta tabela coincidem com os da anterior, quando se tratou da percepção dos jovens sobre o empreendedorismo.

4.2.5 A vida social do jovem do campo²⁴

Este tema sobre a vida social do jovem aparentemente estranho à análise realizada nesta pesquisa. Cabe destacar que tem o seu fundamento porque um dos motivos que levam os jovens a saírem do campo, é a pouca disponibilidade de opções de lazer e divertimento no meio rural, se comparado com a cidade. Nesse sentido, procurou-se identificar as alternativas e as estratégias dos jovens egressos da CFR para suprir as deficiências e as raras oportunidades de diversão disponíveis em suas comunidades rurais.

A pesquisa afirma, portanto, que as alternativas de lazer e diversão dos jovens entrevistados são bastante limitadas, dificultando o desenvolvimento de uma maior sociabilidade e possíveis iniciativas coletivas. Entre as atividades detectadas pela pesquisa apareceram o futebol e as festas religiosas nas comunidades como as principais formas de lazer e divertimento local. Também se detectou que os jovens buscam outros lugares e novas formas de divertimentos. Como por exemplo, foi citada por alguns jovens, a “balada” que é uma forma de diversão tipicamente urbana. Constatou-se que a necessidade de buscar alternativas fora das comunidades pode ser explicada pelo número reduzido de jovens nas localidades e para se livrar da fiscalização dos pais.

4.2.5.1 Local e tipos de diversão

²⁴ Este item corresponde ao objetivo específico “e” desta tese

Sobre o local em que os jovens costumam se divertir se no campo ou na cidade, os dados da pesquisa apontam uma mudança significativa nos hábitos dos jovens, pois, apenas 10,5% têm como local de diversão somente o campo. Para 26,3% dos entrevistados o seu local de diversão é na cidade. A grande maioria (63,2%) transita entre os dois espaços.

Desta maneira se verifica a afirmação de Carneiro (1998), de que existe a intensificação da comunicação entre os dois universos culturais (campo e cidade) cujas fronteiras tornaram imprecisas no que se refere às diferentes projeções dos jovens rurais. Neste sentido, segundo a autora seria temerário e simplista falar de urbanização do campo como expressão que qualificaria a perda da especificidade de um desses dois pólos. Desta forma seria possível ser “rural” na cidade e “urbano” no campo. Disso resulta a afirmação de definições e redefinições de identidades sustentadas não mais na homogeneidade de padrões culturais, mas na diversidade e, principalmente, na maneira específica de combinar práticas e valores originários de universos culturais distintos, o que a autora identifica como rurbanização²⁵.

Local de diversão do jovem do campo				
Locais	Frequencia	Percentual	Validade Percentual	Percentual Acumulado
Cidade	5	26,3	26,3	26,3
Campo	2	10,5	10,5	36,8
Na cidade e no campo	12	63,2	63,2	100,0
Total	19	100,0	100,0	

Tabela 34: locais de diversão dos jovens

Fonte: dados primários.

4.2.5.2 Estilos musicais

Se em termos de divertimento não é mais possível separar os locais em que os jovens buscam se divertir, se é no campo ou na cidade, isso tanto faz, então buscou-se saber, se poderia haver diferenciação em termos de estilos musicais. Novamente as respostas surpreenderam, pois, as

²⁵ Este tema dentro do debate sobre o campo na atualidade é extremamente polêmico, por isso, não se pretende discutir o assunto, porém é necessário afirmar que para esses jovens existe sim um estreitamento entre esses dois espaços, no qual pode ser justificado pelos avanços relacionados a tecnologia em que o acesso a informação foi facilitado aproximando-os, tais como: internet, televisão, telefone, moto, carro, etc.

músicas sertanejas (ditas caipiras) sempre caracterizam os moradores do campo considerados, agora se percebe que os gostos também estão muito próximos. Inclusive a “onda” do momento é o “sertanejo universitário”. Os dados estão disponíveis na tabela 35, em que apenas 10,5% afirmaram ter na música sertaneja o seu estilo predileto, a grande maioria (42,1%) responderam que gostam mesmo de ouvir o sertanejo universitário.

Tipos de músicas que os jovens gostam de ouvir				
Estilos musicais	Frequencia	Percentual	Validade Percentual	Percentual Acumulado
Sertanejo	2	10,5	10,5	10,5
Sertanejo Universitário	8	42,1	42,1	52,6
Eletrônica	4	21,1	21,1	73,7
Rock e música nativa	1	5,3	5,3	78,9
Todos	4	21,1	21,1	100,0
Total	19	100,0	100,0	

Tabela 35: estilos musicais dos jovens

Fonte: dados primários

4.2.5.3 Atividades sociais e comunitárias

Uma das perguntas feitas aos jovens visava detectar seu envolvimento em atividades sociais e comunitárias. As respostas obtidas mostram que o envolvimento dos jovens se refere em grande parte às participações em atividades religiosas, tais como: grupos de jovens, leitura nos cultos e missas, aulas de catequese, organização de festas comunitárias, trabalhos de limpeza nos centros comunitários. Entre outras atividades citadas, somente aparece os times de futebol, com raras exceções as associações de produtores rurais e cooperativas. Em relação à participação em atividades religiosas denota a forte religiosidade das famílias e a tradição mobilizadora dos grupos religiosos no campo.

Em termos gerais às repercussões visíveis na comunidade, não foram percebidos mudanças. Os resultados verificados dentro da UFP não têm, ainda, na comunidade a mesma repercussão. Entretanto, cabe fazer uma ressalva, talvez devido ao pouco tempo de existência da experiência para se observar resultados concretos em termos de envolvimento e desenvolvimento do local.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Das respostas obtidas pela pesquisa pode-se, de um modo geral, inferir que os jovens vivem no meio rural e residem com seus familiares em suas UFPs, continuam lá por opção de vida, e não por ser a única alternativa viável no momento para as suas vidas. Isto significa dizer que pelos menos para estes jovens o campo deixou de ser visto como um lugar hostil e de falta de perspectivas, e tornou-se um ambiente propício para a construção de projetos de vida.

Durante o estudo, foram apresentados os aspectos teóricos, bem como a trajetória, nos quais se fundamenta a formação por alternância. Em seguida foram feitas as considerações mais importantes do estudo. Para concluir, algumas sugestões e temas serão propostos, para aprofundamento em outras pesquisas.

Retomando os objetivos, se apresenta uma análise desta tese com relação aos mesmos que estão propostos no capítulo 1, item 1.3, em que se tece alguns comentários sobre ações, consideradas mais relevantes para a CFR, além de recomendações para trabalhos futuros.

O primeiro objetivo específico desta tese refere-se à identificação dos jovens egressos tornaram-se empreendedores em termos de atitudes e inovações introduzidas nas propriedades. Em relação a este objetivo pode-se afirmar que em diversas passagens da pesquisa foi verificada, como por exemplo: na implantação dos PPVJs, na continuidade dos estudos, em termos de atitude, entre outras.

O segundo objetivo específico foi analisar se o trabalho desenvolvido pela CFR possibilitou a criação de novas oportunidades de trabalho e renda para as famílias. Constatou-se aumento da renda através da aplicação do teste de Friedman, que apontou a existência de uma melhora significativa renda familiar dos egressos ($p < 0,001$) quando comparado à sua situação anterior à CFR. Em relação a novas oportunidades de trabalho nas UFPs não foi comprovada, nem nas visitas das entrevistas, nem nos depoimentos dos jovens.

O terceiro objetivo consistiu no desenvolvimento de indicadores de análise comparativos sobre os resultados alcançados pela experiência estudada. Os indicadores formulados mostraram-se eficientes para analisar as repercussões do trabalho desenvolvido pela CFR, em diversos aspectos, conforme demonstrado no capítulo quatro: na infraestrutura da UFP, na renda da família, na preservação ambiental, na qualidade e nas condições de vida das famílias, entre outras.

O quarto objetivo era propor alternativas de melhoria com base nos resultados obtidos para o projeto da CFR. Neste sentido se propõe que a

diretoria da CFR busque um maior envolvimento das organizações sociais (formar uma rede de parcerias públicas e privadas) para dar suporte na execução dos Projetos dos jovens. Porque somente o apoio da família e da CFR não é suficiente para que o jovem e o seu PPVJ sejam bem sucedidos. Como, por exemplo, buscar mais apoio técnico, crédito, cursos, entre outros, sem isso os resultados a longo prazo podem ficar comprometidos, bem como a própria continuidade da CFR.

O quinto objetivo foi analisar as transformações efetivas nas condições de vida dos jovens e de suas famílias. Sobre as transformações verificou-se que houveram muitas, dentre as quais destaca-se as seguintes: no conforto da família, na infraestrutura em termos de inovação e melhorias, na questão do lazer, entre outras.

O último objetivo tratava da identificação de quais foram os pontos vistos positivos e as dificuldades encontradas no processo de formação. Sobre os pontos positivos foram inúmeros que pode ser sintetizado da forma dos jovens passaram a perceber o campo como um espaço de construção de projetos individuais e coletivos de futuro e de desenvolvimento local. No entanto, as dificuldades apontadas pelos pesquisados é a resistência de alguns pais na implantação dos PPVJs e as inovações nas UFPs. Também, constatou-se a pouca preocupação com a embalagem dos produtos e com a divulgação.

Assim, à luz do exposto ao longo do trabalho, considera-se que as dificuldades apontadas pelos pesquisados como mais relevantes no momento de implantar os PPVJs, foram: falta de capital, comercialização da produção, dificuldades burocráticas, legais e outros. Por outro lado, os fatores de sucesso mais citados pelos entrevistados foram: melhoria da renda, da autoestima, no relacionamento familiar, entre outros.

Conforme foi demonstrado, os resultados alcançados pelos jovens egressos indicam que houve melhoria nas condições de suas vidas e de seus familiares. Estes resultados estão embasados nas afirmações e respostas dos jovens em que se pode constatar durante a visita as propriedades para a realização da pesquisa. Isto é visível nas condições da infraestrutura das propriedades, nas casas de moradias em que todas estão em bom ou ótimo estado de conservação, as instalações modernas, demonstram que os investimentos são constantes em inovações, a grande maioria dos jovens tem computadores e muitos conectados a internet. Distante daquele agricultor simbolizado no “jeca tatu” pela literatura.

Em relação ao processo de escolha do PPVJ tem sido pela opção da melhoria de atividades já desenvolvidas nas propriedades. Esta

tendência é justificada pelos jovens pelo fato de obter o apoio dos pais com maior facilidade, mas também por haver um conhecimento prévio acumulado pela família o que facilita o trabalho no momento da execução dos projetos. Cabe ressaltar que os projetos não implantados foram justamente aqueles que propunham implantar atividades diferentes daquelas desenvolvidas anteriormente nas propriedades.

Embora tenha ocorrido na prática grandes avanços, ocorre que no período pós-formação, alguns jovens têm encontrado dificuldades em dar continuidade aos seus PPVJs. Além das dificuldades já referidas, enfatiza-se o tamanho pequeno das propriedades e das comunidades rurais, o seu relativo isolamento geográfico fragilizam muito as possibilidades destes jovens e seus familiares se desenvolverem por meio de seu próprio esforço.

Todavia, considerando que nesta fase da vida, o jovem está em busca da construção de sua identidade e autonomia, por isso é necessário que as condições lhes favoreçam para que ele possa ser ator deste processo. Desta maneira, compreender que as escolhas profissionais possam ser vistas como opção de vida e não como uma fatalidade, daqueles que não conseguiram migrar para as cidades. Esta tarefa não cabe somente às famílias desses jovens, mas também a “escola” que seja efetivamente “do campo” e não uma colaboradora do processo de imigração. Como foi discutido, as CFRs objetivam ser esta alternativa para o meio rural. Além disso é preciso que Estado através de políticas públicas mais efetivas, também das organizações não governamentais e privadas participem mais, pois todos os apoios são essenciais para que os jovens permaneçam no campo por opção e não apenas pelas circunstâncias ou fatalidade da vida.

De uma maneira geral, como pode ser verificado no decorrer da tese, principalmente referente ao quarto capítulo, os indicadores de análise comparativos sobre os resultados alcançados pela experiência estudada, mostraram-se eficientes para avaliar os trabalhos desenvolvidos pela CFR. Tomando como parâmetro de análise o antes e o depois da formação dos jovens, observou-se em diversos aspectos avanços. Como constatou-se no aumento da renda familiar, nas condições de vida dos jovens e das famílias, na melhoria das condições de trabalho, entre outras. Ressalta-se que a grande contribuição da CFR de Armazém se refere à autoestima dos jovens egressos, manifestada na vontade em continuar a profissão de seus pais. Também, verificou-se que a grande maioria continua estudando, alguns freqüentando o Ensino Superior, com o desejo de permanecer no meio rural.

Ainda sobre os indicadores, o principal objetivo do processo de formação da CFR é que o jovem ao finalizar o seu estudo tenha pelo menos elaborado o seu PPVJ. Diante disso, também buscou-se avaliar a situação dos PPVJs. Os resultados são considerados positivos, pois 63,1% dos jovens ou implantaram ou estão em fase de implementação. Em relação aos Projetos de Vida, se propõem um maior envolvimento das organizações sociais (formar uma rede de parcerias públicas e privadas) para dar suporte na execução dos Projetos. Porque somente o apoio da família e da CFR não é suficiente para que o jovem e o seu PPVJ sejam bem sucedidos. Como contar com o apoio, por exemplo, técnico, crédito, cursos, entre outros, sem este acompanhamento os resultados a longo prazo podem ficar comprometidos.

Por isso, a articulação entre os jovens e consequentemente essas comunidades rurais tornam-se imprescindíveis para criar vínculos mais fortes. Com intuito de fortalecer as relações locais que poderão ser estimulados pela própria CFR. Esta integração entre os membros das comunidades possibilitará que seus integrantes façam em conjunto inúmeras atividades, como a compra de seus insumos, o marketing e a venda de seus produtos, tudo isso poderá ser realizado de maneira comum.

Deixa-se como contribuição desta tese, a sugestão para a direção da CFR de Armazém e Associação, como forma de integrar os jovens na execução de seus projetos, bem como, beneficiar as comunidades envolvidas e com isso alcançar melhores resultados, a criação daquilo que por ora denominamos de “Cooperativa Virtual”.

Diferentemente das cooperativas tradicionais, a “Cooperativa Virtual” terá como função maior dar maior visibilidade a produção com a utilização de uma marca própria em que todos os associados poderão se beneficiar. Desta forma o produtor rural continuará produzindo na sua UFP, mais vinculado a “Cooperativa Virtual” através de contrato de comodato entre a cooperativa e o associado (agricultor). A grande vantagem deste modelo proposto é que as decisões de como, quanto produzir e gestionar a UFP, ficará critério de cada associado, cabendo a Cooperativa dar suporte na parte de comercialização, marketing, padronização do produto, fornecimento de documentação fiscal, entre outras funções.

Dentro deste modelo cooperativo cada associado manteria sua marca própria e ao mesmo tempo utilizará a marca da Cooperativa, ou usar somente a marca da Cooperativa. O custo para criação seria baixíssimo, pois se poderá utilizar a própria estrutura, instalações e o pessoal da CFR. Para tornar-se associado, o jovem (agricultor) pagará, apenas uma

taxa simbólica de adesão. A cooperativa poderá cumprir, ainda outras funções, a primeira delas será a de servir de laboratório para a formação dos jovens. Neste sentido, terá um papel extremamente importante no processo de ensino-aprendizagem dos jovens, pois a CFR poderá direcionar os PPVJs no sentido de formar novos associados para Cooperativa.

Na seqüência são relacionadas algumas recomendações para orientar trabalhos futuros.

- Estudar os motivos do não reconhecimento de uma educação do campo pelo Estado;
- Verificar a legislação vigente sobre a certificação de produtos e as dificuldades dos produtores rurais em se adaptar;
- Necessidade de desenvolver uma proposta de PA adaptada a realidade brasileira;
- Analisar as dificuldades encontradas pela CFR na obtenção de jovens para fechar as turmas;
- Discutir formas de envolver as organizações governamentais e não-governamentais ao CFR.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Economia Aplicada – volume 4, nº 2, abril/junho 2000.

ALVES, Judith A. **O planejamento de pesquisas qualitativas em educação**. Cadernos de pesquisa, nº 77, 1991.

ARACAFAR-Sul. **Regimento escolar para as Casas Familiares Rurais**. Barracão-PR: Mimeo, (s/d)

BAQUERO, M. Democracia, cultura e comportamento político: uma análise da situação brasileira. In.: PERISSINOTTO, Renato e FUKS, Mario (orgs.) **Democracia, Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Curitiba: Fundação Araucária, 2002.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BEGNAMI, João B. **Formação pedagógica de monitores das EFAs e Alternâncias**. Belo Horizonte - MG: Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação (Universidade Nova de Lisboa – Portugal e Universidade François Rabelais de Tours – França), 2003.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: MEPF/IICA, 1999.

BUSS, M. D e SCHEIBE, L. F. **Mineração, meio ambiente e o caráter paradoxal do conceito des(-)envolvimento**. In: Congresso Brasileiro de Geologia (anais). São Paulo: SBG, 1992.

CALVÓ, Pedro P. **Centros Familiares de Formação em Alternância**. In: Pedagogia da alternância: alternância e desenvolvimento. Salvador-BA: UNEFAB, 1999.

CAMARANO, Ana A. ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: Texto para discussão nº 621 - IPEA, 1999.

CARNEIRO, Maria J. *Juventude rural: projetos e valores*. In.: ABRAMO, Helena & BRANCO, Pedro M. D. (orgs.) **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania/Perseu Abramo, 2005.

CARNEIRO, Maria J. **O ideal *rurbano*: campo e cidade no imaginário de jovens rurais**. In.: TEIXEIRA da SILVA, F. C., SANTOS, R., COSTA, L. F. C. (orgs.) *Mundo Rural e Política*. Rio de Janeiro, Ed. Campus/Pronex, 1998.

CFR. **Profissionalizando o Homem do Campo**. Armazém – SC: folder de divulgação, s/d.

CHIAVENATO, idalberto. **Talento e empregabilidade**. Instituto Chiavenato. Disponível no site www.chiavenato.com. Acesso: 20/02/2008.

DEL PRIORE, Mary *et al.* **Uma história da vida rural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

DOLABELA, Fernando. **O Segredo de Luísa**. São Paulo: Cultura, 2006.

DRUCKER, Peter F. **A sociedade pós-capitalista**. 2ª ed., São Paulo: Pioneira, 1993.

_____. **Inovação e espírito empreendedor: prática e princípios**. São Paulo: Pioneira, 1998.

DURSTON, John. (1994) **Juventude Rural, Modernidade e Democracia: Desafio para os Noventa**. In: *Juventude e Desenvolvimento Rural no Cone Sul Latinoamericano*. Série Documentos Temáticos. RS. Brasil. Junho

ESTEVAM, Dimas O. **Casa Familiar Rural: a formação com base na pedagogia da alternância**. Florianópolis: Insular, 2003.

FAO. **Desenvolvimento Agropecuário: da dependência ao protagonismo do agricultor**. 4ª ed. Santiago, Chile: Série Desenvolvimento Rural nº 9, 1995.

FILION, L. J. **Visão e relações: elementos para um meta-modelo empreendedor**. São Paulo: Revista de Administração de Empresas, 1993.

FORGEARD, Gilberto. **Alternância e Desenvolvimento**. In.: *Pedagogia da Alternância – Alternância e desenvolvimento*. Salvador – BA: UNEFAB, 1999.

FRANCO, M. L. B. **O “estudo de caso” no falso conflito que se estabelece entre análise quantitativa e análise qualitativa**. São Paulo: PUC, 1986.

FROSSARD, Antonio C. **Identidade do Jovem Rural Confrontando com Estereótipo de Jeca Tatu. Um estudo qualitativo com os jovens da EFA Rei**

Alberto I. Nova Friburgo – RJ: Dissertação apresentada na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo. Atlas. 1991.

GILLY, Pierre. **Manual das Casas Familiares Rurais.** ARCAFAR/Sul, Nº 1, mimeo, s/d.

_____. **Programa de formação de jovens agricultores pela pedagogia da alternância.** Mimeo, Barracão-PR, 1999.

GIMONET, Jean Claude. A Alternância na formação: “Método Pedagógico ou Sistema Educativo? A experiência das Casas Familiares Rurais. In Alteance, Developpement Personnel et Local, Demol Jean-Noel et Pilon Jean Marc coordateurs, I Harmattn, Paris, 1998.

_____. **Nascimento e desenvolvimento de um movimento educativo: as CFRs.** In: Pedagogia da alternância: alternância e desenvolvimento. Salvador-BA, UNEFAB, 1999.

_____. **Praticar e compreender a pedagogia da alternância.** Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

GIMONET, Jean-Claude. **L’Alternance en Formation.** Paris: L’Harmattan, 1998.

GODOY, Arilda S. **Introdução a pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n.º 6, 1995, p. 57-63.

GRANOVETTER, Mark. Economic Action and Social Strcuture: The Problem of Embeddedness. In **American Journal of Sociology**, volume 91, número 2, 1985.

HANDY, Charles. **A era do paradoxo.** São Paulo: Makron, 1995.

HEIFETZ, Ronald. **Os Novos Desafios.** HSM Management. Nº. 14, ano 3. Maio - Junho 1999.

HERR, Natália de M. **A Casa Familiar Rural de Armazém como instrumento de desenvolvimento sócio-econômico das famílias**

inseridas no projeto. Monografia (Curso de graduação em Economia da UNESC). Criciúma, 2008

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar.** (Tradução de Maria Naoko Tijiwa). São Paulo: Unicamp, 1993.

LINS, Hoyedo N. **Um diálogo com o tema do desenvolvimento local e sustentável em Santa Catarina.** Rio do Sul-SC: Encontro de Economia Catarinense. Abril de 2007. Cd-rom.

KERLINGER, Fred Nichols. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais.** São Paulo: EPU/EDUSP, 1980.

MALHOTRA, Naresh. **Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada.** 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001

MRF. **Les MFR dans le Monde:** Une présence du mouvement sur les cinq continents. Disponível na Internet na URL: <<http://www.mfr.asso.fr>> Acesso em: 14 de maio de 2008.

MILANI, Carlos. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). In: **Capital social, participação política e desenvolvimento local:** atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia. Salvador – BA: Escola de Administração da UFBA (NPGA/NEPOL/PDGS). 2005.

NASCIMENTO, Claudemiro G. **Pedagogia da resistência:** um pensar a educação a partir da realidade campesina. Goiás-GO: VIII EREGEO, 2003 – Anais.

PASSADOR, C. S. “Projeto Escola do Campo: Casas Familiares Rurais do Estado do Paraná”. In.: **Novas Experiências em Gestão Pública e Cidadania.** FARAH, Marta Ferreira S. e BRABOSA, Hélio Batista B. (orgs.). São Paulo: Editora FGV, (2000).

PAULILO, Maria Ignez S. **O peso do trabalho leve.** Rio de Janeiro: Revista Ciência Hoje - SBPC, v. 5, n. 28, p. 64-70, jan./fev. 1987.

_____. **Produtor e Agroindústria:** consensos e dissensos. Florianópolis: UFSC/FCC, 1990.

PERES, F. C. **Programa de Formação de Jovens Empresários Rurais (PROJOVEM): uma alternativa para o jovem rural.** In PERES, F. C. (Org.) **A Experiência do Programa de Formação de Jovens**

Empresários Rurais – PROJOVEM. Piracicaba: USP/ESALQ/DIBD/EXAGRI, 1998.

_____. **A experiência do Projovem e a viabilização da reforma agrária no Brasil.** Piracicaba: USP/ESALQ, 2000.

PESSOA, Marcelo de Sales e SILVEIRA, Marcos Antonio C. da. **Indicadores objetivos e subjetivos de qualidade de vida das famílias brasileiras:** um estudo sobre seus determinantes demográficos, sociais e econômicos. Brasília: Ipea, texto para discussão, nº 1437 - nov. 2009.

PINEAU, Gaston. **Alternância e Desenvolvimento Pessoal: a Escola da Experiência.** In: Pedagogia da alternância: alternância e desenvolvimento. Salvador-BA: UNEFAB, 1999.

_____. **Temporalidades na Formação: rumo a novos sincronizadores.** São Paulo: Triom, 2003.

_____. **Philosophie socio-éducative du diplôme international:** Formation et développement durable. Bulletin Interactif du Centre International de Recherches et Études Transdisciplinaires nº 18 - Mars 2005. Disponível em: [www.http://nicol.club.fr/ciret/](http://nicol.club.fr/ciret/) Acesso em: 10 de março de 2008.

PFEIFER, Helton P. **O jovem egresso da Casa Familiar Rural de Armazém frente ao meio sócio-profissional a transformar:** reflexões sobre a construção da autonomia e das condições para enfrentar as hostilidades do espaço rural. Monografia (Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial), Curso de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

QUEIROZ, João B. P. **Construção das Escolas Agrícolas no Brasil: Ensino Médio e Educação Profissional.** Tese de Doutorado em Sociologia – UnB, Brasília, 2004.

RIST, Gilbert. **Le développement, histoire d'une croyance occidentale.** Paris – France : Presses de Sciences, 1996.

RICHARDSON, R.J. et alli. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 1985.

SCHUMPETER, Joseph. **A teoria do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Abril Cultural, 1997.

SCHNEIDER, Carlise P. **Agricultura familiar e empreendedorismo: um estudo sobre as trajetórias de jovens egressos do Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (Cedejor) no Vale do Rio Pardo/RS**. Dissertação (Mestrado) em Desenvolvimento Rural da UFRGS, 2008.

SELLTIZ *et al.* **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: E.P.U., 1987.

SILVA, José G. da. **O novo rural brasileiro**. Campinas-SP: Unicamp, 1999.

SILVA, Lourdes Helena da. **As Representações Sociais da Relação Educativa Escola-Família no Universo das Experiências Brasileiras de Formação por Alternância**. Tese de doutorado em psicologia da educação, PUC, São Paulo, 2000.

_____. **As Experiências de Formação de jovens do campo: Alternância ou alternâncias?** Viçosa-MG: Ed. da UFV, 2003.

SILVESTRO, Milton Luiz *et alli*. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: EPAGRI, 2001.

SLACK, Nigel *et. al.* **Administração da produção**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SMITH, Adam. **Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SOARES, Luiz E. *et alli*. **Cabeça de porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

SOUZA, Hildete Margarida R. **PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: Um estudo na EFA do PACUI**. Macapá - AP: Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação (Universidade Nova de Lisboa – Portugal e Universidade François Rabelais de Tours – França), 2003.

STROPASOLAS, Valmir L. **O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos (as) de agricultores familiares de Ouro-SC**. Florianópolis-SC: Tese de doutorado em Ciências Humanas, 2002.

TOFFLER, Alvin, **Powershift: as mudanças do poder**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VEIGA, J. Eli. **Cidades Imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas-SP: Autores Associados, 2002.

YIN, Robert K. **Estudo de caso – planejamento e métodos**. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1999.

APÊNDICE

APÊNDICE 1: QUESTIONÁRIO DE PESQUISA PARA OS JOVENS EGRESSOS DA CFR DE ARMAZÉM-SC.

• **Data:** ____ / ____ /2009

• **Município:**

1. Armazém 2. Gravatal 3. São
Martinho 4. Outro: _____

I. Dados pessoais:

a) Idade: _____ anos.

b) Sexo:

1. Masculino 2. Feminino

c) Estado Civil:

1. Solteiro 2. Casado
3. Outro: _____.

d) Qual comunidade (bairro, distrito) que você pertence? _____.

e) Sua comunidade fica a quantos quilômetros do centro da cidade? _____.

f) Quantos hectares têm sua propriedade? _____.

g) Por que você optou por ficar na propriedade? _____

h) Você mora com:

1. Sua família 2. Sozinho(a) 3. Amigos(as) 4. Outro: _____.

i) Quantas pessoas moram com você?

_____.

j) Qual seu nível de formação?

1. Analfabeto, Lê e Escreve, Ensino Fundamental Incompleto
2. Ensino Fundamental Completo e Médio Incompleto
3. Ensino Médio Completo e Superior Incompleto
4. Superior Completo

k) Você pretende voltar a estudar?

1. Sim 2. Não 3. Talvez 4. Estou estudando

II. Dados sobre PPVJ:

a) Qual foi seu PPVJ? _____.

b) Em que situação seu PPVJ se encontra?

1. Foi colocado em prática.
2. Está em fase de implantação.
3. Não implantou.

c) Caso colocado em prática qual foi o maior dificuldade para colocá-lo e prática? E se está em fase de implantação ou não colocou em prática, qual o motivo?

1. Os pais não aceitaram.
 2. Não se adaptam as realidades da propriedade.
 3. As culturas cultivadas na propriedade são diferentes das ensinadas na CFR.
 4. O custo é muito alto.
 5. Falta de apoio financeiro.
 6. Falta de vontade.
 7. Outros
-

d) Você teve acesso ao crédito para colocar seu PPVJ em prática? (Ex.: PRONAF, entre outros).

1. Sim
2. Não

Se “não” ir para a questão “f”.

e) Qual o valor (R\$)? _____.

f) O seu PPVJ é a mesma atividade que era exercida anteriormente por você?

1. Sim
2. Não
3. Em parte

g) Você vê o PPVJ como:

1. Projeto econômico
2. Projeto de vida (cultural)
3. Outros: _____.

h) Quanto à satisfação com o resultado do projeto, você está:

1. Insatisfeito 2. Pouco satisfeito 3. Parcialmente satisfeito
4. Satisfeito 5. Muito Satisfeito

i) Dados sobre indicadores econômicos:

Antes de entrar na CFR	Indicadores econômicos (renda mensal da família)	Depois de entrar na CFR
	1. Menos de R\$500,00	
	2. De R\$501,00 a R\$1.000,00	
	3. De R\$1.001,00 a R\$ 2.000,00	
	4. De R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00	
	5. Mais de R\$ 3.000,00	

os de indicadores de conforto das famílias:

Indicadores de conforto das famílias		
Marque com um x	Antes da CFR	Depois da CFR
Televisão		
Antena parabólica		
Geladeira		
Freezer		
Liquidificador		
Ventilador		
Aquecedor/ar condicionado		
Ferro de passar roupas (elétrico)		
Filtro de água		
Chuveiro elétrico		
Batedeira		
Fogão a gás		
Fogão a lenha		
Forno elétrico		
Microondas		

Aspirador		
Telefone fixo		
Telefone celular		
DVD		
Internet		
Computador		
MP3, MP4 , MP5 ...		
Maquina de lavar roupa		
Lava jato		
Bicicleta		
Moto		
Carro		
Instrumento musical		

k) O que é produzido na propriedade para a venda e “pro gasto” (consumo)?

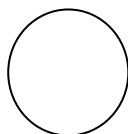
- Quais desses produtos são destinados para consumo? _____

- Quais desses produtos são destinados para comercialização? _____

- De que forma é vendida sua produção? _____

- Qual sua preocupação com a imagem (marca, layout, marketing, etc.) do produto comercializado? _____

l) Na sua família, há outras fontes de renda como:



1. Aposentadoria 2. Trabalho fora 3. Aposentadoria e Trabalho fora 4. Outra _____ 5. Nenhuma

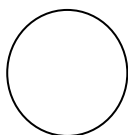
Se “nenhuma”, ir para a questão “p”.

m) Qual é o valor mensal dessa fonte de renda (em R\$)?_____.

n) Quem consegue essa renda?
_____.

o) De que forma esse indivíduo consegue essa renda?_____

p) Você tem renda própria?



1. Sim

2. Não

Se “não”, ir para a questão “s”.

q) Qual o valor dessa renda (em R\$)?
_____.

r) Qual atividade você realiza para conseguir essa renda?_____

s)Dados sobre indicadores de infra-estrutura da propriedade

Indicadores de infra-estrutura da propriedade	Antes da CFR / Depois da CFR	
	Antes da CFR	Depois da CFR
Marque com um x		
Trator		
Compras de terras		
Micro-trator (tobata)		
Colheitadeira		
Triturador		
Motor-serra		
Silagem		

Roçadeira		
Girico		
Galpões (em metros quadrado)		
Piquetes		
Reflorestamento		
Ordenha (manual)		
Ordenha (mecânica)		
Casa (tamanho em metros quadrado)		
Casa material		
Casa de madeira		
Casa mista		

t) Qual o estado de conservação dos indicadores citados?

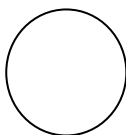
u) O que fazem para preservar o meio ambiente?

v) O que você entende por empreendedorismo?

w) E o que precisa para ser bem sucedido?

III) A Vida Social do Jovem:

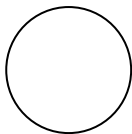
a. Onde você costuma se divertir?



1. Na cidade 2. No campo 3. No campo e na cidade

b. Quais tipos de divertimento você frequenta?

c. Quais desses estilos musicais você gosta de ouvir?



1. Sertanejo
2. Sertanejo universitário
3. Pagode
4. Eletrônica
5. Outros:_____.
6. Todos

d. Qual sua participação social na comunidade (sindicatos, cooperativas, associação de moradores, etc)?

APÊNDICE 2 - TERMO DE CONSDENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tese de doutorado: “AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DA FORMAÇÃO POR ALTERNÂNCIA A PARTIR DA ANÁLISE DOS PPVJs: UM ESTUDO DO CASO DA CASA FAMILIAR RURAL DE ARMAZÉM - SC”

Eu, _____ declaro que fui esclarecido(a) sobre o objetivo desta pesquisa, que consiste em “avaliar os resultados da formação por alternância a partir da análise dos PPVJs: um estudo do caso da Casa Familiar Rural de Armazém - SC”. Fui informado(a) de que os dados obtidos com as entrevistas manterão minha identidade no anonimato, sendo que a identificação se dará por códigos. As informações serão analisadas e utilizadas para ensino e pesquisa. Estou sabendo de que em nenhum momento serei exposto a riscos devido a minha participação nesta pesquisa. Sei também que a qualquer momento poderei recusar-me a continuar, sem qualquer prejuízo para a minha pessoa. Foi informado(a) que não terei nenhum tipo de despesa, nem receberei nenhum pagamento ou gratificação pela minha participação nesta pesquisa. Declaro ainda que fui comunicado(a) de que os resultados deste estudo serão publicados. Concordo voluntariamente em participar com este estudo.

Assinatura do(a) entrevistado(a)

Data: _____

Doutorando
Dimas de Oliveira Estevam
E-mail: dimasest@newsite.com.br
Fone: (048)99931859

APÊNDICE 3 - Indicadores de desempenho geral

Os quadros abaixo de indicadores de desempenho foram desenvolvidos para servir de parâmetro de análise dos resultados.

Quadro a: Indicadores de desempenho gerais do projeto

Indicadores	Parâmetros de análise
Formação dos monitores	Nível de formação (escolaridade)
Formação dos professores	Nível de formação (escolaridade)
Reunião com os pais	Número de reuniões e participantes (média por reunião)
Projetos implantados	Número de projetos implantados nas propriedades
Jovens formados	Número de jovens formados
Pessoas associadas	Número de sócios

Quadro b: Indicadores de desempenho Específicos das propriedades: infra-estrutura das propriedades

Indicadores	Parâmetros de análise
Construções	Em m ² e estado de conservação
Instalações	Condições de funcionamento
Equipamentos	Tipos e estado de conservação
Atividades	Número de atividades
Tamanho da propriedade	Número de hectares

Quadro c: Indicadores de desempenho específico do projeto

Associação trabalha na manutenção da CFR	Número de parcerias realizadas
A Associação tem realizado ações para resolver problemas do meio rural	Número de ações conjuntas realizadas
Redes de parceiros	Número de parceiros
Reuniões ordinárias e extraordinárias	Número de reuniões anuais
Jovens participam de movimentos	Número de jovens

sociais	participantes
Relacionamentos entre pais e filhos e comunidade	Boa convivência com os pais e comunidade
Valorização do trabalho em grupo	Número de atividades em grupo
Preservação da cultura local	Número de ações
Monitor participa de capacitação e treinamento	Número de cursos anuais
Os jovens escolhem o campo por opção	Número de jovens que optaram ficar na atividade por opção
Os jovens são empreendedores	Número de projetos implantados ou melhorias na propriedade
Existem atividades não-agrícolas	Número de atividades extras
Maior responsabilidade pessoal e social	Os jovens tomam iniciativas
Pais e jovens dedicam mais tempo a formação	Número de horas de estudo semanal
Os egressos dão continuidade aos seus projetos e a sua formação	Os projetos têm continuidade, bem como a formação.
Os jovens planejam suas atividades	Planejamento de atividades
Os jovens têm mais liberdade de fazer escolhas	A permanência no campo é por opção e os pais dão liberdade
Os jovens formados têm condições de competir no mesmo nível de outras escolas	Qualidade da formação

Quadro d: Indicadores de infraestrutura do projeto

Indicadores	Parâmetros de análise
Prédio	Estado de conservação
Instalações	Condições de funcionamento
Equipamentos	Estado de conservação
Serviços prestados	Condições de funcionamento

Quadro e: Indicadores de desempenho gerais das propriedades

Indicadores	Parâmetros de análise
Novas atividades implantadas	Tipos de atividades
Diversificação da propriedade	Número de culturas cultivadas

Novos empreendimentos	Tipos de empreendimentos
Captação de recursos e financiamentos	Valores em reais
Melhoria da qualidade de vida	Nível de conforto da família
Preservação dos recursos naturais	Número de ações